



Evelyne Labanca Corrêa de Araújo

O LAÇO QUE PRENDE

Um estudo sobre conservação integrada em
metodologias de desenvolvimento local sustentável:

O papel do patrimônio cultural construído.

Recife
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Evelyne Labanca Corrêa de Araújo

O LAÇO QUE PRENDE

Um estudo sobre conservação integrada em metodologias de
desenvolvimento local sustentável:

O papel do patrimônio cultural construído.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU,
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE,
como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre.

Área de concentração: Conservação Integrada

Orientador: Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti

Recife

2008

Araújo, Evelyne Labanca Corrêa de

O laço que prende: um estudo sobre conservação integrada em metodologias de desenvolvimento local sustentável: o papel do patrimônio cultural construído / Evelyne Labanca Corrêa de Araújo. – Recife: O Autor, 2008.

153 folhas. : il., fig., tab., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2008.

Inclui bibliografia e apêndices.

1.Conservação. 2.Desenvolvimento sustentável.
3.Patrimônio cultural. 4.Planejamento urbano.
5.Metodologia. I. Título.

719

CDU (2.ed.)

UFPE

711.5

CDD (20.ed.)

CAC2008-19



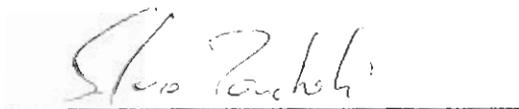
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de Dissertação de em Desenvolvimento Urbano da Mestranda **EVELYNE LABANCA CORRÊA DE ARAÚJO**.

Às 9.00 horas do dia 31 de março de 2008 reuniu-se na Sala do Mini-Auditório 02 do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, a Comissão Examinadora de dissertação, aprovada pelo Colegiado do programa, composta pelos seguintes professores: Silvio Mendes Zancheti (Orientador), Abraham Benzaquen Sicsu (Examinador Externo), Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado (Examinadora Interna) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "O LAÇO QUE PRENDE: Um Estudo Sobre Conservação Integrada em Metodologias de Desenvolvimento Local Sustentável: o papel do patrimônio cultural construído", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Silvio Mendes Zancheti, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada *aprovada de mere*. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 31 de março de 2008.

- Indicação da Banca para publicação do trabalho

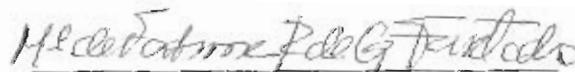
Prof. Silvio Mendes Zancheti
Orientador



Prof. Abraham Benzaquen Sicsu
(Examinador Externo – FUNDAJ)



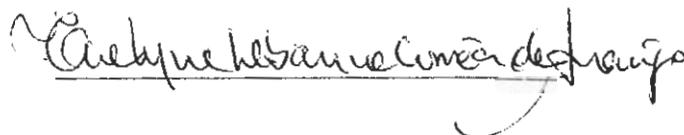
Prof. Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado
(Examinadora Interna – MDU)



Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretária do Programa



Evelyne Labanca Corrêa de Araújo
Candidata



Aos meus avós, por desbravarem o caminho.
Aos meus pais, por me ensinarem o caminho.
Ao meu marido, por me incentivar a voltar para o caminho.
Aos meus filhos, por serem eles, todos os dias, a razão que me mantém no caminho.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa teve o apoio fundamental do CNPq; aqui registro minha gratidão pela disponibilização de um ano de bolsa de estudos.

Ao Prof. Dr. Silvio Mendes Zancheti, orientador presente, competente e entusiasta, por acreditar sempre nessa pesquisa, e nessa pesquisadora, da especialização ao mestrado.

Aos participantes da banca examinadora, Prof. Dr. Abraham Benzaquen Sicsú e Prof. Dra. Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão Furtado, agradeço as importantes contribuições na defesa, que auxiliaram a validar este trabalho.

Meus agradecimentos à UFPE, pela sólida formação; a Rebeca, Catarina, José e Jonas, pelo trabalho imprescindível nos bastidores dessa casa durante a minha jornada; aos professores do MDU, especialmente àqueles com os quais convivi mais de perto – Luis de la Mora, Ana Rita Sá Carneiro, Virgínia Pontual, Suely Leal, Tomás Lapa e Circe Monteiro, pela semente plantada que aqui frutifica.

A Antônio Barbosa, Marcelo Olímpio e João da Costa, agradeço pelo incentivo e compreensão nos difíceis momentos de conciliar trabalho e estudo.

A Lúcia e Marcelo, por me receberem em sua casa durante a pesquisa de campo nas Alagoas; e a Roberto Farias, pela ajuda nos deslocamentos em Maceió. Espero um dia poder retribuir o “patrocínio” com o mesmo carinho.

Ao SEBRAE Alagoas, pela oportunidade de trabalho que deu origem a essa dissertação. Especialmente, a Alejandro Luiz e Ronaldo Moraes, que buscaram esta pesquisadora nas salas de aula do MDU, à Fátima Santos, Manoel Ramalho e Valéria Rijo, que tão bem a acolheram e apresentaram às terras alagoanas, aos super-colegas da super-equipe de supervisores da UDL/ AL, Carol, Lu, Gi, Cecil, Carolzinha, Fabarros, Famoura, Ju, João e Socorro. Formávamos um time e tanto – uma família como nunca haverá outra igual.

A todos os companheiros do DLIS entrevistados dessa pesquisa, muito obrigada pela paciência e generosidade com que me atenderam, em horários sempre roubados do trabalho e da família. Mais que entrevistas, concederam-me a valiosa oportunidade de revisitar um grande tempo, de crescimento pessoal e profissional para todos nós.

Agradeço em especial à minha querida família por todo amor e compreensão com esse mestrado que não terminava nunca.

Por fim, agradeço a Deus pela oportunidade de aprender, hoje e sempre.

“Agora, por outro lado, patrimônio cultural propriamente dito, artístico, arquitetônico, das artes, da cultura da sabedoria tradicional da população, ele é fundamental, por que se você não tiver esse patrimônio, você também não tem uma visão de passado, e sem uma visão de passado você não pode ter uma visão de futuro.”

Augusto de Franco, 2007.

(Transcrição de trecho da entrevista realizada durante a pesquisa)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo avaliar a contribuição do patrimônio cultural construído na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável. Especificamente, é identificado o papel atribuído ao patrimônio cultural construído no desenho das principais metodologias de planejamento do desenvolvimento sustentável à base local implantadas no Brasil após Constituição de 1988; e o papel desempenhado pelo patrimônio cultural construído na implantação da metodologia Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) em Marechal Deodoro, Alagoas. São objeto de estudo metodologias generalizantes, ou *frameworks*, cada vez ma 120 072.0 1c 0 12 243.80937 preg6047 57.2ato88.26062 T

ABSTRACT

This work has the aim to assess the contribution of built cultural heritage for the implementation of sustainable local development processes. Specifically, is identified the role given to built cultural heritage in design of the main local-based sustainable development planning methodologies implemented in Brazil after the 1988 Constitution; and the role played by the built cultural heritage in the implementation of Sustainable Integrated Local Development (DLIS) methodology in the State of Alagoas (Marechal Deodoro Municipality) as a contribution for sustainable local development. The study object are generalizing methodologies, or frameworks, increasingly used by international and national, governmental and non-governmental actors in promoting local-based sustainable development as an answer to three decades of international debates about sustainability and its various dimensions. The investigated question shows up when these frameworks scarcely point out the dialectic and interdependent relation between sustainable development and integrated conservation, directly related to development's cultural dimension which has built cultural heritage as one of its main vehicles. Two great analogous and closely connected theoretical fields are adopted as analysis referential – sustainable development with outlines of local development and in it social capital, as vehicle for planning and heritage transmission between generations; and culture seen through aspects of built heritage integrated conservation, as vehicle, fixing matter for the cultural message between generations. The “case study” is adopted as research method for its analytical and explanatory character, combining theoretical multiple cases – Brazilians Local 21 Agenda and Participatory Management for Development (GESPAR), and European URBAN methodological designs, and practical single case (DLIS design and implementation process in the Municipality of Marechal Deodoro, state of Alagoas). The research results show that built cultural heritage, as fix cultural capital for local development, even though appears in theoretical references is not outlined in the specific support references of the brazilian frameworks, or pointed out as an element capable of aggregating human capital to structure social capital in the methodological designs; in the european case it is evident since it's design. In other way, the practical case analysis reveals built cultural heritage in the implementation process as a motivation and mobilization element, being identified as planning object and priority by local actors. These results suggest that a local development theoretical framework needs to be better investigated and even adjusted to allow a wider comprehension in the relation between development and culture, of built cultural heritage's role in sustainable local development. If sustainable local development as process should focus on endogenous components and common interests that are able of changing local capacity of mobilization for conservation projects, this work demonstrates that built cultural heritage is that kind of component.

Key-words: Conservation – Sustainability – Built cultural heritage – Local development – Methodologies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diagrama resumo do método de estudo de caso.	22
Figura 2	Estrutura metodológica nacional de implantação da Agenda 21 Local.	64T/TT2 1 Tf

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Matriz de aferição ordinal e nominal, por fase do DLIS, da importância do patrimônio cultural construído (PCC) como causa, meio e/ou fim na implantação de processos de desenvolvimento local (DL) – 2007	28
Quadro 2	Síntese das Cartas Patrimoniais e da relação do patrimônio cultural construído com seu local – 1976/ 2005	37
Quadro 3	Caracterização das experiências identificadas por escala territorial, período, instituição responsável, situação normativa, fontes e articulação institucional de suporte à implantação	50
Quadro 4	Síntese das experiências identificadas por objetivo, público alvo, aspectos metodológicos e conceitos predominantes	51
Quadro 5	Proposições das Cartas Patrimoniais de incorporação da dimensão cultural em processos de desenvolvimento local sustentável, por meio do patrimônio cultural construído, nas grandes etapas metodológicas da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN	56
Quadro 6	Papel atribuído ao patrimônio cultural construído, por grande etapa metodológica, nos casos teóricos analisados da Agenda 21 Local, GESPAR, e URBAN	85
Quadro 7	Síntese da relação entre as etapas nacionais do DLIS e suas alterações na adaptação estadual	96
Quadro 8	Síntese da relação entre as etapas nacionais do DLIS, suas alterações na adaptação estadual e as implantadas em Marechal Deodoro, Alagoas	99
Quadro 9	Papel do patrimônio cultural construído no diagnóstico participativo local do DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, por área temática do diagnóstico	108
Quadro 10	Papel do patrimônio cultural construído no plano de desenvolvimento local do DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, por objetivo do plano	110
Quadro 11	Papel do patrimônio cultural construído nas agendas de prioridades do DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, por objetivo prioritário das agendas	112
Quadro 12	Resumo das respostas dos entrevistados à questão aberta 1, por Grupo por função no DLIS	116
Quadro 13	Resumo das respostas dos entrevistados à questão aberta 2, por Grupo por função no DLIS	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados das respostas às questões fechadas, classificando a etapa por grupo, média e moda da etapa, média geral e moda geral do grupo por função no DLIS – 2007	121
Tabela 2	Resultados das respostas às questões fechadas, classificando o grupo por etapa, média e moda do grupo por etapa, média geral e moda geral da etapa de implantação do DLIS – 2007	122
Tabela 3	Respostas objetivas (médias parciais e totais) dos entrevistados por Grupo I, II e III, por etapa metodológica de implantação do DLIS – 2007	150
Tabela 4	Respostas do Grupo I – Formuladores do DLIS – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS, incluindo quantidade e respectivos percentuais de alternativas assinaladas – 2007	151
Tabela 5	Respostas do Grupo II – Adaptadores/ operadores do DLIS – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS, incluindo quantidade e respectivos percentuais de alternativas assinaladas – 2007	151
Tabela 6	Respostas do Grupo III – Participantes Locais do DLIS – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS, incluindo quantidade e respectivos percentuais de alternativas assinaladas – 2007	152
Tabela 7	Respostas do total dos entrevistados – Formuladores, Adaptadores/ operadores, e Participantes locais – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS – 2007	152

O LAÇO QUE PRENDE

Um estudo sobre conservação integrada em metodologias de desenvol

ICOMOS	<i>International Council for Monuments and Sites</i> (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMA	Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LO	Lei Orgânica
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEPP	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização DAS Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PCC	Patrimônio Cultural Construído
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PPA	Plano Pluri-Anual
PRODER	Programa de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAGER	Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAE/ AL	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento de Alagoas
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUNY	<i>State University of New York</i> (Universidade Estadual de Nova Iorque)
UDL	Unidade de Desenvolvimento Local
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
WWF	<i>World Wild Fund</i> (Fundo Mundial para a Natureza)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. MÉTODO E METODOLOGIA ADOTADOS	21
PARTE I – Conservação e sustentabilidade como referencial adotado	30
2. Cultura e desenvolvimento sustentável	31
2.1. A dimensão cultural do desenvolvimento sustentável	32
2.2. A conservação integrada e a importância do patrimônio cultural construído no desenvolvimento sustentável	34
2.2.1. O patrimônio cultural construído como capital para o desenvolvimento sustentável	39
3. O local no desenvolvimento sustentável	42
3.1. O desenvolvimento local	43
3.1.1 O capital social em metodologias de desenvolvimento local sustentável	45
PARTE II – Metodologias de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável como objeto de estudo	47
4. O patrimônio cultural construído em metodologias de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável	48
4.1. A Agenda 21 Local	59
4.1.1. Origem, objetivos e resultados esperados	60
4.1.2. A estrutura metodológica da Agenda 21 Local	61
4.2. A GESPAR	66
4.2.1. Origem, objetivos e resultados esperados	67
4.2.1. A estrutura metodológica da GESPAR	68
4.3. O Programa URBAN	73
4.4.1. Origem, objetivos e resultados esperados	73
4.4.2. A estrutura metodológica do URBAN	74
5. Resultado 1: O papel atribuído ao patrimônio cultural construído nos casos metodológicos teóricos da Agenda 21 Local, GESPAR e URBAN	81
PARTE III – O DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, como metodologia implantada	87

6. O Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – DLIS – em Alagoas	88
6.1. Origem, objetivos e resultados esperados do DLIS	91
6.2. A adaptação pré-operacional da metodologia DLIS para Alagoas	94
6.3. A operação da metodologia DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas	96
6.3.1. A estrutura metodológica implantada do DLIS em Marechal Deodoro	98
6.3.2. Os produtos gerados na implantação da metodologia DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas	106
6.3.2.1. O diagnóstico participativo	107
6.3.2.2. O plano de desenvolvimento local	108
6.3.2.3. A agenda de prioridades	111
7. Resultado 2: O papel desempenhado pelo patrimônio cultural construído no DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas	115
PARTE IV – A discussão do papel atribuído e desempenhado pelo do patrimônio cultural construído na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável	125
8. Resultado 1 X resultado 2: A importância do patrimônio cultural construído no desenvolvimento local sustentável	126
9. Conclusões	130
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
APÊNDICES	143
Apêndice A – Carta de apresentação aos entrevistados	144
Apêndice B – Relação de entrevistados por grupo/ função no DLIS	145
Apêndice C – Formulário utilizado nas entrevistas semi-estruturadas	146
Apêndice D – Tabela geral de tabulação das respostas ao questionário	150
Apêndice E – Tabelas específicas de tabulação das respostas ao questionário	151
Apêndice F – Diagrama metodológico da pesquisa	153

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar a contribuição do patrimônio cultural construído na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável. Especificamente, pretende-se (i) identificar o papel atribuído ao patrimônio cultural construído no desenho das principais metodologias de planejamento do desenvolvimento sustentável à base local implantadas no Brasil após Constituição de 1988; e (ii) identificar o papel desempenhado pelo patrimônio cultural construído na implantação da metodologia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS – em Marechal Deodoro, Alagoas, como contribuição ao desenvolvimento local sustentável.

O objeto de estudo investigado é caracterizado como metodologias generalizantes, ou *frameworks*, cada vez mais empregadas por atores internacionais e nacionais, governamentais e não-governamentais, na promoção do desenvolvimento sustentável à base local, como uma resposta a três décadas de debates internacionais sobre sustentabilidade e suas várias dimensões. A questão da pesquisa se coloca quando essas metodologias nem sempre abordam a relação dialética e interdependente entre desenvolvimento sustentável e conservação integrada, diretamente relacionada à dimensão cultural do desenvolvimento, que tem como um de seus principais meios de fixação o patrimônio cultural construído. Entendendo, neste trabalho, o estoque construído, de edificações, de uma localidade, com forte relação com sua história, como uma espécie de herança ou patrimônio cultural arquitetônico, construído, questionou-se aqui qual o papel desse patrimônio na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável.

Para responder à questão posta, a pesquisa adotou como referências dois grandes campos teóricos análogos e intimamente ligados. Um, o desenvolvimento sustentável, com recortes no desenvolvimento local e dentro dele o capital social como veículo para planejamento e transmissão da herança patrimonial entre gerações. O outro, a cultura, vista por aspectos da conservação integrada, com foco no patrimônio cultural construído como veículo, matéria de fixação da mensagem cultural entre gerações.

É, pois, o patrimônio cultural construído uma espécie de capital fixo importante para o

O LAÇO QUE PRENDE

Um estudo sobre conservação integrada em metodologias de desenvolvimento local sustentável:
O papel do patrimônio cultural construído.

processo de desenvolvimento local, com propriedade de agregar valor imaterial à matéria, o laço que prende passado e futuro, que prende cultura e desenvolvimento, permanência e mudança na história escrita pelas pessoas de uma localidade. Nesse sentido, empreenderam-se estudos considerando a inter-relação entre o desenvolvimento local, o capital social e o patrimônio cultural construído, este último entendido como elo entre as anteriores.

Logo em sua primeira página, o Relatório Brundtland defendeu que *“nossa herança cultural [...] pode fortalecer nossos interesses econômicos e imperativos de sobrevivência”* (1988, p.1). Em outras palavras, desenvolvimento e conservação são duas faces da mesma moeda; como afirma Zancheti, *“não existe conservação sem desenvolvimento local, pois conservação é uma atividade que precisa do uso dos recursos sociais que não geram benefícios financeiros em curto prazo”* (2005, p.63). Daí o patrimônio cultural construído se constituir em uma espécie de capital cultural fixo, cujo valor imaterial agregado é qualificador do processo de desenvolvimento local sustentável.

O estudo de casos de metodologias de planejamento do desenvolvimento local sustentável permite verificar a operacionalização dessa afirmativa, se de fato – e como – elas consideram a herança patrimonial como recurso latente para o desenvolvimento local. Mais especificamente, como abordam a conservação do patrimônio cultural construído como meio e fim do desenvolvimento, visto que uma das grandes questões da sustentabilidade passa por observar o equilíbrio entre as mudanças, as transformações inerentes ao processo de desenvolvimento, e a permanência de estruturas do passado que garantam, ao menos, a transmissão do mesmo padrão de riqueza de uma geração para a outra. Essa preocupação encontra respaldo no documento base para discussão da Agenda 21 brasileira, tratando especificamente de cidades de interesse histórico integrantes da rede urbana do país:

[...] Suas características constituem um valor c

planejamento para o desenvolvimento local sustentável deveria então objetivar não apenas a elevação da

Capítulo 3 aborda o papel do local no desenvolvimento sustentável, e os conceitos de desenvolvimento local e de capital social no contexto do assunto estudado.

A Parte II trata de metodologias de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável como objeto de estudo. Nela, o Capítulo 4 historia o assunto, e caracteriza três dessas metodologias como casos teóricos. Empreende-se uma análise da origem, dos objetivos, resultados esperados ao final do processo de implantação, e da estrutura metodológica de cada uma delas. Como primeiro resultado das análises, o Capítulo 5 traz qual foi o papel *atribuído* ao patrimônio cultural construído nos casos teóricos, do desenho metodológico, da Agenda 21 Local brasileira, a Gestão Participativa para o Desenvolvimento (GESPAR), e a do programa europeu URBAN.

A Parte III trata de um caso prático, implantado no estado de Alagoas, especificamente no município de Marechal Deodoro – o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS). O Capítulo 6 apresenta o DLIS, sua origem, objetivos e resultados esperados, à semelhança da análise empreendida com as outras três metodologias. Porém, por se tratar de um caso implantado, é analisada também a sua adaptação pré-operacional para o estado, e sua operacionalização no município de Marechal Deodoro, incluindo a estrutura metodológica como foi implantada, e os principais produtos gerados intencionalmente pela implantação (o diagnóstico participativo local, o plano de desenvolvimento e as agendas de prioridades). O capítulo sete encerra esta Parte apresentando um segundo resultado, decorrente das análises empreendidas, onde se verifica qual o papel *desempenhado* patrimônio cultural construído no DLIS em Marechal Deodoro como caso prático.

A Parte IV traz a discussão do papel atribuído, e desempenhado, pelo patrimônio cultural construído na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável, de seus desenhos a aspectos empíricos oriundos da realidade. O Capítulo 8 faz uma análise cruzada dos resultados do papel *atribuído* ao patrimônio cultural construído, e o de fato *desempenhado* por ele em metodologias de desenvolvimento local sustentável, apresentados nos Capítulos 5 e 7. Essa triangulação permite retomar a questão da pesquisa, sobre qual a importância do patrimônio cultural construído no desenvolvimento local sustentável. Por fim, o Capítulo 9 resume as conclusões gerais do trabalho, encerrando a parte textual do documento.

As referências bibliográficas estão apresentadas no Capítulo 10, incluindo as fontes de evidência utilizadas na pesquisa (documentos de referência das quatro metodologias, relatórios, e produtos gerados pelo caso prático analisado). Como Apêndices, são apresentados para consulta complementar os principais instrumentos utilizados na pesquisa de campo, a lista de entrevistados, bem como tabulações preliminares dos dados das questões objetivas, e o diagrama metodológico que deu origem a este trabalho.

É sabido que metodologias de fomento do desenvolvimento endógeno, de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável, não são garantia de desenvolvimento. São, sim, apenas um meio utilizado, uma espécie de caminho percorrido na busca desse tão desejado desenvolvimento por atores mais diversos, locais e institucionais. Foi o poder de alcance dessas metodologias generalizantes, de interferir em dinâmicas locais econômicas, sociais, políticas e, sobretudo, culturais, que despertou a inquietação desta autora para realizar o trabalho aqui apresentado. O desejo é que as reflexões e resultados nele contidos possam somar aos debates sobre desenvolvimento e cultura; e sobre como, de que forma, o patrimônio cultural construído tem sua contribuição a dar para o desenvolvimento local sustentável.

1. MÉTODO E METODOLOGIA ADOTADOS

O “estudo de caso” foi adotado como método para alcançar os objetivos da pesquisa, apoiado por leituras de um referencial teórico-conceitual relacionado às temáticas abordadas. De caráter analítico e explanatório, o método está baseado nos trabalhos de Yin (2005), e George e Bennet (2004), tratando desde a definição do problema da pesquisa, da montagem do projeto, da coleta e análise de dados, até a preparação dos relatórios dos casos e conclusões.

Ao estudar o papel do patrimônio construído em metodologias de desenvolvimento local, tanto em casos teóricos – Agenda 21 Local brasileira, a Gestão Participativa para o Desenvolvimento (GESPAR), e URBAN – como em um caso prático¹ – o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) – o método se revelou adequado por possibilitar a abordagem de uma problemática contemporânea, de complexa delimitação – o emprego generalizante de metodologias de desenvolvimento local sustentável, tratando de um aspecto específico – o papel do patrimônio nessas metodologias, onde os resultados da pesquisa permitem a inferência de questões generalizáveis para teorias existentes – do desenvolvimento local, sustentável, da conservação integrada.

Segundo Yin (2002), apesar de ter sido durante muito tempo considerado como uma espécie de “parente pobre” entre os métodos de pesquisa em ciência social, o estudo de caso para fins de pesquisa científica, e não apenas como ferramenta de ensino, vem sendo usado extensivamente nas disciplinas tradicionais (como sociologia, ciência política, história, antropologia e economia), e nas áreas de orientação prática (como planejamento urbano, administração e política pública, trabalho social educação). A essência do método é que a pesquisa empírica, para avançar e deixar de ser meramente coleta de dados, deve vir sempre

¹ Ressalta-se que aquilo que é intitulado, no âmbito desse trabalho, e em consonância com o método adotado, de **casos teóricos** são os casos estudados nos seus **desenhos metodológicos**, apresentados nos documentos produzidos para a sua aplicação, seus textos de referência e demais documentos complementares de uma proposta de atuação. Mesmo que algumas dessas metodologias tenham sido implantadas em outras realidades, essas práticas não são aqui objeto de estudo. De modo complementar, o que neste trabalho se intitula de **caso prático** é aquela metodologia de desenvolvimento local analisado como **caso implantado**, onde a análise inclui não apenas seus documentos de referência, mas também dos documentos produzidos a partir de sua adaptação, operação e implantação em uma realidade local, e a opinião dos atores envolvidos no processo em questão.

acompanhada de um pensamento lógico para uma análise compreensiva, permitindo uma investigação a fim de “*preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real*” (YIN, 2002, p.20).

George e Bennet (2004) acrescentam que a aproximação metodológica do estudo de caso permite um exame detalhado de um aspecto de um episódio, com a finalidade de desenvolver ou testar explicações que possam ser generalizáveis a outros eventos. Um bom estudo de caso pode até proporcionar o que eles chamam de *insights* teóricos quando o caso estudado não parece “encaixar” nas teorias existentes.

Dessa forma, estudos de caso são utilizados tanto para testar teorias existentes, como para provocar uma reformulação dessas teorias quando o caso assim o sugere. Esse percurso de trabalho é ilustrado a seguir, onde se tem a teoria (a) que proporciona o aporte teórico ao objeto (b) – *percurso 1*, que permite uma aproximação de um caso identificado para estudo (c) com a finalidade de testá-la – *percurso 2*, cujas conclusões possibilitam a revisão do objeto teórico (b) e, conseqüentemente, da teoria (a) – *percursos 3 e 4*, de onde pode surgir a necessidade de ajustar a teoria (a), inferindo generalizações teóricas a partir de um estudo, ou estudos, de caso – *percurso 5*.

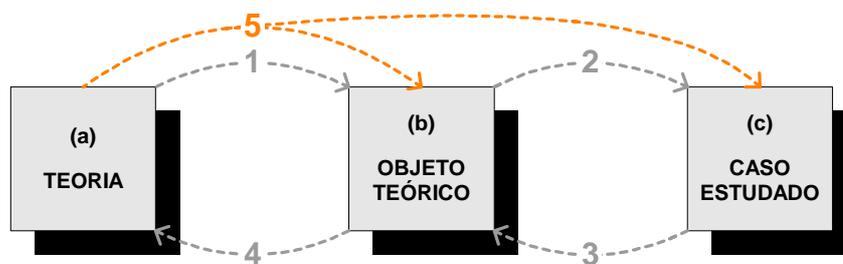


Figura 1 – Diagrama resumo do método de estudo de caso.

Nota: Elaborado pela autora com base em Yin (2005) e George e Bennet (2004).

O método tem sua aplicação relacionada a pesquisas que buscam compreender questões carregadas de subjetividade sobre um conjunto de acontecimentos contemporâneos, onde o pesquisador tem sobre eles pouco ou nenhum controle. Esse conjunto se constitui em um caso a ser estudado, e cujas conclusões podem ser generalizáveis as proposições teóricas; o objetivo do método é expandir e generalizar teorias, não numa análise “particularizante”,

mas sim “generalizante” – ou generalização analítica (LIPSET, TROW e COLEMAN, 1956, *apud* YIN, 2002, p.30).

Na elaboração da metodologia particular da pesquisa, foi utilizada a estratégia de estudo de casos múltiplos para a análise teórica de quatro desenhos metodológicos, combinada à de estudo de caso único para a análise de um caso prático de metodologia implantada. Tal método aplicado à pesquisa subdividiu-a em duas partes. A primeira, um estudo de casos teóricos múltiplos – Agenda 21 Local, GESPAR e URBAN, com suas respectivas unidades incorporadas de análise. A segunda, um estudo de caso prático único – o DLIS, também com suas respectivas unidades incorporadas de análise.

Para se constituírem como *frameworks*, metodologias generalizantes de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável, tanto os casos teóricos da Agenda 21 Local, da GESPAR e URBAN, quanto o caso prático do DLIS, atenderam minimamente critérios relativos a:

- (i) *Representação territorial*: podem ser implantadas em um estado, região ou país, não se caracterizando, portanto, em um caso isolado com forte singularidade local.
- (ii) *Prazo relativamente definido de implantação*: constituem-se em uma metodologia com tempo de implantação, que pode ser determinado e curto, de seus principais passos metodológicos, para chegar até a elaboração de um plano de desenvolvimento local ou documento análogo;
- (iii) *Abordagem generalizante do desenvolvimento*: propõem-se a tratar das várias dimensões do desenvolvimento sustentável, podendo ter ênfase maior dada a alguma dimensão específica, dependendo da instituição promotora e o objetivo final pretendido sem, contudo, se constituir em uma intervenção setorial ou temática;
- (iv) *Gerar ações e/ ou projetos de ação*: como parte fundamental do processo de desenvolvimento local sustentável, as metodologias compreendem a produção de um documento que sintetiza objetivos e metas definidos coletivamente, a

fim de funcionar como instrumento de orientação do desenvolvimento local do município ou território em questão.

A GESPAR foi uma das primeiras metodologias do tipo implantadas em larga escala no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990. No contexto mundial de discussão sobre sustentabilidade e suas dimensões, a Agenda 21 e sua versão local é também mencionada em seus documentos de referência. A análise da metodologia brasileira da Agenda 21 Local se fez necessário para conhecer o que é uma espécie de “espelho” para a GESPAR, e também para o DLIS como caso prático. A metodologia do URBAN atrai atenção para ser igualmente estudada pela sua implantação contemporânea às demais mencionadas, também com raízes conceituais na Agenda 21, e numa escala maior que nacional, em quase todo continente europeu. A seleção dessas quatro metodologias, dentre as mais de uma dezena de outras identificadas ao longo da pesquisa², foi orientada pelos critérios mencionados, bem como pelo fato de existir uma quantidade de material publicado à respeito, necessários ao desenvolvimento dos estudos de casos.

Dentre elas, a escolha da metodologia DLIS – Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – como caso prático para análise neste trabalho se deveu a três condicionantes. Primeiro, de atendimento à premissa de ser este caso uma metodologia generalizante, que pretendeu tratar o desenvolvimento em suas várias dimensões, tendo igualmente raiz na Agenda 21. Segundo, o DLIS foi de fato implantado no Brasil entre 1999 e 2003, de norte – como São Gabriel da Cachoeira (no Amazonas), a sul, como São Miguel das Missões (Rio Grande do Sul), de nordeste – Canindé do São Francisco (Sergipe), sudoeste – Saquarema (RJ), a centro-oeste – como Poxoréu (Mato Grosso do Sul). Foi grande sua difusão em nível nacional, chegando a quase 2000 localidades distribuídas nas 27 unidades da Federação (FRANCO, 2002), superando as demais brasileiras em alcance territorial. Terceiro, no estado de Alagoas o DLIS atingiu seu máximo de abrangência em relação a outros estados, estando presente em 70% dos municípios alagoanos. Isso incluiu os municípios de Piranhas, Penedo e Marechal Deodoro, com os mais importantes e reconhecidos sítios históricos do estado, com conjuntos patrimoniais de tombamento federal pelo IPHAN.

² Como as metodologias utilizadas no Farol do Desenvolvimento (BNB), no PRODER (SEBRAE), no PRONAGER, PRONAF, PNMT, e mais recentemente APL (Governo Federal), Territórios Produtivos (SEBRAE/ AL), PAPL (Governos de Alagoas e Maranhão), etc.

A opção da pesquisa por trabalhar com municípios com estoque significativo de patrimônio cultural construído permitiu observar situações de cidades de pequeno porte, com patrimônio conhecido, mas não necessariamente reconhecido oficialmente por instrumentos legais em contextos nacionais, ampliados. A “evidência” desse patrimônio possibilitaria identificar o papel desempenhado por ele na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável – no caso, o DLIS. Essa análise não seria possível, de forma objetiva, em locais sem patrimônio conhecido, evidente, pois dependeria primeiro de um trabalho anterior com a população local de fazê-los conhecer o seu patrimônio, para depois saber se eles o conferem importância nos moldes deste trabalho.

Dos três municípios citados (Piranhas, Penedo e Marechal), o processo de implantação do DLIS em Marechal Deodoro se destacou para ser objeto de análise também por alguns condicionantes necessários à seleção. Primeiro, possuía relevante quantidade de estoque patrimonial, devido à sua condição de povoação original desde o Brasil colônia – Marechal Deodoro foi ainda a primeira capital de Alagoas. Segundo, o município é culturalmente representativo do estado pelo seu patrimônio material e imaterial, com filarmônicas populares, folguedos tradicionais, escultores, artesãos, rendeiras, doceiras, entre outros. Terceiro, Marechal Deodoro difere dos demais municípios também por ter sido tombado após a implantação do DLIS. Esse fato possibilitou uma análise do caso prático em um contexto onde, para um dos principais promotores da iniciativa, o Governo Federal (o outro era o SEBRAE), Marechal era uma cidade sem acesso a programas federais de restauração ou conservação do seu patrimônio cultural construído, e nem o estado, nem o município o faziam com recursos próprios. Em fim, o DLIS como experiência de extensão nacional encontra em Marechal Deodoro aspectos que o tornam uma amostra da realidade de municípios com estoque patrimonial com pouco reconhecimento oficial, e igualmente pouco investimento na sua conservação.

Para verificar o papel da conservação do patrimônio cultural construído nas estruturas metodológicas dos casos identificados, foram adotadas como unidades incorporadas de análise dos casos teóricos (i) aspectos de conteúdos tratados na sensibilização e capacitação dos atores – o início do “processo”, que norteia a construção dos principais “produtos” (plano e agenda de desenvolvimento local sustentável); e (ii) constituição da rede institucional que

apóia a iniciativa, tudo visando a identificação do papel atribuído ao patrimônio cultural construído.

Além dessas, foram definidas como unidades incorporadas de análise do caso prático implantado (i) adaptações pré-operacionais da metodologia DLIS; (ii) assuntos que motivaram os atores locais a participar do DLIS, catalisando o capital social, e (iii) conteúdos produzidos na implantação da metodologia DLIS em Marechal Deodoro, identificando o papel desempenhado pelo patrimônio cultural construído no seu processo de DLIS.

De modo a apoiar o método de estudo de caso, foi utilizado ainda um estudo sobre avaliação qualitativa de programas sociais prioritários, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas – NEPP/ UNICAMP (1999), como suporte à elaboração e definição dos procedimentos operacionais da pesquisa. Esse estudo auxiliou no entendimento dos mecanismos de coleta, organização e análise de dados como amplos e complexos, onde várias são as fontes, primárias e secundárias, de origem desses dados.

O estudo de casos múltiplos dos desenhos metodológicos da Agenda 21 Local, da GESPAR e do URBAN baseou-se em fontes secundárias, consistindo em documentos de referência das metodologias e, eventualmente, textos por elas recomendados como referencial de leitura. No caso específico do DLIS, foram utilizados ainda documentos produzidos durante a implantação (esquemas de adaptação pré-operacional, relatórios de supervisão, diagnóstico, plano, agendas) e também realizadas entrevistas (questões abertas e fechadas) com atores envolvidos nas fases de desenho, de implantação e de funcionamento, diferenciados por posição em relação à metodologia. Estes atores foram agrupados por função no DLIS (Apêndice B), como segue:

Grupo I – Formuladores do DLIS: Este grupo compreendeu os dois principais técnicos que então atuavam como consultores, respectivamente, do Governo Federal e do SEBRAE Nacional à época da formulação da metodologia. Suas contribuições orientaram desde a base referencial-teórica adotada, bem como o desenho da estrutura metodológica do DLIS, difundida nacionalmente por meio dos programas Comunidade Ativa e SEBRAE Desenvolvimento Local.

Grupo II – Adaptadores/ operadores da metodologia DLIS em Alagoas: Este grupo compreendeu 16 técnicos envolvidos na implantação estadual do programa, incluindo três técnicos responsáveis pela primeira adaptação da metodologia para Alagoas; dez supervisores de desenvolvimento local, responsáveis pela segunda adaptação no momento de implantação da metodologia nos municípios alagoanos; dois representantes de instituições parceiras (Secretaria Estadual de Planejamento e Banco do Nordeste) diretamente envolvidos na implantação do DLIS na Região das Lagoas, e um capacitador de DLIS para o município de Marechal Deodoro.

Grupo III – Participantes locais do DLIS: Este grupo, composto de acordo com as recomendações metodológicas do DLIS, compreendeu 18 dos 25 atores integrantes do fórum de desenvolvimento local (FDLIS) de Marechal Deodoro³, que participaram ativamente do processo de implantação da metodologia no município, desde a sensibilização, formação do Fórum, elaboração do diagnóstico participativo, do plano e da agenda de prioridades. É um grupo heterogêneo na representação (poder público municipal e estadual, Câmara de Vereadores, moradores, diversas associações locais e pequenos empreendedores) e formação/ grau de instrução.

As entrevistas (Apêndices B e C) ocorreram entre os meses de outubro a dezembro de 2007, em número de 36, sendo duas no Grupo I, 16 no Grupo II e 18 no Grupo III. Seu formato trazia duas perguntas abertas, mais gerais sobre a origem do DLIS e contribuições do patrimônio cultural construído na sua implantação, e um questionário fechado, sobre o papel do patrimônio por grandes fases de implantação da metodologia.

As perguntas da entrevista e questionário foram elaboradas para permitir a triangulação de dados entre fontes múltiplas de evidência utilizadas na pesquisa⁴. A definição

³ O grupo encontra-se relacionado no principal documento produzido pelo DLIS em Marechal Deodoro, o *Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Marechal Deodoro* (SEBRAE/AL, 2002). Dos sete dos integrantes não entrevistados, um não foi encontrado, três foram localizados em Alagoas, mas não puderam (por motivos diversos) participar da pesquisa, um retornou para o interior do Rio Grande do Sul (seu estado natal), e dois mudaram de país (Suíça e Espanha), não tendo sido localizados para participar a distância. Considerando que durante o processo de implantação do DLIS a frequência do Fórum nas reuniões muitas vezes se deu com 18, até 15 pessoas, avaliou-se que não houve comprometimento da categoria de entrevistados – Participantes Locais.

⁴ Segundo Yin (2006), a triangulação entre fontes múltiplas de evidência tem como vantagem mais importante o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, contribuindo para que as conclusões de um estudo de caso sejam ao máximo coerentes e convincentes, e baseadas em extensa documentação.

dos três grupos de entrevistados, em níveis nacional, estadual e local, visou também reduzir possíveis vieses na interpretação dos resultados, ao permitir a análise cruzada entre grupos com maior e menor proximidade, ou exposição, ao patrimônio. O objetivo principal das entrevistas foi conhecer a opinião dos três grupos de envolvidos sobre quais os motivos que originaram o DLIS (questão aberta); qual a contribuição do patrimônio cultural construído (PCC) na implantação do DLIS, se ele ajudou, o não, e por quê (questão aberta), e qual a importância desse patrimônio cultural construído nas grandes fases de implantação do DLIS, seja como causa/ motivo de participação no desenvolvimento local, meio de realização das reuniões visando o desenvolvimento local, ou fim específico do desenvolvimento local (questões fechadas).

Ou seja, para cada uma das grandes fases do DLIS, foi elaborado um conjunto de questões que permitissem a mensuração da importância do patrimônio cultural construído no desenvolvimento local. Nessas questões, foram utilizadas duas escalas de aferição. Uma, a escala nominal de classificação (LEVIN, 1987), onde o patrimônio foi indagado como *causa – meio – fim* de cada etapa de implantação do DLIS. Outra, à primeira associada, uma escala ordinal de classificação da importância do patrimônio nessas etapas. Essa escala de importância foi baseada na escala Likert (MARTINS, 2006), e apresentava questões relacionadas a um intervalo de 1 (nenhuma importância) a 5 (muita importância). A redação das questões fechadas teve como parâmetro uma matriz de aferição concebida para a pesquisa, apresentada a seguir (Quadro 1).

Grande fase de implantação da metodologia DLIS		Nível ordinal de mensuração [Escala de importância, variação da escala Likert]				
		1 Nenhuma importância	2 Pouca importância	3 Relativa importância	4 Alguma importância	5 Muita importância
Nível nominal de mensuração	PCC como CAUSA do DL motivação da ação	1	2	3	4	5
	PCC como MEIO do DL instrumento da ação	1	2	3	4	5
	PCC como FIM do DL objetivo principal da ação	1	2	3	4	5

Quadro 1 – Matriz de aferição ordinal e nominal, por fase do DLIS, da importância do patrimônio cultural construído (PCC) como causa, meio e/ou fim na implantação de processos de desenvolvimento local (DL) – 2007.

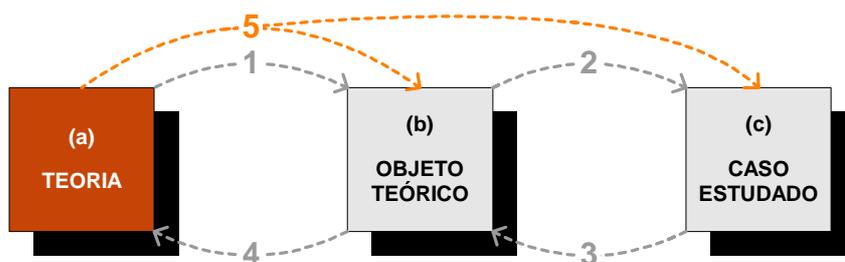
Nota: Elaborado pela autora com base em Gil (2007), Levin (1987), Martins (2006) e Yin (2006).

A maior parte das entrevistas foi presencial, tendo ocorrido em Alagoas e Pernambuco, excetuando-se àqueles entrevistados hoje residentes em Brasília, Rio Grande do Sul e Paraná. Nestes casos, à distância, as questões abertas foram respondidas por telefone, e as fechadas – o questionário – por correio eletrônico.

A conjugação das bases metodológicas apresentadas produziu uma estrutura de trabalho (Apêndice F) com procedimentos operacionais organizados em dez etapas de pesquisa, iniciada a partir da definição do problema, e finalizada com a redação da dissertação. Essas etapas foram compreendidas em três grandes fases: (i) definição e planejamento, (ii) preparação, coleta e análise e (iii) análise e conclusão.

Optou-se aqui por uma estrutura analítica linear de relatório de estudo de caso por se tratar de uma abordagem-padrão para relatórios de pesquisa, recomendada para trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado, e aplicável ao caráter analítico e explanatório da pesquisa empreendida. A seqüência de sub-tópicos inclui o tema e o problema estudado, uma revisão da literatura relevante existente, análise das descobertas a partir dos dados coletados, conclusões e implicações feitas a partir das descobertas (YIN, 2006).

Toda a discussão e resultados indicam, entre outros caminhos, a continuidade dos estudos da autora sobre a relação entre patrimônio cultural construído e desenvolvimento local, sugerindo inclusive que um arcabouço teórico de formulação de metodologias de desenvolvimento local necessita ser mais bem investigado, e até ajustado, a fim de permitir uma compreensão mais ampla da relação dialética entre desenvolvimento e cultura, e do papel do patrimônio cultural no desenvolvimento local sustentável.



PARTE I

Conservação e sustentabilidade como referencial adotado

2. CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A importância do desenvolvimento sustentável foi difundida à comunidade mundial no final da década de 1980 pelo Relatório Brundtland. Seu conceito foi então definido como “*aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*” (COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD, 1988, p.42), e nasceu em um contexto de crises mundiais do desenvolvimento e do meio ambiente, ainda hoje não superadas.

O Relatório Brundtland concluiu que é possível haver desenvolvimento sem destruir o planeta em que se vive, sendo imprescindível um crescimento econômico convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista ambiental e social (CMMAD, 1988). Para tanto, é necessário empreender um esforço coletivo planetário na mudança do paradigma de desenvolvimento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA, 2000). Os debates sobre o tema desde então ratificaram o entendimento de que desenvolvimento deve compreender várias dimensões de sustentabilidade inter-relacionadas, como política, econômica, social, ambiental e cultural, tendo como sujeito principal o homem, sua harmonia com a humanidade e o ambiente no qual está inserido.

Uma década depois do Relatório Brundtland, Sen (2002) acrescentou que esse desenvolvimento também significa um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, numa procura pelo atendimento das suas necessidades atuais e futuras. Assim, liberdades políticas, sociais, econômicas, ambientais ou culturais são ao mesmo tempo fins e meios principais na busca do desenvolvimento e da qualidade de vida, relacionando-se com as dimensões do desenvolvimento sustentável, e estando a elas diretamente vinculadas. No atual mundo globalizado, cada vez mais sem fronteiras entre nações e modos de vida, uma dimensão da sustentabilidade – ou aspecto de liberdade – tem recebido certa atenção: a dimensão cultural, ou cultura de cada povo.

Durante os últimos vinte anos, a relação de interdependência entre desenvolvimento e cultura de uma população foi abordada muitas vezes de forma negativa, como uma espécie de doutrina que predestina à pobreza ou à riqueza dos homens, das sociedades e até das nações. Porém, a verdadeira dificuldade foi – e continua sendo – mobilizar os recursos materiais e imateriais latentes específicos que cada cultura contém em favor de seus projetos de desenvolvimento sustentável (HERMET, 2000)⁵.

2.1.A dimensão cultural do desenvolvimento sustentável

Apesar do conceito de cultura ser vasto, com vários significados, e suas interações com o desenvolvimento serem de difícil medição, ela constitui de forma também ampla o próprio fundamento social do desenvolvimento, onde as demais dimensões da sustentabilidade podem ser compreendidas como aspectos da cultura local de uma comunidade (PONTUAL, 2002). Cada cultura produz sua história ao longo do tempo, o que torna seu legado – o patrimônio cultural material e imaterial – essencialmente, um recurso não-renovável, devendo ser transmitido como herança às gerações porvir⁶.

Sob essa ótica, o homem “sujeito” do desenvolvimento é, essencialmente, um ser de cultura; é sua cultura que o permite não apenas adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem, às suas necessidades, aos seus projetos (CUCHE, 1999)⁷. Nesse sentido, Porter (1998) argumenta que a prosperidade territorial é produto do esforço criativo humano, não apenas herdado, mas oriundo das diferenças de cada cultura, de valores locais e nacionais, da história peculiar de cada região, como fatores que em muito contribuem para o desenvolvimento, ou o que ele chama de “êxito competitivo”. Isso permite compreender por que a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável se sobrepõe às outras, estando profundamente ligada às questões do espaço – lugar, país, nação, cidade, e do tempo – história, memória, passado, presente e futuro, dos símbolos – línguas, leis, imagens, religiões, artes, e representações simbólicas – festas, códigos de éticas, ritos (ZANCHETI, 2002).

⁵ Guy Hermet escreveu esta obra inspirado nos trabalhos e documentos apresentados ao Fórum “Desenvolvimento e Cultura”, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em Paris, em março de 1999.

⁶ Aqui, Pontual (2002) referencia o Relatório *Nossa Diversidade Criadora* (UNESCO, 1997).

⁷ Para Cuche, a cultura é aqui entendida amplamente como um conjunto evolutivo de crenças e modos de comportamento de um grupo humano, e no detalhe das diversas identidades de cada uma delas.

Sen (2002) já havia afirmado que algumas

nos mesmos princípios. Negligenciá-la permitindo, por exemplo, que a herança ou o patrimônio cultural se deteriore, pode levar à falência os valores culturais que proporcionam àquela comunidade um senso de identidade, causando uma quebra do processo cultural do lugar, interrompendo o ciclo de transferência de riqueza de uma geração para a outra, comprometendo a sustentabilidade de seu desenvolvimento (THROSBY, 1999).

2.2. A conservação integrada e a importância do patrimônio cultural construído no desenvolvimento sustentável

A relação entre desenvolvimento sustentável e cultura é mais bem compreendida a partir da noção de conservação integrada, cujos princípios foram primeiramente sistematizados e tornados públicos na Declaração de Amsterdã (1975). Tais princípios e recomendações abordam a conservação do patrimônio arquitetônico, ou construído, uma forma de patrimônio cultural, como objetivo maior do planejamento urbano e regional para o desenvolvimento, sendo fundamental a integração interinstitucional, intersetorial, multidisciplinar e de responsabilidade compartilhada.

Ainda, afirma a Declaração que o chamado patrimônio cultural construído:

- Para além de seu valor cultural, contribui para a tomada de consciência das populações em relação às suas histórias e destinos comuns;
- É mais que edifícios isolados, sendo também conjuntos, bairros ou cidades que apresentam interesse histórico e cultural;
- É riqueza social, com responsabilidade de manutenção coletiva;
- É responsabilidade particularmente dos poderes e entes locais, aos quais competem a maioria das decisões sobre planejamento;
- Deve ser conservado sem provocar alterações substanciais na composição social dos habitantes locais, beneficiando todas as camadas da população;
- Deve ser assunto de programas de educação e formação, permitindo sua sobrevivência para as gerações atuais e futuras.

Ao mesmo tempo, em meados dos anos 1970, o entendimento da conservação integrada como campo teórico e prático tem origem no urbanismo progressista italiano à época, difundido mundialmente a partir da experiência da cidade de Bolonha. Nas décadas que se seguiram, o caráter de revitalização ou reabilitação⁹ de áreas históricas obsoletas passou a ter também por objetivo recuperar o valor econômico do estoque imobiliário, no esteio de políticas neoliberais municipais (ZANCHETTI e LAPA, 2002). Muito além da questão econômica, após a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (no Brasil, em 1992) é associada à conservação integrada a questão ambiental, visando o controle de mudanças das estruturas urbanas ambientais (LACERDA, 2002). O planejamento passa então a se servir do conjunto de técnicas da conservação integrada para uma leitura da cidade, sem ser generalista, entendendo o todo e as partes que o compõe, numa visão sistêmica de sustentabilidade.

Durante esse mesmo período, à exemplo da Declaração de Amsterdã, outras Cartas Patrimoniais ratificaram o papel relevante da conservação integrada para o desenvolvimento sustentável. Algumas delas fazem referência direta ao papel do patrimônio no seu local, no lugar onde ele é produzido.

Na Recomendação de Nairóbi (1976), a salvaguarda de conjuntos históricos é defendida pela função que pode desempenhar na vida contemporânea, como testemunho da história local. A Carta de Burra (1980) define o termo “bem”, análogo a patrimônio cultural construído, como “[...] *um local, uma zona, um edifício ou obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence*” (Carta de Burra, 1980, p.1). A Carta define também o que se entende por adaptação e uso compatível do patrimônio cultural construído.

A Carta de Tlaxcala (1982) já aborda diretamente a relação entre patrimônio e desenvolvimento do local, afirmando que aqueles são bens não renováveis que devem ser utilizados para superar crises econômicas, baseando-se no passado cultural como expressão concreta da memória local. A Carta de Petrópolis (1987) reforça essa idéia, ao apresentar a noção de sítio histórico urbano como espaço concentrador do saber fazer cultural de uma

⁹ Os termos revitalização, reabilitação, recuperação, etc. são entendidos nesse trabalho como expressões similares, considerando-se seu significado no contexto no qual eles são empregados. Uma discussão aprofundada sobre a variedade de termos e respectivos sentidos é apresentada na Carta de Burra (1980).

comunidade, de suas diversas capacidades e manifestações. Já Carta de Washington (1987) trata dessas áreas construídas como documentos históricos que materializam valores das culturas urbanas tradicionais, devendo sua conservação integrar políticas de desenvolvimento em todos os níveis, especialmente o local. A Recomendação Paris (1989) introduz o assunto da cultura tradicional popular, o patrimônio cultural construído podendo ser veículo para sua salvaguarda.

O princípio da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento é apresentado pela Carta do Rio (1992), onde o patrimônio cultural construído é igualmente um recurso não renovável que deve ser usufruído pelas gerações atuais e futuras. Logo em seguida, a Declaração de São Paulo II (1996) pauta a necessidade de divulgar a todos os segmentos sociais (e níveis de ensino) a relação adequada entre desenvolvimento urbano sustentável e proteção do patrimônio cultural construído.

A Declaração de Budapeste (2002) também pontua o equilíbrio apropriado entre conservação, sustentabilidade e desenvolvimento, buscando assegurar envolvimento ativo das comunidades locais. A Carta de Goiânia (2003) traz contribuições de um público específico (o Ministério Público Brasileiro) que entende que desenvolvimento deve ser culturalmente e socialmente orientado, e que preservar não é uma alternativa, mas sim imposição política para garantir a manutenção da face do local e da nação. Por último, a Declaração de Xi'an (2005) propõe o desenvolvimento de instrumentos e práticas de conservação, sendo fundamental o trabalho cooperado de sensibilização e mobilização de comunidades locais, interdisciplinares e também internacionais para a consciência prática da necessidade de conservação.

As Cartas permitem compreender a evolução do pensamento mundial sobre esse local como responsável pela maior parte das ações exercidas sobre o patrimônio (da sua produção, conservação ou até destruição), e de como dele pode se servir para seu desenvolvimento (Quadro 2).

Ano	Título	Síntese e relação do patrimônio cultural construído com seu local
1976	Recomendação de Nairóbi (19ª Sessão da UNESCO – Quênia).	Trata de recomendações relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua funções na vida contemporânea. A conservação do tecido urbano antigo é meio de luta para proteção de singularidades étnicas, fundamental contra o processo de globalização homogenizante das sociedades e seu meio ambiente. O patrimônio cultural construído é então testemunho tangível da riqueza cultural local, elemento fundamental na planificação urbana e territorial, e cujos valores insubstituíveis devem ser conservados, adaptados à vida contemporânea, com maior participação possível dos atores locais, públicos e privados na identificação, sensibilização, planejamento, implementação e monitoramento da conservação.
1980	Carta de Burra (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Austrália).	Define conceitualmente, dentre outros aspectos, o que se entende por adaptação e uso compatível do patrimônio cultural construído, sem destruição do significado cultural para o seu local, buscando preservá-lo e indicar futura destinação ou uso sustentável e conservador de seus predicados.
1982	Carta de Tlaxcala (3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental – México).	Reafirma que as pequenas aglomerações urbanas se constituem em reservas de modos de vida como testemunho cultural, conservando escala própria e relações comunitárias específicas, conferindo identidade local. Considera o patrimônio dessas pequenas zonas como bens não renováveis, que devem ser utilizados para superar a crise econômica, baseando-se no passado cultural e em expressões concretas da memória. Reafirma ainda a importância dos planos de desenvolvimento para diminuir o processo de abandono do patrimônio cultural construído, como ação que deve participar, necessariamente, da melhoria das condições sócio-econômicas e da qualidade de vida local.
1987	Carta de Petrópolis (1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos – Brasil).	Apresenta a noção de sítio histórico urbano como espaço concentrador do saber fazer cultural de uma cidade/ comunidade, suas diversas capacidades e manifestações. Considera toda cidade um “organismo” histórico, onde o sítio histórico urbano é parte integrante de um contexto mais amplo compreendendo o ambiente natural, o construído, e a vivência dos habitantes num espaço de valores do passado e do presente, em processo de transformação.
1987	Carta de Washington (Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – Estados Unidos).	Trata da conservação de áreas urbanas e centros históricos, grandes ou pequenos, como documentos históricos que materializam valores das culturas urbanas tradicionais. Afirma ainda que a conservação do patrimônio deve ser parte integrante de políticas coerentes de desenvolvimento econômico e social e do planejamento regional e urbano, em cada nível. Define também atributos a serem preservados (padrões urbanos, relações edifício X área aberta, forma e funções adquiridas ao longo do tempo, relação centros/ edifício X contexto), reforçando a importância de planos de conservação com amplo envolvimento comunitário, do diagnóstico à implementação.
1989	Recomendação Paris (Conferência Geral da UNESCO – 25ª Reunião – França)	Compreende recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, incluindo todas as formas de manifestação dessa cultura – o patrimônio cultural construído uma delas.

(continua)

(Quadro 2 – continuação)

Ano	Título	Síntese e relação do patrimônio cultural construído com seu local
1992	Carta do Rio (Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Brasil)	Estabelece como princípio do desenvolvimento sustentável a integração entre a proteção do meio ambiente e o processo de desenvolvimento, promovendo o equilíbrio econômico e social, de forma a atender as necessidades das gerações atuais e futuras. O patrimônio cultural construído é considerado um recurso não renovável, por isso deve ser preservado. Seu uso e intervenções devem atender às necessidades presentes e futuras, contribuindo e potencializando o processo de desenvolvimento sustentável, especialmente à base local.
1996	Declaração de São Paulo II (Recomendações brasileiras à XI Assembléia Geral do ICOMOS – Brasil)	Discute a preservação dos grandes centros urbanos de países em desenvolvimento, defendendo difusão, a todos os segmentos sociais para formação de agentes de preservação, de conceitos das relações adequadas entre desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural. Propõe incorporação em todos os níveis de ensino de conteúdos relativos à identificação do patrimônio como fundamento da identidade local e nacional, símbolo coletivo pela história escrita ou pela memória das populações locais, especialmente as mais carentes.
2002	Declaração de Budapeste (30ª Sessão da UNESCO – Hungria)	Ratifica a importância do patrimônio cultural construído e natural como herança cultural entre gerações, reforçando a necessidade de assegurar o equilíbrio apropriado entre conservação, sustentabilidade e desenvolvimento. Enfatiza o propósito de dar usos apropriados a fim de que o patrimônio contribua para o desenvolvimento econômico e social, bem como a qualidade de vida das comunidades. Ainda, busca assegurar o envolvimento ativo das comunidades locais na identificação, proteção e gestão do patrimônio mundial, promovendo construção de capacidade local.
2003	Carta de Goiânia (1º Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural – Brasil)	Parte da responsabilidade Constitucional do Ministério Público e da sociedade local de preservação do patrimônio cultural (art. 127, 129, 216 e 225). Preservar não é alternativa, é imposição política de garantia de manutenção da face da nação. Coloca que o processo de desenvolvimento não pode ser homogêneo mas cultural e socialmente determinado, onde o patrimônio é variável privilegiada de valor econômico agregado na promoção do desenvolvimento. Ele deve ser compreendido como recurso capaz de promover o desenvolvimento local, onde quaisquer ações envolvem a todos no processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de ações.
2005	Declaração de Xi'an (XV Assembléia Geral do ICOMOS – sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural – China)	Adota como declaração de princípios um conjunto de recomendações abrangendo o desenvolvimento de instrumentos e práticas de conservação, onde esses instrumentos devem incluir medidas de controle, inclusive social, de impactos das mudanças do patrimônio e seu entorno. Afirma que se deve trabalhar na sensibilização e mobilização das comunidades locais, interdisciplinares e internacionais para cooperação e fomento de uma consciência social e prática sobre a necessidade de conservação.

Quadro 2 – Síntese das Cartas Patrimoniais e da relação do patrimônio cultural construído com seu local – 1976/ 2005.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Recomendação de Nairóbi (1976), Carta de Burra (1980), Carta de Tlaxcala (1982), Carta de Petrópolis (1987), Carta de Washington (1987), Recomendação Paris (1989), Carta do Rio (1992), Declaração de São Paulo II (1996), Declaração de Budapeste (2002), Carta de Goiânia (2003), e na Declaração de Xi'an (2005).

Em síntese, essas Cartas tratam da importância da dimensão cultural do desenvolvimento sustentável e do local para esse desenvolvimento, bem como do patrimônio cultural construído como elemento integrador, causa, meio e fim para esse desenvolvimento. Essa importância, no entanto, precisa ser entendida a partir de uma idéia central – de que o patrimônio cultural, e nele o construído, depende da capacidade e aprendizado local para que se constitua em um ativo, uma herança tangível produtora de riquezas tangíveis e intangíveis, favorecendo o desenvolvimento sustentável do local ou comunidade em questão.

2.2.1. O patrimônio cultural construído como capital para o desenvolvimento sustentável

Muito antes dos debates e conceituações ocorridos no final do século XX sobre desenvolvimento sustentável e transmissão de riquezas entre gerações, em 1849 John Ruskin (1989) afirmou que o ambiente construído pela mão do homem destaca-se como herança cultural, carregando um valor que não se resume aos materiais utilizados em sua manufatura. Segundo ele, as arquiteturas – os edifícios, elementos construídos – são elos entre épocas “esquecidas” e as que ainda virão, constituindo-se em grande parte na identidade de uma cultura. Na Declaração de Amsterdã, o patrimônio também é tratado como essencial para o enriquecimento dos povos, presentes e futuros, e cuja conservação “*contribui para a economia de recursos e para a luta contra o desperdício [...] pois [...] construções antigas podem receber novos usos que correspondam às necessidades da vida contemporânea*” (1975, p.3).

Isso introduz a noção de patrimônio cultural construído como ativo para o desenvolvimento, como recurso não renovável e, portanto, de valor excepcional. O patrimônio cultural construído pode assim ser compreendido como forma específica e crescente de capital fixo, um recurso infra-estrutural que possui a propriedade de agregar o valor imaterial, a mensagem cultural entre gerações, constituindo-se numa espécie de mapa orientador sobre o qual se situa uma sociedade.

Estradas, redes de água, maquinário e também edificações são meios de produção que duram mais de um período produtivo, constituindo o chamado capital fixo; sua presença, juntamente com o capital circulante (matéria prima, força de trabalho, etc.) e outras formas de

capital são determinantes para o processo de produção e desenvolvimento (DEÁK, 1985). O que difere no patrimônio cultural construído é a agregação do valor imaterial, diretamente relacionada ao das outras formas de capital, como o humano e o social, pois são estas que atribuem e reconhecem o valor imaterial àquela matéria edificada.

É, pois, a matéria o laço que prende a mensagem cultural entre gerações, que prende cultura ao desenvolvimento de uma localidade, permitindo a transmissão de valor imaterial e material dessa forma específica de capital fixo¹⁰. A conservação integrada do patrimônio cultural construído, a atribuição de um uso sustentável a esse patrimônio por cada geração que dele se utilize, é o que faz dele uma forma de capital fixo que não padece da obsolescência do uso ou degradação física, prolongando indeterminadamente a sua função no processo de desenvolvimento de uma localidade.

Ou seja, o patrimônio cultural construído é uma forma de capital fixo cujo tamanho da “vida útil” depende de sua conservação. O tempo durante o qual ele pode servir ao processo de desenvolvimento é diferente de outras formas de capital fixo, como a máquina, que pode sofrer desgaste antes da obsolescência técnica, ou se tornar obsoleta antes do desgaste físico. No caso do patrimônio cultural construído, seu uso pode ser reinventado, sempre agregando valores imateriais com o passar do tempo, como o cultural, o cognitivo, de antiguidade, entre outros.¹¹ Conservar esse patrimônio é também “poupá-lo” como recurso não renovável, como capital fixo, transmitindo a riqueza para as gerações que virão.

A importância do patrimônio cultural construído no desenvolvimento sustentável também pode ser compreendida como o que Throsby (1999) classifica como capital cultural. Ele diz que estudiosos do desenvolvimento estão habituados a avaliar várias formas de capital – o fixo, humano, o social, o natural. Como capital cultural, o patrimônio está a todos associado, pois tem a propriedade de materializar, agregar, as várias formas de conhecimento e habilidades de uma sociedade ao longo do tempo. Por isso, a conservação do patrimônio

¹⁰ Considerando o conceito de capitalismo exaustivamente discutido ao longo do tempo por Marx e Weber, entre outros, e compilados por Gian Enrico Rusconi no Dicionário de Política (2000), apreende-se que “*capitalismo é relação social em contínuo dinamismo [...] caracterizado por constantes identificáveis*” (2000, p.141-148), é esse dinamismo que produz a constante identificável ora caracterizada como forma específica de capital fixo – o patrimônio cultural construído.

¹¹ Esses e outros valores foram definidos pelo austríaco Aloïs Riegl no seu livro *O culto moderno aos monumentos*, publicado originalmente em 1903. Trata tal obra do processo que conduz desde o valor monumental intencional até o valor de antiguidade, passando pelo histórico, instrumental, artístico, entre outros.

pode representar, de um ponto de vista histórico ou artístico, um interesse de caráter público (BENHAMOU, 2001). Este patrimônio é um fenômeno cultural com características que podem influenciar no progresso humano, contribuindo significativamente para a compreensão de sustentabilidade (THORSBY, 1999).

O patrimônio cultural construído é, portanto, instrumento pleno de história, do qual os capitais humano e social se servem, e sobre o qual exercem sua ação. Geri-lo é “*negociar a relação entre propriedade (conjuntural) e memória (essencial), tendo o duplo objetivo de assegurar conservação (para gerações futuras) e fruição (pelas atuais)*” (OOSTERBEEK, 2004, p.11). É esse patrimônio o agente ou intermediário com o auxílio do qual, e sobre o qual, opera o conjunto de atores do local onde está inserido, em um ciclo virtuoso de atribuição e reconhecimento de valor, potencializando o desenvolvimento sustentável à base local.

3. O LOCAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A tendência de valorizar o “local” como espaço de planejamento e representação do desenvolvimento teve na década de 1970 um momento de redescoberta mundial, especialmente acentuada em países com democracias estáveis. De 1980 em diante, essa onda de redemocratização a partir do espaço local envolveu significativamente a América Latina e a Europa, embora com diferenças na abordagem e nos resultados obtidos (LEAL, 2003).

Uma grande quantidade de experiências de cunho participativo foi então desenvolvida, sendo semelhantes em discursos, temporalidades e agendas, mas cuja visibilidade é datada apenas da década de 1990. São casos europeus e latino-americanos destinados em sua maioria a municípios de pequeno porte, com diversidade de formatos institucionais e de contextos nos quais se inserem (LUBAMBO, 2005). A participação dos atores locais, nesses casos, é de modo geral entendida como o “*processo por meio do qual as pessoas identificam problemas, propõem e negociam soluções*” (DE LA MORA, 2002, p.245).

A redescoberta do local é apreendida também a partir do Relatório Brundtland e da Rio Eco 92, quando vários países assinaram um documento intitulado Agenda 21¹², comprometendo-se a formular políticas nacionais, regionais e locais sustentáveis, e cujas recomendações deveriam ser ajustadas às especificidades de cada local. Com a finalidade de orientar a colocação em prática dos preceitos globais de desenvolvimento sustentável, também no Brasil a Agenda 21 foi – e é – bastante discutida em nível de políticas nacionais, estaduais e municipais (ZANCHETI, 2002).

Nesse contexto, a redemocratização e valorização do local no desenvolvimento brasileiro tiveram seu marco na Constituição de 1988 (LUBAMBO, 2005). A partir de então, as tendências contemporâneas de gestão pública passaram a se caracterizar pela descentralização de decisões e responsabilidades políticas, abrindo espaço para participação da sociedade na escolha das alternativas de desenvolvimento (PONTUAL, 2002). Esse

¹² Documento base elaborado pela 2ª Conferência Geral das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

pensamento é cada vez mais compartilhado por Governos, ONGs e agências multilaterais¹³, fundamentando iniciativas de promoção do desenvolvimento sustentável à base local, ou desenvolvimento “local”, análogas à própria Agenda 21 em termos conceituais e muitas vezes metodológicos.

Embora com limitações políticas e estruturais, algumas dessas experiências se constituíram como “*importantes alternativas de gestão e governança urbana, apresentando resultados interessantes em termos pedagógicos e de solução de problemas emergenciais que afetam áreas populares*” (LEAL, 2003, p.53). Nesse cenário de discussões sobre desenvolvimento sustentável, e motivado pelo contexto mundial, na última década o Governo Federal implantou – e colaborou na implantação de – estratégias generalizantes, ou *frameworks*, de fortalecimento e fomento do desenvolvimento local sustentável.

3.1. O desenvolvimento local

Uma expressão de Becattini (2000) resume a efervescência do local como espaço merecedor de atenção especial para o processo de desenvolvimento – o tema desenvolvimento local está em moda. Ele diz que “*sobre isso se lê de tudo um pouco: de intermináveis palavrórios jornalísticos a modelos altamente formalizados. O resultado é uma grande confusão que não ajuda a entendê-lo*” (2000, p.123, tradução da autora).

Toda a discussão vem no esteio de uma mudança de paradigma de produção pós-fordista, com a “descoberta” conceitual de clusters, distritos industriais e outras expressões, que referenciam a difusão da produção em territórios específicos. Becattini associa a idéia de desenvolvimento local¹⁴ ainda à figura de Alfred Marshall, que já no final do século XIX apontava o território como possível concentrador de atividades econômicas dinâmicas com base em empreendimentos ou firmas de pequeno porte, numa “*interpenetração [...] de pequenas empresas com a população residente do mesmo território*” (2002, p.46). A essência do desenvolvimento local, segundo ele, reside em combinar um *mix* de características físicas e valores simbólicos locais herdados, presentes em sistemas produtivos (e produtos), com

¹³ Como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros.

¹⁴ Fazendo ele também referência específica ao conceito do Distrito Industrial da chamada Terceira Itália (porção central e setentrional do país).

cooperação e competição, permitindo que certos produtores, concentrados em um certo lugar, produzam certas coisas, segundo certas técnicas e certas formas organizativas, capazes de satisfazer a um certo conjunto de necessidades percebidas de consumidores espalhados em muitos, diversos lugares do mundo, incluindo o próprio local (BECATTINI, 2000).

Na maioria dos casos brasileiros, o desenvolvimento local faz referência a espaços territoriais municipais ou micro-regionais (FRANCO, 2001), tendo sido difundido como “o processo de tornar dinâmicas as vantagens comparativas e competitivas de uma determinada localidade, favorecendo o crescimento econômico, a elevação dos capitais humano, social e empresarial, conquistando o uso sustentável dos recursos naturais” (PAULA, 2002, p.16-17). Essas vantagens estão diretamente associadas ao lugar, pelas comparativas, e à capacidade deste lugar, das pessoas do “local”, de mobilizá-las para o desenvolvimento, aumentando as vantagens competitivas.

A idéia de trabalhar no “local” o aprendizado conjugado à herança para o desenvolvimento é também abordada em um projeto brasileiro de Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local (2006):

Décadas de experiências com **projetos de desenvolvimento** comprovam [...] que a capacidade de auto-organização local, a riqueza do **capital social**, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação. O desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico. É uma dinâmica **cultural** e política que transforma a vida social. Inúmeros municípios, regiões, comunidades, cidades – as diferentes sub-divisões que compõem os **territórios locais** – se deram conta dessa dimensão do desenvolvimento. Construíram espaços de mobilização democrática e produtiva, onde os atores sociais – administrações públicas, empresas, sindicatos, organizações da sociedade civil – se organizam para mobilizar o potencial local [...] partindo de novos pactos e arranjos sociais e da **mobilização dos recursos disponíveis** (2006, p.9-10, *grifo nosso*).

O “local” em questão pode ser uma vila, uma cidade, um subúrbio ou uma região, formando o que Castells (2002) denomina redes sociais, que se desenvolvem, usualmente, tendo como cenário o ambiente urbano. Elas se baseiam na articulação de pessoas, caracterizando o chamado capital social, agentes sociais que devem participar em todas as fases e dimensões do processo de planejamento e implementação de projetos de desenvolvimento local, como condição de sustentabilidade desses projetos (DE LA MORA, 2002). O aprendizado, ou capacidade, das pessoas em converter recursos disponíveis (características físicas e valores simbólicos locais) em atributos para o desenvolvimento local

se relaciona diretamente à capacidade desse mesmo local de articulação em torno de idéias e ideais coletivos, reconhecidos como objetivos comuns. É essa a noção – e função – do capital social.

3.1.1. O capital social em metodologias de desenvolvimento local sustentável

Ações, ou os mencionados *frameworks*, de indução de do desenvolvimento local sustentável se baseiam essencialmente na constituição de “processos” e “produtos” de orientação desse desenvolvimento.

Qual “processos”, estimula-se a constituição de redes sociais, formadas por pessoas que cooperam entre si, membros de um grupo que partilha um conjunto de normas informais ou valores, o que Fukuyama (2002) definiu simplesmente como capital social. Sobre esse conceito, ele historia que:

O primeiro uso conhecido do termo ‘capital social’ é de Lyda Judson Hanifan, em 1916, para descrever centros escolares comunitários. O termo foi usado também na obra clássica de Jane Jacob *Death and Life of Great American Cities*, na qual ela explica que as densas redes sociais existentes em bairros mais antigos e de uso misto constituem uma forma de capital social que estimula a segurança pública. O economista Glen Loury, assim como o sociólogo Ivan Light, usou o termo ‘capital social’ na década de 1970 para analisar o problema do desenvolvimento econômico de bairros do centro da cidade [...]. Na década de 1980, o termo ‘capital social’ ganhou uso mais amplo graças ao sociólogo James Coleman e ao cientista político Robert Putnam. Putnam estimulou um intenso debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil na Itália e nos Estados Unidos (2002, p. 155-158).

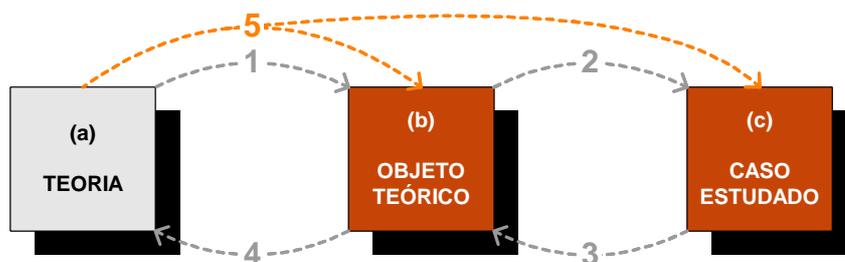
Foi, assim, a partir da década de 1980 que as discussões sobre o assunto tiveram maior projeção quando da publicação do estudo empreendido por Putnam (2000) sobre a experiência italiana de criação dos governos regionais. O melhor ou pior desempenho desses governos ao longo de 30 anos foi analisado, e empiricamente comprovou-se a importância da “comunidade cívica”, ou do capital social, para o desenvolvimento de instituições e situações de desenvolvimento local consideradas eficientes. Porém, embora vários estudiosos se detenham sobre o tema, o conceito de capital social ainda é impreciso e de difícil medição (FRANCO, 2001)¹⁵. É, no entanto, consenso que o capital social permite que diferentes pessoas ou até grupos de uma sociedade se juntem para defender seus interesses, buscando objetivos comuns *em um*, ou *para um* determinado local (FUKUYAMA, 2002).

¹⁵ Sobre esse ponto, Franco (2001) referencia Hanifan, Jacobs, Light, Loury, North, Coleman e Putnam.

Como “produtos”, a maioria das ações e *frameworks* de indução do desenvolvimento local sustentável geram, a partir do capital social, um ou vários projetos de ação cooperada, comumente agrupados em um plano de desenvolvimento local (ou outro nome semelhante). Sua essência reside em tratar a realidade com visão holística e abordagem sistêmica, segundo as dimensões da sustentabilidade (PONTUAL, 2002). O importante, nesses casos, é criar um ambiente institucional, econômico, social, político e cultural para impulsionar o desenvolvimento do potencial local, com base no capital social (LLORENS, 2001).

Dada à importância dos temas tratados, ações sob a forma de *frameworks*, ou metodologias generalizantes, merecem uma análise mais detalhada, por se constituírem em propostas de gestão do desenvolvimento local sustentável pela própria comunidade a partir da incorporação e fomento do capital social. Essas metodologias poderiam também explorar a função agregadora de capital social do patrimônio cultural construído – culturas geram o patrimônio, herdam o patrimônio, dele se servem e nele devem se apoiar para seu desenvolvimento sustentável à base local.

O capital social tem à seu serviço, e à serviço do desenvolvimento, o patrimônio cultural construído como forma de capital cultural fixo. Ele – o patrimônio – pode e *deve* ter seu uso reinventado de acordo com os preceitos da conservação integrada, deixando de ser apenas característica física e valor simbólico local para ser de fato integrante, e integrador, da dinâmica de desenvolvimento local. Em um processo cíclico, a sua conservação contribui para que o capital social o compreenda como *causa* do desenvolvimento local (culturas ciclicamente herdam e geram patrimônio), como *meio* (patrimônio favorece o processo de aprendizado e transmissão de valores simbólicos, como diferencial à especificidade local) e também como *fim* (patrimônio é base para implementação e partilha de valores) sem padecer de obsolescência, permitindo a transmissão de riquezas no tempo.



PARTE II

Metodologias de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável como objeto de estudo

4. PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO EM METODOLOGIAS DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

A grande quantidade de experiências européias e latino-americanas de planejamento do desenvolvimento local sustentável a partir dos anos 1980-1990 se reflete também no Brasil. Um estudo produzido em 2001¹⁶ no Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) aponta já naquele ano vários casos, apenas do Governo Federal, de programas afins, baseados em metodologias generalizantes centradas na sustentabilidade e suas dimensões, embora algumas com ênfase maior em uma dimensão específica dada pela agência promotora.

Além da Agenda 21 Local (Ministério do Meio Ambiente), o estudo elenca o Programa Farol do Desenvolvimento (Banco do Nordeste), o Programa Comunidade Ativa/ Comunidade Solidária (Casa Civil), o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ministério da Agricultura), o PRONAGER – Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (Ministério do Trabalho) e o PNMT – Programa Nacional de Municipa

Também na década de 1990, a metodologia intitulada Gestão Participativa para o Desenvolvimento (GESPAR) foi desenvolvida e implantada no Brasil, em municípios mais pobres das regiões Nordeste, Sul e Norte. A GESPAR foi desenhada no âmbito da experiência de cooperação técnica entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o Banco Nordeste do Brasil (BNB), e depois o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No final de 1990, como proposta de unificação de escopos metodológicos existentes e implantados muitas vezes de forma repetida em municípios brasileiros, surge o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), implantado nacionalmente em municípios de bolsões de pobreza regionais, pelos programas Comunidade Ativa (do Governo Federal) e SEBRAE Desenvolvimento Local.

Sendo exemplo internacional análogo às citadas intervenções brasileiras, o Programa URBAN é implantado de forma maciça desde a década de 1990 pela União Européia, em vários municípios, periferias e áreas centrais de regiões metropolitanas da Europa.

Essas experiências possuem como grande objetivo comum a promoção do desenvolvimento sustentável à base local, guardando as tipicidades dos objetivos específicos de cada caso. Ainda, todas apresentam como fases também comuns de implantação etapas mínimas de sensibilização e capacitação, de formação de um grupo focal ou fórum local, que é então responsável pela elaboração de um diagnóstico participativo, de um plano de desenvolvimento, gerando uma agenda de prioridades.

Enquadradas neste trabalho como *frameworks*, todas essas metodologias atendem minimamente a critérios relativos à representação territorial, tendo prazo também relativamente definido de implantação, possuindo abordagem generalizante do desenvolvimento, e suscitando a partir de sua implantação um conjunto de ações e ou projetos visando o desenvolvimento local sustentável.

Os perfis das metodologias Agenda 21 Local, DLIS, GESPAR e URBAN são apresentados a seguir (Quadros 3 e 4).

Experiência	Escala territorial	Período	Instituição responsável	Situação normativa	Fontes	Articulação institucional
Agenda 21 Local	Brasil	1998 – (...)	MMA/ BNB	Pode ou não ser regulamentada	MMA/ diversos	União, estados, municípios, sociedade civil, empresariado
GESPAR	Nordeste	1995 – 2003	Banco do Nordeste/ SUDENE/ ADENE	Regulamentada	PNUD/ BNB/ BNDES	União, estados, municípios, sociedade civil, empresariado
DLIS	Brasil	1999 –2004	Governo Federal (Casa Civil)/ SEBRAE	Regulamentada	Governo Federal/ SEBRAE	União, estados, municípios, sociedade civil, empresariado
URBAN	Europa	1994 –1999 (URBAN I) 2000 –2006 (URBAN II)	União Européia	Regulamentada	Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu (ERDF)	E.U., países, regiões, municípios, sociedade civil, empresariado

Quadro 3 – Caracterização das experiências identificadas por escala territorial, período, instituição responsável, situação normativa, fontes e articulação institucional de suporte à implantação.

Nota: Elaborado pela autora com base na disciplina Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local e Sustentável (Prof. Suely Leal), do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco – MPANE/ UFPE (cursada em 2006/02).

Experiência	Objetivos/ Público Alvo	Aspectos metodológicos	Conceitos predominantes
Agenda 21 Local	Formular e implementar políticas públicas, por meio de metodologia participativa, que produzam um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local, e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental. Direcionado a qualquer município.	Referenciada na Agenda 21 Global (Eco 92, Rio). Guarda características e peculiaridades locais, mantendo unidade de propósitos nacionais e globais. Metodologia sistematizada pelo ICLEI (Dinamarca) a partir das recomendações do Relatório Brundtland, e adaptada para o Brasil pelo MMA/ FGV. Compreende etapas mínimas: (i) capacitação, (ii) formação de fórum, (iii) elaboração de diagnóstico participativo, (iv) elaboração de plano de desenvolvimento, (v) elaboração de agenda de prioridades. Tempo médio de implantação: pode ser 6-12 meses; sem referência formal na metodologia.	Desenvolvimento Local Sustentabilidade Ambiental
GESPAR	Promover o desenvolvimento econômico e social de municípios, pólos regionais e áreas de interesse social tendo como eixo a capacitação de agentes produtivos e comunidade local. Direcionado preferencialmente a municípios do interior nordestino com baixo dinamismo sócio-econômico	Guarda origem comum com a Agenda 21, identificando recursos endógenos. Utiliza-se da metodologia GESPAR, desenvolvida a partir da cooperação entre o BNDES/ PNUD, e adotada pelo Banco do Nordeste/ SUDENE em convênio com o PNUD. Compreende etapas mínimas: (i) capacitação, (ii) formação de fórum, (iii) elaboração de diagnóstico participativo, (iv) elaboração de plano de desenvolvimento, (v) elaboração de agenda de prioridades. Tempo médio de implantação: 10-12 meses.	Desenvolvimento Local Capital Social
DLIS	Promover o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, conceito construído a partir de 1999 nas rodadas de interlocução do Conselho do Programa Comunidade Solidária (diretamente ligado à Casa Civil – Presidência da República). Direcionado preferencialmente a municípios de baixo IDH ou inseridos em grandes bolsões de pobreza.	Guarda características e peculiaridades locais, mantendo unidade com propósitos nacionais. Metodologia análoga à Agenda 21 Local, sistematizada pelo Governo Federal/ SEBRAE, com ênfase no empreendedorismo. O setor produtivo é abordado com destaque para a promoção do desenvolvimento local. Compreende etapas mínimas: (i) capacitação, (ii) formação de fórum, (iii) elaboração de diagnóstico participativo, (iv) elaboração de plano de desenvolvimento, (v) elaboração de agenda de prioridades. Tempo médio de implantação: 6-8 meses.	Desenvolvimento Local Capital Social

(Quadro 4 – continua)

(Quadro 4 – continuação)

Experiência	Objetivos/ Público Alvo	Aspectos metodológicos	Conceitos predominantes
URBAN	Promover a igualdade de oportunidades, integração social e renovação urbana, protegendo e melhorando o ambiente urbano e impulsionando prosperidade econômica, numa estratégia de desenvolvimento sustentável urbano. Direcionado a periferias de grandes cidades e pequenos municípios europeus com baixo dinamismo sócio-econômico.	Motivação originária na Agenda 21, com ênfase na questão urbana e necessidade de identificar recursos endógenos, bem como o aumento da capacidade de governos e comunidades locais. Compreende etapas mínimas: (i) capacitação, (ii) formação de fórum, (iii) elaboração de diagnóstico participativo, (iv) elaboração de plano de desenvolvimento, (v) elaboração de agenda de prioridades. Tempo médio de implantação: 6-8 meses.	Desenvolvimento Urbano Sustentável Desenvolvimento Local Capital Social

Quadro 4 – Síntese das experiências identificadas por objetivo, público alvo, aspectos metodológicos e conceitos predominantes.

Nota: Elaborado pela autora com base na disciplina Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local e Sustentável (Prof. Suely Leal), do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco – MPANE/ UFPE (cursada em 2006/02).

Aspectos comuns dessas metodologias merecem uma reflexão inicial, do ponto de vista teórico-conceitual, com é o caso das etapas de implantação.

Sobre a **capacitação**, Ignacy Sachs (2001) já afirmou que o potencial de desenvolvimento de um lugar depende, em boa parte, da capacidade das pessoas do lugar de pensar, e da auto-estima adquirida no decorrer desse processo. Ele referencia Louis-Joseph Lebret ao acreditar que “*o desenvolvimento consiste na construção de uma civilização do ser na partilha equitativa do ter*” (SACHS, 2001, p.493). Com a implantação de processos de desenvolvimento sustentável local, as pessoas desse lugar podem ter suas condições de pensar, de planejar, engrandecidas por uma capacitação para o fim substantivo do desenvolvimento. O “pensar”, a “auto-estima”, estão impregnados de valores objetivos e subjetivos, materiais e imateriais, resultados das ações humanas e, portanto, herança da história de cada lugar. E é a herança histórica que, por sua vez, se materializa nas estruturas urbanas, tendo o patrimônio cultural construído como um importante veículo de fixação da mensagem cultural entre gerações (LACERDA, 2002).

Outra etapa diz respeito à **formação de fóruns** ou grupos de discussão, compostos por atores locais para desenvolver o trabalho participativamente. Ao serem capacitadas

coletivamente, ao formarem um fórum, essas pessoas estão constituindo e fortalecendo o capital social de sua comunidade. Nesse aspecto, metodologias de planejamento do desenvolvimento local sustentável correspondem, nos seus fundamentos conceituais, ao pensamento de SEN (2002) de envolver as pessoas de modo ativo, como condutores do seu destino e não apenas como beneficiários de decisões tomadas por atores políticos e empresariais. Dessa forma, elas exercitam o papel instrumental da liberdade como meio e fim do desenvolvimento.

É então que os atores locais – ou o capital social – constroem os produtos gerados pelas outras etapas metodológicas – **o diagnóstico participativo, o plano de desenvolvimento local e a agenda de prioridades**. A qualidade da implantação dessas três etapas depende diretamente das demais, agregadas a um outro aspecto fundamental. Quanto maior o protagonismo local, quanto mais plural for o envolvimento de atores institucionais, mais coerente será a leitura da realidade, com seus pontos positivos e negativos, seus passivos e ativos para o desenvolvimento local. Por conseguinte, maiores serão as chances de sucesso na execução das ações propostas no plano de desenvolvimento local, e priorizadas na agenda.

Assim, é pertinente afirmar também que os casos da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN visam, ao menos no seu desenho teórico ou metodológico, contribuir para que se construam localmente os pilares do desenvolvimento sustentável, por meio de um processo cooperado de interação social com objetivos comuns, ações e benefícios compartilhados para as gerações atuais e porvir (SINGER, 2002).

Ao mesmo tempo, essas cinco grandes etapas comuns nos casos identificados (sensibilização/ capacitação; formação de um fórum; elaboração de um diagnóstico participativo; elaboração de um plano de desenvolvimento local e elaboração de uma agenda local de prioridades) relacionam-se a conteúdos tratados à exaustão nas Cartas Patrimoniais. Buscando contribuir de forma clara na construção de pilares locais do desenvolvimento sustentável, as Cartas abordam o patrimônio cultural construído no seu local. Dentre elas, destacam-se as já mencionadas Declaração de Amsterdã (1975), Recomendação de Nairóbi (1976), Carta de Burra (1980), Carta de Tlaxcala (1982), Carta de Petrópolis (1987), Carta de Washington (1987), Recomendação Paris (1989), Carta do Rio (1992), Declaração de São Paulo II (1996), Carta de Budapeste (2002), Carta de Goiânia (2003) e Carta de Xi'an (2005).

Tais Cartas apresentam um conjunto de princípios e propostas para a conservação do patrimônio cultural construído em seu contexto que visam o desenvolvimento local sustentável. A leitura dessas Cartas, à luz das cinco etapas metodológicas, permite organizar uma síntese de proposições complementares, nelas dispersas, de incorporação da dimensão cultural, notadamente do patrimônio cultural construído como causa, meio e fim do desenvolvimento local sustentável.

Considerando a grande fase de **sensibilização e capacitação**, as propostas trazem desde conteúdos como a importância dos bens para gerações atuais e futuras, onde a conservação do patrimônio deve ser buscada em função do interesse coletivo, como a necessidade de se estabelecer medidas que ressaltem no patrimônio o testemunho do tempo. Abordam pequenas aglomerações como bens não renováveis, reserva de modos de vida, propondo o auxílio à compreensão de toda a cidade (incluindo ensino já a crianças em idade escolar) como organismo histórico, produto social, sendo áreas grandes ou pequenas documentos dos valores da cultura local. Essa cultura, seja considerada erudita, tradicional ou popular, pode ser tanto meio de aproximação entre povos, como de afirmação de suas identidades. Deve-se divulgar a responsabilidade do homem, preocupação central do desenvolvimento, de reconhecer e promover a integração com o meio ambiente, natural e construído, difundindo de forma didática a relação entre desenvolvimento e conservação. Para tudo isso, o envolvimento de cada comunidade nas atividades da conservação de seu local é fundamental, pois ressalta a pluralidade de culturas, de patrimônios, e os contextos nos quais estão inseridos.

Na grande fase de **formação do fórum**, ou grupo análogo, as Cartas recomendam a incorporação de indivíduos e instituições locais e externas, públicas e privadas, multidisciplinares, que visem a conservação, para atuarem como “práticos” da conservação. A existência desses fóruns é considerada uma obrigação moral dos governos, e um direito das comunidades, pois a participação e envolvimento de residentes é visto como essência do sucesso de iniciativas de conservação e desenvolvimento, devendo incluir o máximo de cidadãos, órgãos, etc. Esses grupos de pessoas devem ser treinados, desde reguladores, gestores, produtores ou beneficiários do patrimônio cultural construído, incluindo grupos relacionados às práticas sociais e espirituais no patrimônio e seu entorno.

O envolvimento de comunidade e poderes locais na troca de informações em **diagnósticos participativos** deve também visar, segundo as Cartas, a identificação de elementos e conjuntos patrimoniais, seus entornos, relações produtivas, condições e restrições de usos, definições de possíveis intervenções (se restauração, reabilitação, preservação etc.) do que pode ser feito em cada situação específica. Inclui-se aqui a identificação de técnicas e atividades tradicionais, aspectos históricos, sociais e econômicos, de moradia, entre outros, de atributos materiais e espirituais a serem conservados, novos usos compatíveis, de instituições interessadas como possíveis parceiros a agregar, marcos legais existentes, instrutivos da conservação e coercitivos da destruição do patrimônio.

Relacionadas à grande etapa metodológica do **plano de desenvolvimento**, as Cartas recomendam oferta de fundos, incentivos e até criação de órgãos de economia mista com fins de conservação. São destacadas a importância de proposições que considerem, além de valores históricos, culturais, e sociais, valores de uso do patrimônio, sempre ponderando o impacto de mudanças e alterações que comprometam a transferência sustentável entre gerações, e controle da transformação. Propostas de mecanismos de monitoramento da conservação (de escopo técnico, com participação, e baseado na capacidade da comunidade local) também são constantes. A conservação do patrimônio cultural construído para o desenvolvimento local sustentável é proposta também como objeto de difusão em currículos de todos os níveis, como conteúdos e/ ou cursos específicos de identificação, reconhecimento e registro do patrimônio. Recomendam-se, também, a priorização de usos e funções promotores da conservação, campanhas de divulgação, sistemas de gestão e marcos legais modernos.

Na grande fase metodológica da **agenda de prioridades** não é diferente. Além de considerar a conservação do patrimônio cultural construído como um dos objetivos maiores do desenvolvimento, as Cartas recomendam priorizar atividades produtivas a ele correlatas, integrando no planejamento a compreensão anterior de seu significado cultural com o conhecimento de sua condição material para definir intervenções prioritárias. É abordada como prioritária a criação de grupos de trabalho e de competências artesanais para, associados ao patrimônio cultural construído, permitir a transmissão da riqueza e conhecimentos imateriais, sempre destacando o fim para moradia que o patrimônio pode ter. É destacada também a urgência de se mitigar a influência de culturas de massa, por meio de ensino e

estudo de práticas de culturas tradicionais e populares. A participação plena de minorias (mulheres, populações indígenas e tradicionais) e vigilância de todos os atores institucionais e níveis de governo também deve ser priorizada.

Proposições das Cartas Patrimoniais relativas patrimônio cultural construído e sua incorporação em processos de desenvolvimento local sustentável foram sistematizadas, numa matriz analítica, por grandes fases metodológicas da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN. O resultando permite visualizar por Carta/ fase o patrimônio, seu papel e importância, como causa, meio ou fim do desenvolvimento (Quadro 5).

Cartas Patrimoniais	Grandes etapas metodológicas da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN				
	(i) Sensibilização/ Capacitação	(ii) Formação do Fórum	(iii) Diagnóstico Participativo	(iv) Plano de Desenvolvimento	(v) Agenda de Prioridades
Declaração de Amsterdã (1975)	Importância dos bens para gerações atuais e futuras.	Incorporação de instituições locais e supra-locais que visem a conservação.	Envolvimento dos poderes locais na troca de informações.	Oferta adequada de fundos/ incentivos fiscais para a conservação local.	Objetivo maior para o planejamento a conservação do patrimônio cultural construído.
Recomendação de Nairóbi (1976)	Conservação do patrimônio em função do interesse coletivo, contribuindo para manutenção de valores culturais e sociais locais, adaptação de conteúdos sobre patrimônio.	Multidisciplinaridade e cooperação de indivíduos e associações privadas, juntamente com o poder público, como “práticos” da conservação.	Identificação de conjuntos históricos, suas relações produtivas, zoneamento, condições e restrições de usos e serviços, com estímulo ao protagonismo local.	Plano baseado em estudos disponíveis e em valores culturais e de uso, ações propostas com execução e monitoramento baseados na capacidade local, criação de órgãos de economia mista.	Salvaguarda e integração dos conjuntos como elementos fundamentais no planejamento, prioridade a atividades produtivas correlatas ao patrimônio.
Carta de Burra (1980)	Medidas de conservação propostas não podem deturpar o testemunho do tempo no patrimônio cultural construído	—	Definições de conservação, preservação, restauração, reconstrução e procedimentos a identificar relativos ao patrimônio.	Propostas compatíveis são aquelas que implicam ausência de modificação, modificações reversíveis ou de baixo impacto sobre os valo	

(Quadro 5 – continuação)

Cartas Patrimoniais	Grandes etapas metodológicas da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN				
	(i) Sensibilização/ Capacitação	(ii) Formação do Fórum	(iii) Diagnóstico Participativo	(iv) Plano de Desenvolvimento	(v) Agenda de Prioridades
Carta de Tlaxcala (1982)	Pequenas aglomerações como reserva de modos de vida, bens não renováveis base para superação de dificuldades.	Obrigação moral dos governos e direito das comunidades locais de integrarem grupos de decisões, interdisciplinares.	Identificação de técnicas tradicionais, aspectos históricos, sociais, antropológicos e econômicos.	Planos para diminuir abandono do patrimônio, utilização de meios de comunicação para disseminar sua importância, prover fundos.	Criação de grupos de trabalhos, de competências artesanais, integração de ações existentes de conservação.
Carta de Petrópolis (1987)	Toda cidade compreendida como organismo histórico, resultado da produção social.	–	Identificação de moradia e atividades tradicionais como função primordial do patrimônio cultural construído.	Diversidade de usos deve ser perseguida, conservação do patrimônio como pressuposto do planejamento.	Ações de manutenção e consolidação das referências locais para melhoria da qualidade de vida.
Carta de Washington (1987)	Áreas históricas são grandes ou pequenas, documentos dos valores da cultura local, programas de informações devem envolver habitantes e incluir crianças em idade escolar.	Participação e envolvimento dos residentes como essenciais ao sucesso do programa, pois são os habitantes os primeiros interessados.	Identificação de estudos e atributos materiais e espirituais a serem conservados (formas, padrões, usos, funções), realização de estudos multidisciplinares.	Conservação como processo de desenvolvimento e adaptação à vida contemporânea, abordagem sistêmica e disciplina, evitando rigidez (casos podem ser específicos).	Melhoria das condições de moradia deve ser objetivo prioritário, juntamente com treinamento especializado para áreas relacionadas à conservação.
Recomendação Paris (1989)	Cultura tradicional e popular, o que inclui arquitetura, como forma de patrimônio, meio de aproximação entre povos/ grupos sociais, e de afirmação da identidade cultural.	Envolvimento de pessoas e órgãos relacionados à cultura popular, incluindo governo, instituições de ensino, proteção e difusão da cultura popular.	Listagem de meios de expressão e instituições interessadas, e de atividades produtivas relacionadas à cultura popular.	Salvaguarda do folclore pelo grupo cuja identidade exprime, conservação dos lugares dessas práticas, criação e melhoria de sistemas de identificação e registro, museus.	Introdução em programas de ensino o estudo de práticas de cultura popular rural e urbana, mitigação da influência da cultura industrializada e de massa.
Carta do Rio (1992)	O homem como preocupação central do desenvolvimento sustentável; paz, meio ambiente e desenvolvimento são interdependentes e inseparáveis.	Participação de todos os cidadãos na tomada de decisões.	Identificação dos marcos legais relativos à conservação e desenvolvimento sustentável.	Redução e eliminação de formas de produção e consumo insustentáveis.	Minorias (mulheres, populações indígenas e tradicionais) devem participar plenamente.

(Quadro 5 – continua)

(Quadro 5 – continuação)

Cartas Patrimoniais	Grandes etapas metodológicas da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN				
	(i) Sensibilização/ Capacitação	(ii) Formação do Fórum	(iii) Diagnóstico Participativo	(iv) Plano de Desenvolvimento	(v) Agenda de Prioridades
Declaração de São Paulo II (1996)	Difusão a todos os segmentos sociais, em linguagem didática, conceitos sobre a relação entre desenvolvimento urbano e conservação do patrimônio.	–	Identificação dos marcos legais que permitam embargar e impedir destruição do patrimônio cultural	Incorporação nos currículos de todos os níveis de cursos de identificação, reconhecimento e registro do patrimônio cultural.	Permanente vigilância e contínua atividade participativa em instituições públicas, movimentos sociais e ONGs.
Carta de Budapeste (2002)	Envolvimento ativo de comunidades para identificação, proteção e manejo dos bens locais.	Promoção de treinamentos e formação local de atores integrantes de conselhos/ grupos focais.	Listagem de bens representativos da diversidade local.	Recomendação de usos e funções promotores da conservação local.	Promoção de estratégias de comunicação e conscientização da população local.
Carta de Goiânia (2003)	Humanidade é mosaico diverso e complementar de culturas, cuja pluralidade é tão valiosa quanto a biodiversidade.	Envolvimento de agentes que se relacionam com o patrimônio, sejam seus reguladores, operadores, produtores ou beneficiários.	Valor depende do conhecimento e consciência, identificação do patrimônio como recurso capaz de promover o desenvolvimento.	Recomendação de campanhas de divulgação, criação de sistemas de patrimônio (níveis local e nacional), e de marcos legais modernos.	Inclusão do patrimônio na rotina os cidadãos pela educação disseminada em todos os níveis da sociedade
Carta de Xi'an (2005)	O patrimônio é constituído também pelo seu entorno, cuja conservação é tão importante quanto.	Cooperação de grupos relacionados às práticas sociais e espirituais no patrimônio e entorno.	Identificação do patrimônio em seu entorno, documentá-lo e interpretá-lo no diagnóstico para o planejamento.	Reconhecimento, proteção e manutenção adequada do patrimônio, redução da transformação.	Desenvolvimento de instrumentos normativos, de monitoramento, estratégias e práticas de gestão.

Quadro 5 – Proposições das Cartas Patrimoniais de incorporação da dimensão cultural, por meio do patrimônio cultural construído, em processos de desenvolvimento local sustentável nas grandes etapas metodológicas da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Declaração de Amsterdã (1975), Recomendação de Nairóbi (1976), Carta de Burra (1980), Carta de Tlaxcala (1982), Carta de Petrópolis (1987), Carta de Washington (1987), Recomendação Paris (1989), Carta do Rio (1992), Declaração de São Paulo II (1996), Declaração de Budapeste (2002), Carta de Goiânia (2003), e na Declaração de Xi'an (2005).

Compreender – e verificar – a relação entre desenvolvimento local sustentável e conservação integrada do patrimônio cultural construído, de como ela se revela nas metodologias, não é tarefa simples. Surge a necessidade de analisá-las em detalhe para verificar como o patrimônio é abordado nas metodologias, que papel é a ele atribuído, visto

que o referencial teórico aqui exposto reconhece sua importância para o desenvolvimento local sustentável.

Essa análise é empreendida em dois níveis. O primeiro nível, tratando as metodologias da Agenda 21 Local, GESPAR e URBAN como casos teóricos, analisa os desenhos metodológicos de cada uma. O segundo nível, tratando *a posteriori* a metodologia DLIS como caso prático, analisa também o processo de implantação, os produtos a partir dela gerados e a opinião dos atores envolvidos à respeito do patrimônio no DLIS.

4.1.A Agenda 21 Local

No contexto das discussões sobre desenvolvim

A partir de então, com a elaboração do documento da Agenda 21 Global, os países – o Brasil inclusive – iniciaram a elaboração de suas próprias agendas de abordagem multi-setorial. As discussões apontavam para que atenção especial fosse dada também a escalas territoriais menores, o que naturalmente suscitou a necessidade de estimular, promover, processos de desenvolvimento sustentável à base local.

4.1.1. Origem, objetivos e resultados esperados

Como prática de indução do desenvolvimento sustentável à base local, a origem do conceito de Agenda 21 Local remonta à década de 1990, tendo sido proposto formalmente pela primeira vez pelo Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais – ICLEI, em 1991 (MMA, 2003). A própria Agenda 21 Global referencia:

Muitos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais; a participação e cooperação das autoridades locais será fator determinante [...] cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações e empresas privadas para aprovar uma Agenda 21 Local [...] por meio de consultas e da promoção de consenso [...] para formular as melhores estratégias [...] aumentará a consciência das famílias em relação às questões do desenvolvimento sustentável (MMA, 2003, p.30).

Nesse sentido, a Agenda 21 Local é definida como um processo participativo multi-setorial, que visa construir um programa de ação estratégico para o desenvolvimento sustentável local, devendo agregar grupos sociais e integrar dimensões sócio-econômicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade no nível local (MMA, 2003). O objetivo principal da sua implementação é formular e implementar políticas públicas elaboradas utilizando-se de metodologia participativa, para produzir um plano de ação para o *“alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade local, e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental”* (MMA, 2003, p.32).

Seu processo de implantação no Brasil tem como grande agente promotor, organizador, fornecedor e coordenador o Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável também pela elaboração dos documentos de referência da metodologia para aplicação nos municípios brasileiros. Por se tratar de uma política ampla, sem condições pré-estabelecidas para implantação da metodologia, não há critérios de seleção de municípios, restando apenas a forte recomendação do MMA de que, para que a Agenda 21 Local tenha condições de ser

implementada a contento, ela deve ter o aval e a parceria efetiva dos poderes públicos locais na sua elaboração.

A estratégia de implantação da Agenda 21 Local é baseada na idéia de que ela deve ser composta por políticas públicas protagonizadas pelo governo local, mas que não esteja a elas restritas, não se configurando como uma política governamental. A Agenda 21 Local deve refletir as necessidades do desenvolvimento sustentável à base local, sendo ele o seu principal resultado esperado (MMA, 2003). Segundo a Pesquisa Municipal de Meio Ambiente (IBGE, 2002), naquele ano cerca de 30% dos municípios brasileiros, (e 63% dos nordestinos) declararam ter elaborado, ou estarem elaborando, suas respectivas Agendas 21 Locais.

4.1.2. A estrutura metodológica da Agenda 21 Local

A metodologia básica de implantação da Agenda 21 Local está organizada em seis grandes Passos metodológicos, que agregam 42 ações mínimas a serem executadas. Cada uma delas corresponde a atividades realizadas nas localidades, devendo envolver equipe multi-setorial e população local. Os Passos são etapas metodológicas seqüenciais de implantação delineadas no principal documento de referência da metodologia de implantação da Agenda 21 Local no Brasil, elaborado e difundido pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil basicamente nesse formato desde o ano de 2000. O Passo a Passo da Agenda 21 Local, como é chamado, é resumido a seguir.

Passo 1 – Mobilizar para Sensibilizar Governo e Sociedade

Deixando claro que não existe uma única forma para construção da Agenda 21 Local, é sugerida a realização de seminários, oficinas, campanhas, que divulguem seus conceitos e pressupostos para a população (comunidade, associações, escolas, sindicatos, instituições em geral, etc). Como a iniciativa de implantá-la, em tese, pode partir de qualquer instituição, é recomendado ao menos que Prefeitura, Câmara de Vereadores e/ ou órgãos correlatos sejam envolvidos diretamente para oficialização do processo. Essa etapa compreende a necessidade de estabelecer uma forma de atuação, reunir dados e informações sobre o local e programas em andamento, identificar instituições representativas e potenciais parceiros à implementação, debater o assunto, divulgando-o com linguagem acessível.

Passo 2 – Criar Fórum da Agenda 21 Local

Buscando incluir todos os setores da sociedade local, representações e lideranças reconhecidas, o Fórum é criado, podendo ser uma comissão já existente, desde que atenda aos preceitos de paridade e multi-setorialidade da Agenda 21 Local. Esse Fórum deve ter missão definida e divulgada, estatuto ou regimento interno, coordenador(a), estrutura, Secretaria-Executiva, espaço físico e ser oficializado (Lei, Decreto, Portaria, etc.), facilitando e estreitando vínculos com o planejamento governamental. O Fórum deve, então, definir os princípios e premissas da Agenda 21 Local, e selecionar temas mobilizadores e prioritários para formar um cenário futuro desejado. Cabe ao Fórum também coordenar a elaboração desse cenário, e o trabalho dos grupos temáticos a partir dele criados.

Passo 3 – Elaborar o Diagnóstico Participativo

Relacionados aos temas prioritários definidos na etapa anterior, é definido como será elaborado o diagnóstico participativo (metodologia, forma de participação e duração), e quem deve participar, levando em conta o cenário futuro desejado. Um levantamento detalhado de dados e planos, projetos, programas e ações existentes é feito, agregando os dados levantados no Passo 1, tudo sistematizado numa matriz de problemas e potencialidades locais, observando a percepção dos grupos locais do cenário atual, para compará-lo ao cenário futuro desejado. A comparação é parte do diagnóstico, que é então submetido para validação no Fórum da Agenda 21 Local. Por fim, o resultado deve ser amplamente divulgado por meios diversos.

Passo 4 – Elaborar Plano Local de Desenvolvimento Sustentável

Essa etapa inclui identificar ações prioritárias (curto prazo) e estruturantes (médio e longo prazo) para construção do cenário futuro desejado, elaborar matriz com ação/responsáveis/ resultados/ metas/ custos etc, definir indicadores para monitoramento, estratégias de acompanhamento, articular novas parcerias para execução e monitoramento do plano, e divulgá-lo amplamente para envolver toda a sociedade.

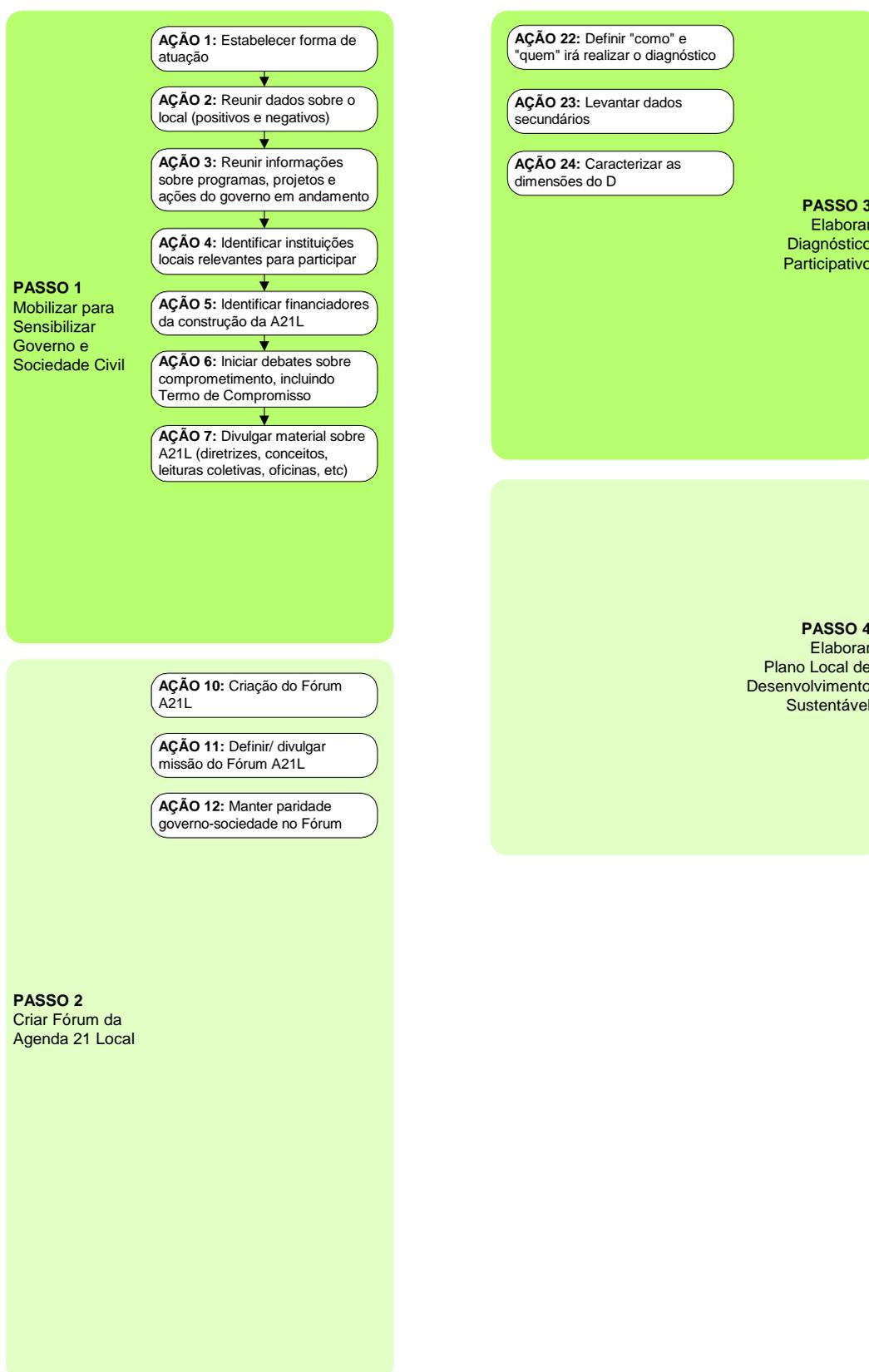
Passo 5 – Implementar Plano Local de Desenvolvimento Sustentável

Identificar instrumentos/ mecanismos/ instituições potenciais fornecedoras de recursos humanos e financeiros para implementação, propor criação de novos, se necessários, buscando integrar a execução do plano com outras ações em andamento (planos de bacia, diretores, de manejo, orçamento participativo, etc.). A Agenda 21 Local deve ser incorporada em planos governamentais existentes (LOA, LDO, PPA, etc.), nas políticas públicas locais, estabelecendo uma articulação efetiva com o Legislativo municipal e estadual, definir estratégia participativa de aferição dos indicadores e divulgá-los amplamente para envolver cada vez mais pessoas na implementação e monitoramento da Agenda 21 Local.

Passo 6 – Monitorar e Avaliar Plano Local de Desenvolvimento Sustentável

A etapa permite acompanhar a implementação do plano local de desenvolvimento sustentável, de modo a permitir também eventuais correções de rumo. Compreende a montagem de uma série histórica para acompanhamento, identificando tendências, alteração nos indicadores, sucessos, erros, etc, comportando verificar se a Agenda 21 Local está sendo considerada nos instrumentos de planejamento governamentais, bem como em políticas públicas. A avaliação de resultados e impactos das ações do plano permite divulgar periodicamente os resultados alcançados para envolver cada vez mais pessoas nas questões do desenvolvimento sustentável à base local.

A estrutura metodológica detalhada da Agenda 21 Local, com seus seis grandes Passos, ou etapas de implantação, e respectivas ações mínimas operacionais, é apresentada no diagrama a seguir (Figura 2).



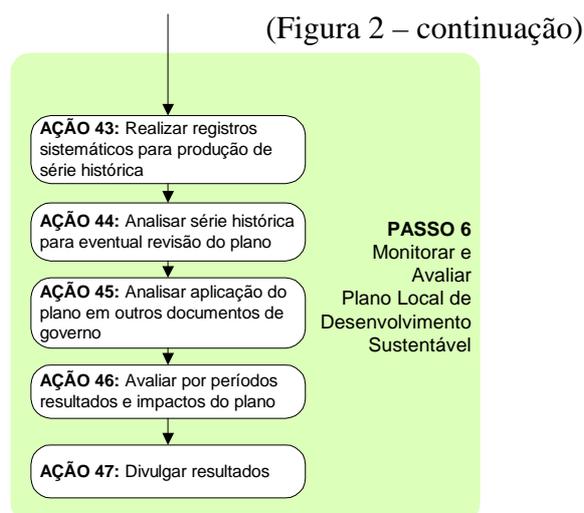


Figura 2 – Estrutura metodológica de implantação da Agenda 21 Local.

Nota: Elaborado pela autora a partir dos documentos de referência da iniciativa (MMA, 2003 e 2008).

A Agenda 21 Local, como processo aberto, não prevê tempo de implantação ou data de conclusão dos Passos metodológicos. O Passo 6 pode até apontar para uma revisão do plano local de desenvolvimento sustentável, reiniciando o ciclo de diagnóstico, planejamento, implantação e monitoramento.

Em síntese, os Passos 1 e 2 dizem respeito ao início da construção do “processo” de desenvolvimento local sustentável, com ampla articulação de parcerias, e onde informações de novos conteúdos (*ic*) são introduzidas como insumo nesse processo. Os Passos 3 e 4 geram os principais “produtos”, informações sistematizadas (*is*) que deverão ser amplamente divulgadas, e referenciadas em todo o “processo” de desenvolvimento local sustentável. Os Passos 5 e 6 se constituem em momentos de articulação de novas parcerias para implementação do cenário de futuro desejado, operacionalizado no plano, compreendendo decisões e ações registradas nos “produtos” das etapas 3 e 4, e monitorando participativamente toda a evolução entre situação existente e situação futura desejada – e planejada.

No desenho metodológico da Agenda 21 Local analisado, não há menção ao patrimônio cultural construído, de forma objetiva, como relevante para o desenvolvimento local. A dimensão ambiental é abordada como maior ênfase no aspecto natural, o que é compreensível pelo contexto no qual surgiu a metodologia, e pela instituição promotora. A

elevação do capital humano aqui se dá pela genérica busca da melhoria da qualidade de vida. Mesmo no seu referencial haver menção à importância do desenvolvimento econômico e social para criar condições necessárias à melhoria da qualidade de vida, o patrimônio cultural construído não é abordado como um caminho para isso, tendo desperdiçado seu potencial como capital fixo na metodologia brasileira da Agenda 21 Local.

A dimensão ambiental natural em muito poderia se beneficiar da construída; esta bem conservada, inserida – e inserindo o território – em uma dinâmica de desenvolvimento sustentável, em muito beneficiaria aquela, no mínimo ao permitir a “reciclagem” de edifícios, reduzindo a pressão sobre estoques naturais existentes, principalmente em ambientes urbanos. As Cartas Patrimoniais, inclusive a Carta do Rio (1992), a da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (1972), e o Relatório Brundtland (1987), há muito registram essa idéia, que ainda não chegou a instrumentos práticos como essa metodologia de desenvolvimento sustentável à base local.

4.2.A GESPAR

A metodologia de Gestão Participativa para o Desenvolvimento (GESPAR) surge impulsionada pela discussões mundiais sobre globalização, emergência do local e seu papel como espaço de novos arranjos sócio-produtivos, empreendidas nos últimos dez anos do século XX. O desenvolvimento local, como temática de estudo relacionada à sustentabilidade e suas dimensões, traz a ele associado noções de fortalecimento da comunidade, consoantes no Brasil com o período após a promulgação de 1988, e seus princípios de descentralização.

Em meados da década de 1990, é firmada uma cooperação técnica entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil e o Banco do Nordeste (BNB) para dar início a uma grande ação de indução do desenvolvimento endógeno – o chamado Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local. Como agência de desenvolvimento com atuação mais focada nas questões de crédito produtivo, o BNB constatou naquele momento a necessidade de sair de abordagens setoriais para um olhar mais sistêmico e holístico da realidade local, sob pena de ver suas ações creditícias não surtirem efeitos na mudança de realidade do seu público alvo de então – produtores rurais do Nordeste Brasileiro.

4.2.1. Origem, objetivos e resultados esperados

A GESPAR tem sua origem na primeira metade da década de 1990, quando do surgimento do Projeto de Cooperação Banco do Nordeste/ PNUD (PNUD,1998). No início a idéia era qualificar a ação do BNB como agente financiador de pequenos produtores rurais em 33 municípios de baixo IDH. No entanto, diante do contexto de carência generalizada do território de atuação do Banco, evidenciou-se a necessidade de trabalhar questões econômicas numa discussão ampliada, abordando as várias dimensões do desenvolvimento no âmbito local (BNDES/ PNUD, 2001). Assim, a GESPAR foi adaptada para atender a organizações associativas urbanas, e depois teve sua aplicação ampliada para apoiar o desenvolvimento local (GONI, 1999).

No âmbito da cooperação técnica estabelecida pelo PNUD com o Banco do Nordeste, e depois com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os municípios objeto de implantação da metodologia GESPAR foram aqueles atendidos pelo PNUD, com *“característica de pobreza e exclusão social que justificam as ações de desenvolvimento local previstas”* (PNUD, 2000, p.14). Pela própria área de atuação do Programa, foram definidos 57 municípios em grande parte localizados na região Nordeste (NE) do Brasil, alguns situados no Norte e Sul, tendo conformado já em 2000 três grupos de intervenção: áreas de consolidação (já trabalhadas pelo BNB/ PNUD), áreas da Aliança (em parceria com as Fundações Odebrecht, Kellogs, e Ayrton Senna no NE) e áreas de implantação (começando o processo do zero).

O desenho da GESPAR consolidou-se então da interação teoria-prática-teoria, a partir da sistematização de métodos e processos pedagógicos aliados a meia década de experiência do Projeto Banco do Nordeste/ PNUD, de abrangência regional, para ser referência também no Projeto de Cooperação BNDES/ PNUD, de abrangência nacional. Posteriormente, essa Cooperação Técnica desenvolveu o componente ambiental na metodologia GESPAR, gerando uma variação – a *Gestão Ambiental Participativa para o Desenvolvimento*. A variação consistiu em incluir na GESPAR conteúdos específicos sobre meio ambiente e suas relações com atividades econômicas, como ativo, como fator de construção da identidade territorial, gestão ambiental, certificação e até direito ambiental nas sensibilizações, oficinas, capacitações, etc. A essência de seu desenho metodológico, no entanto, não sofreu alteração.

A implantação da GESPAR tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de municípios, pólos regionais e áreas de interesse social, a partir de três eixos estratégicos de implantação – a capacitação de agentes produtivos (desenvolvimento produtivo); de prefeituras e órgãos de apoio institucional (desenvolvimento institucional); de comunidades locais (desenvolvimento comunitário), construindo parcerias estado-mercado-sociedade para o desenvolvimento. A formação de capital humano e social, o desenvolvimento produtivo e a concertação¹⁷ para gestão participativa eram resultados esperados para consolidação dos alicerces do desenvolvimento local (BNDES, 2001).

4.2.2. A estrutura metodológica da GESPAR

Para aplicação da metodologia GESPAR, é criada de partida uma equipe local, composta de lideranças e instituições locais com profundo conhecimento da realidade do lugar, que atua na formação/ mobilização do grupo de participantes locais foco das capacitações. Essa equipe local auxilia a agência executora e a equipe técnica facilitadora dos eventos de capacitação. O grupo de participantes locais é o principal sujeito da metodologia, podendo variar em função das temáticas e segmentos trabalhados.

A organização da metodologia GESPAR se dá por meio de quatro componentes do chamado processo pedagógico, que agregam atividades a serem realizadas nos municípios, envolvendo equipe técnica interdisciplinar e população local. Primeiramente eram três fases denominadas Fase de Mobilização e Fortalecimento Organizacional (MOB), Fase de Aplicação da Metodologia Básica (AMB), e Fase de Transferência de Tecnologias Específicas (TTE) (JORDAN e ZAPATA, 1998; e GONI, 1999); ajustes a partir das experiências de campo produziram uma quarta fase ou componente, de consolidação do processo. A concepção da metodologia permite que os componentes sejam aplicados com encadeamento lógico seqüencial, paralelo, concomitante ou recriado, a depender de características particulares a cada território (BNDES, 2001). Os componentes e suas respectivas atividades mínimas são descritos a seguir.¹⁸

¹⁷ O termo é muito empregado nos documentos de referência da metodologia GESPAR, como um sinônimo de construção coletiva, organização das pessoas/ instituições para alcançar um objetivo comum.

¹⁸ A ordem dos Componentes e respectivas atividades aqui descrita reflete a seqüência de apresentação adotada no documento de referência da metodologia (BNDES/ PNUD, 2001).

Componente 1 – Mobilização, articulação e fortalecimento organizacional de agentes produtivos, instituições governamentais e organizações comunitárias

Constitui-se no componente com maior número de atividades da metodologia. Inclui ações iniciais de levantamentos preliminares das áreas, mobilização de instituições presentes no território (produtivas, comunitárias, públicas e privadas) para capacitações porvir, realização de eventos e reuniões de articulação entre instituições locais (prefeituras, câmaras, ONGs, etc.) já estabelecidas para apoiar o processo de implantação. Acontecem então as oficinas de nivelamento conceitual dos temas abordados nesse processo de apoio ao desenvolvimento local (gestão social, capital humano e social, parcerias, concertação, redes comunicação, etc.), treinamentos técnicos inter-institucionais enfatizando o contexto de mudança e a importância do fortalecimento organizacional das comunidades, apresentando a GESPAR para discussão.

É nesse componente que é elaborado o diagnóstico participativo local e a identificação de potencialidades locais, como atividades paralelas e interdependentes. São incorporadas as informações do levantamento preliminar para visualizar potencialidades locais e oportunidades externas (de mercado), a fim de contemplá-las no plano de ação a ser construído. Depois, os seminários-oficina¹⁹ acontecem para criar um ambiente de discussão e compreensão do desenvolvimento local, propício à formação de grupos de interesse (ou grupos temáticos) que virão a impulsionar o processo de construção do plano de ação. Esse plano reúne planos específicos para cada área, que vêm sendo construídos desde as conclusões dos levantamentos preliminares, sendo ao final analisados em conjunto para permitir redirecionamento, quando necessário, à uma visão integrada do desenvolvimento local. É, no entanto, um plano de trabalho para cada área, incluindo objetivos, justificativas, metas, meios e prazos de execução.

¹⁹ Na concepção metodológica da GESPAR, seminários-oficina combinam momentos de exposição de informações (seminário), e de construção de conhecimento dos participantes a partir reflexão sobre a prática (oficina).

Componente 2 – Formação de agentes de desenvolvimento local, facilitadores e multiplicadores da metodologia

O acompanhamento do desempenho de lideranças locais e técnicos envolvidos é atividade sistemática e vivencial, realizada por meio de eventos de curta duração durante o processo de implantação da GESPAR, com objetivo de exercitar a reflexão sobre a prática para construção de novos conhecimentos. De modo complementar, cursos de facilitação e multiplicação (com enfoques múltiplos) são ofertados a técnicos, lideranças e voluntários, para qualificá-los na atuação junto à comunidade local. Capacitações específicas são também ofertadas mediante o surgimento de demandas de temas oportunos para o local em questão.

Componente 3 – Capacitação de organizações empresariais, agentes produtivos, instituições governamentais e organizações da sociedade civil

Essas capacitações realizadas por meio de seminários-oficina de avaliação dizem respeito ao desenvolvimento institucional e comunitário, diferentemente das capacitações específicas integrantes do componente anterior. Apesar de serem aplicadas a grupos em diferentes momentos (para setores econômicos, sociais, culturais, ambientais, etc.), trabalham com a abordagem de diagnosticar/ planejar/ gerir. Nesse componente, inicia-se também a transferência de tecnologias específicas para as organizações em comercialização, elaboração de projetos, gerenciamento, informatização, etc, com ênfase requerida para questões de gênero, crédito e educação, e para a temática ambiental.

Componente 4 – Consolidação de institucionalidades voltadas ao desenvolvimento local

A principal atividade deste componente é a construção de um plano referencial para o desenvolvimento local, a partir de elementos do diagnóstico, da visão de futuro trabalhada nos seminários-oficina de avaliação e das oficinas de formação. Tudo isso deve permitir a montagem de uma matriz de marco lógico (com objetivos, componentes, resultados, atividades, indicadores etc.), a ser apresentado e validado com a comunidade. Esse trabalho deve apoiar a consolidação ou criação de fóruns de Agenda 21, comitês e/ ou conselhos de desenvolvimento local e regional, consórcios

municipais, etc, constituídos e representativos da esfera pública (estatal e dos diversos segmentos da sociedade civil). Promoção de redes, cooperação empresarial e oficinas regionais de desenvolvimento local devem levar à construção de projetos e ações coordenadas para diversificação produtiva e aumento da competitividade do território.

A estrutura metodológica detalhada da GESPAR é apresentada a seguir (Figura 3).



Figura

iativa (JORDAN e ZAPATA,

Em síntese, na metodologia GESPAR “processos” e “produtos” são tratados de modo simultâneo. Os principais “produtos” são gerados nos Componentes 1 e 4, como informações sistematizadas (*is*) em planos específicos de cada área, e um plano referencial do desenvolvimento local. A particularidade na GESPAR é que diagnósticos e planos podem ser independentes para cada área temática, não se configurando necessariamente como um diagnóstico integrado, ou plano de desenvolvimento local do território, podendo ser para cada especificidade. Informações de novos conteúdos (*ic*) são introduzidas como insumo do processo principalmente nos Componentes 1, 2 e 3 como capacitações, seminários-oficinas, etc., tanto organizacional, gerencial, quanto temática. A articulação de parcerias o processo de desenvolvimento local na GESPAR é trabalhado no momento de início – no Componente 1, bem como na sua consolidação – o Componente 4.

Percebe-se claramente na GESPAR momentos de sensibilização e capacitação massiva, a formação de um grupo-chave para o processo de implantação (a equipe local e o grupo de participantes), a elaboração de diagnósticos, planos e definição de prioridades pactuadas por área temática a serem apoiadas e monitoradas participativamente pelas chamadas institucionalidades de apoio ao desenvolvimento local.

No entanto, a metodologia GESPAR, muito focada na elevação de capital humano e social por meio de diversas capacitações, não observa o potencial do patrimônio cultural construído justamente para isso. A simples inserção intencional na metodologia poderia agregar valor a uma das pioneiras e até hoje utilizadas metodologias de desenvolvimento local sustentável do Brasil.

A ausência desse aspecto, capaz de se transformar em capital fixo para o almejado desenvolvimento (também) econômico local, deixa à mercê da experiência empírica de implantação algo que já poderia estar no desenho, ter a ele voltado um olhar acurado, desde a mobilização, à capacitação massiva, à elaboração dos diagnósticos, planos e encaminhamentos. Se um dos grandes objetivos da metodologia GESPAR é promover a concertação para o desenvolvimento, o patrimônio cultural construído tem a capacidade de ajudar a fazê-lo.

4.3.O Programa URBAN

No contexto da Europa, com países considerados entre os mais desenvolvidos do mundo, metodologias de desenvolvimento local sustentável surgem como iniciativas focadas em reduzir desigualdades locais existentes, mais evidentes entre bairros de uma mesma cidade ou pequenos municípios de uma mesma região de um país, do que entre países. Nesse escopo, o Programa URBAN é desde o final da década de 1980 uma proposta da União Européia para intervenção em pequenas municipalidades, centros históricos e periferias de grandes cidades. No URBAN, o problema do reequilíbrio sustentável desses lugares em situação desfavorável compreende o termo “desenvolvimento” como a valorização dos recursos peculiares de cada território.

Por meio do URBAN, a União Européia (EU) agrega valor à atuação dos países, entes independentes que se beneficiam, também, de proximidade e ausência de barreiras econômicas entre si. É, no entanto, essa mesma proximidade que serve como via de expansão da violência, do desemprego e do aumento da demanda por serviços públicos e infra-estrutura urbana. Isso tem se agravado com o grande contingente de imigrações para o continente europeu nas últimas duas décadas, oriundas de países limítrofes do antigo bloco comunista, do norte da África e do Oriente Médio.

Consistindo numa proposta de modelo de política pública de desenvolvimento local sustentável, e um meio de difusão de boas práticas entre os países membros da EU, a metodologia URBAN tem uma vantagem sobre seus pares brasileiros analisados neste trabalho. A ela associada, existe um poderoso fundo de desenvolvimento europeu que injeta recursos anuais na ordem de centenas de milhões de Euros em pequenos territórios, considerados de severa privação social, econômica, e ambiental (natural e construída), numa proporção nunca inferior a €500,00 por habitante em cada projeto específico (COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES – CEC, 2002).

4.3.1. Origem, objetivos e resultados esperados

A implantação do URBAN em toda a Europa se dá em três fases – a fase piloto aconteceu entre 1989 a 1993, o URBAN I de 1994 a 2000, e o URBAN II de 2001 a 2006. De

2007 a 2013, programas operativos dão continuidade às atividades de acordo com uma política de coesão – as chamadas regiões de convergência (*Convergence Regions*), regiões em fase final (*Phasing-out Regions*), regiões em fase inicial (*Phasing-in Regions*) e regiões de competitividade e emprego (*Competitiveness and Employment Regions*).²⁰ Em todas as fases, os critérios de inclusão de um território no URBAN envolvem aspectos de integração, população (áreas entre 20.000 e 60.000 habitantes; em casos excepcionais com no mínimo 10.000), com elevados índices de desemprego, violência e criminalidade, degradação ambiental e urbana, e muitas vezes submetida a pressões de imigração intensa, com presença de minorias étnicas e refugiados.

Os principais objetivos da metodologia URBAN são semelhantes em temática àqueles abordados em metodologias análogas no Brasil: a busca da inclusão social, da geração de renda, da participação e empreendedorismo local, e da sustentabilidade ambiental. Uma diferença é que, associada à dimensão natural, vem a construída. Nela, é objetivo claro e explícito tratar assuntos relacionados à regeneração do ambiente urbano, incluindo o patrimônio cultural construído, como suporte às atividades econômicas (comércio, serviços, turismo) e à qualidade de vida dos habitantes locais. Não raro, é grande a ênfase dada pelos vários projetos na qualidade da arquitetura e da conservação urbana (CEC, 2002).

A natureza compreensiva da iniciativa acumulou ao longo do tempo mais de três centenas de territórios de intervenção, em países como Alemanha, Reino Unido, Irlanda, Espanha, França, Dinamarca, Portugal e Itália, entre outros. Nesse sentido, as estratégias de implantação metodológica do URBAN são delineadas de modo igualmente compreensivo para permitir sua adequação a realidades de regiões, países e culturas tão diferentes. Os resultados esperados, guardadas as particularidades de cada área, podem ser resumidos como a implantação de um conjunto de intervenções de regeneração sócio-econômica e urbana, calcadas em ações de apoio às atividades econômicas do local.

4.3.2. A estrutura metodológica do URBAN

A organização da metodologia URBAN se dá por meio de eixos de intervenção, que agregam atividades a serem realizadas em cada um dos territórios específicos. Seu modo de

²⁰ Em <http://ec.europa.eu/regional_policy/atlas2007/italia/index_en.htm>

funcionamento envolve três níveis de gestão (a coordenação geral da EU, as coordenações regionais/ de países, e a municipalidade), com equipe técnica multidisciplinar, e participantes e parceiros locais, em consonância com o modelo europeu de governança e envolvimento da sociedade civil. Esses eixos possuem encadeamento temático, sempre presente em todos os casos, com variação na ênfase dada a um eixo ou outro eixo a depender da situação específica de cada território, não se configurando em imposições de trabalho – o maior ou menor destaque dado a cada um advém do interesse e necessidades particulares de cada local, e por ele identificado.

São eixos temáticos do URBAN:

Eixo 1 – Promoção da regeneração física (ambiente construído) e ambiental

Envolve desde ações educacionais como de infra-estrutura física, recuperação ambiental e conservação urbana. Com a grande ênfase dada a pequenas localidades e

ferroviário, aquaviário, rodoviário e aéreo, combustíveis alternativos, tudo dentro do contexto de integração europeia.

Eixo 5 – Tecnologia da informação e comunicação

Para potencializar as atividades econômicas/ empreendedoras.

Eixo 6 – Assistência técnica

Para gestão, formação, controle e avaliação de projetos específicos nos eixos temáticos.

Os projetos específicos são sugeridos de modo preliminar pela municipalidade em conjunto com a equipe técnica local do URBAN²¹. Em cada projeto específico, são previstos formas próprias de promover a participação de cidadãos locais, numa “*escala*” de participação adotada metodologicamente para as diversas situações; a intenção é passar da participação “formal” a uma “substancial” (URBAN ROMA, 2002). Essa escala é empregada de modo sequencial, como segue.

Fase 1 – Informação passiva

Compreende a divulgação de informações referentes aos eixos temáticos e a situação atual da realidade local por eixo, incluindo distribuição de um jornal próprio, lançamento de um *website*, e campanhas de divulgação.

Fase 2 – Concertação²² ampliada

Compreende assembléias e reuniões com grupos focais, consultas, reuniões temáticas com grupos de participantes (indivíduos, cooperativas, empreendedores, escolas, associações culturais, entre outros).

²¹ Na realidade europeia de intervenção do URBAN, dados em grande quantidade, e de boa qualidade, sobre a situação dos locais propostos, estão usualmente disponíveis.

²² O termo no URBAN é empregado no mesmo sentido do adotado na GESPAR.

Fase 3 – Construção coletiva

Elaboração de planos, pactos territoriais, e até projetos de intervenção física com a participação da população em levantamentos, discussão de propostas, atividades de formação etc.

Fase 4 – Autogestão

Compreende desde a adoção, pela população local, de espaços públicos ou instituições de assistência, a promoção de campanhas e pequenos eventos, a mobilização de novos grupos, tudo em consonância com a política de ampliação da governança e responsabilidade local da EU, com vistas à sustentabilidade do processo de desenvolvimento local.

A estrutura metodológica do URBAN, com seus eixos temáticos e atividades relacionadas, é apresentada no diagrama a seguir (Figura 4).

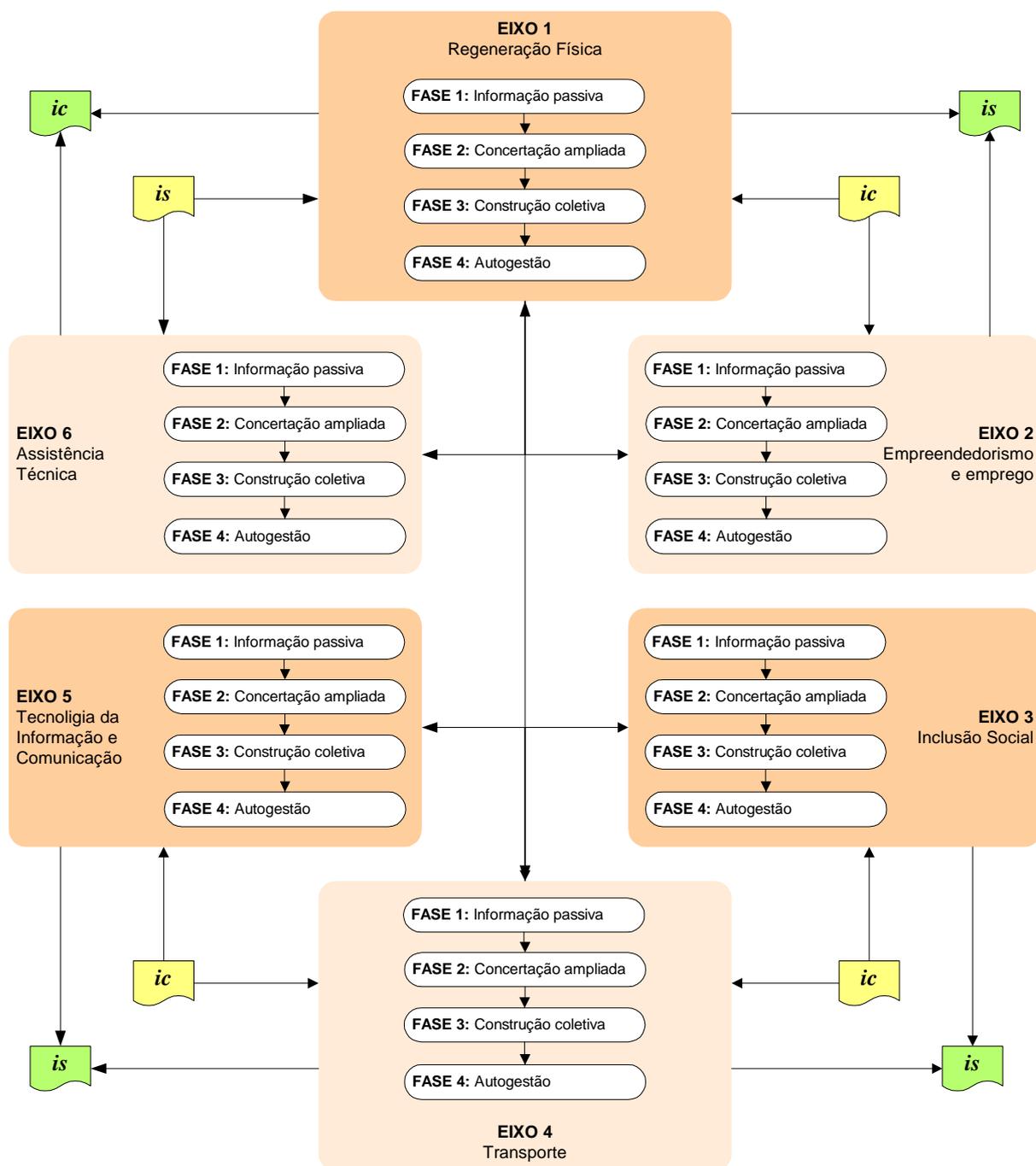


Figura 4 – Estrutura metodológica europeia de implantação do URBAN (URBAN ROMA, 2002; EU, 2000; CEC, 2002).

Nota: Elaborado pela autora a partir de documentos de referência da iniciativa.

Resumindo, em todos os eixos e fases da escala de participação associadas, são desenvolvidos “processos” e gerados “produtos”, onde o aporte de novos conhecimentos, ou

informações de conteúdo (*ic*) acontece nas mais diversas áreas temáticas. As informações sistematizadas (*is*) são geradas a partir da definição dos projetos específicos a serem trabalhados, também por eixo temático.

À parte as diferenças do contexto europeu em relação ao brasileiro, da pré-definição do desenho metodológico do URBAN de apresentar, de início, eixos temáticos elegíveis para financiamento, e do aporte de fundos específicos para execução das ações a partir deles definidas, a essência da metodologia é organizada como Agenda 21 Local e a GESPAR, analisadas neste capítulo.

Sua implantação tem como base a formação de um grupo de discussão e trabalho composto por atores locais, a elaboração participativa de um diagnóstico, a construção de uma visão de futuro compartilhada e de um plano de ação, a partir do qual são definidas as prioridades para utilização dos recursos do fundo, tudo por cada eixo temático. A relação entre eles deles é construída pela visão e ação integrada do território, condição de elegibilidade para o programa. Vale ressaltar que os momentos de participação acontecem na montagem e na implementação das propostas.

A metodologia do URBAN pretende colaborar na qualificação do capital humano, promovendo ações e propostas que visem a inclusão social também pela via do empreendedorismo. O ambiente político da União Européia estimula isso, com ausência de barreiras econômicas entre países, apelo regional e histórico de produtos fortemente relacionados a identidades e territórios locais.

A agregação de capital humano para formação de capital social é, em si, um processo histórico europeu²³, calcado em produção e transmissão entre gerações de herança patrimonial, imaterial (como o conhecimento tácito de fabricação de azeites, queijos, presuntos, vinhos, etc.) e material (fazendas, indústrias e empresas familiares, edificações, pontes, praças, obras de arte). No URBAN não é diferente; da fase de informação passiva à de autogestão, os grupos devem participar e serem co-responsáveis pela condução do processo.

²³ A própria noção de capital social tem origens também na Europa, tendo sido difundida a partir de experiências européias analisadas por autores como Putnam (2000) e Beccatini (2000).

No URBAN, o ambiente construído, o patrimônio cultural construído, é elemento agregador de capital social, abordado como capital fixo para o desenvolvimento na estrutura da metodologia, no seu Eixo I – Regeneração física. Sua essência está em identificar medidas de conservação, entendida como dar uso sustentável ao ambiente já construído, como forma também de controlar impactos de expansões urbanas extensivas sobre o ambiente natural.

Estes usos devem atender necessidades contemporâneas sem comprometer o valor agregado ao ambiente construído pela história. Evita-se assim processos de obsolescência das construções, reinventando, se necessário, seu uso a cada novo tempo. Agindo dessa forma, o URBAN aborda o patrimônio cultural construído, como forma de capital fixo, também como capital cultural, pois o valor do legado material é maior que o da matéria apenas, podendo extrapolar esse valor para seu contexto, de modo benéfico outros aspectos da vida do lugar.

Alguns casos do URBAN II na Itália ilustram como a implantação da metodologia pode particularizar o trabalho no Eixo 1. Em Genova (região da Liguria, noroeste), a *Prioridade 1 – Valorização e requalificação urbana* é focada na melhoria das condições de vida no centro histórico, associada à *Prioridade 2 – Revitalização sócio-econômica e produtiva*, que inclui um incremento das estruturas públicas turístico-culturais e de formação (URBAN II Genova, 2004). Em Mola di Bari (na região da Puglia, ao sul), a *Prioridade 1 – Reurbanização polifuncional e eco-compatível dos espaços urbanos* é focada na recuperação da identidade local, pela qualificação funcional do espaço urbano, de edificações e conjuntos históricos, para valorização turística, em estreita relação com ações de aumento da geração de renda, coesão social e cultural (URBAN II Mola di Bari, 2004).

5. RESULTADO 1: O PAPEL ATRIBUÍDO AO PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO NOS CASOS METODOLÓGICOS TEÓRICOS DA AGENDA 21 LOCAL, GESPAR E URBAN

A discussão do papel atribuído ao patrimônio cultural construído nos casos teóricos analisados – Agenda 21 Local, GESPAR e URBAN – é iniciada a partir da identificação de semelhanças e diferenças entre os respectivos desenhos metodológicos utilizados para implantação de um processo de desenvolvimento local sustentável.

Como semelhanças, verificou-se que, embora com nomes diferentes em cada caso, elementos essenciais à implantação de um processo de desenvolvimento local sustentável estão presentes nas quatro metodologias. A construção coletiva de um estágio futuro desejado para o território recebe os nomes de visão de futuro, cenário de futuro desejado, projeto conceitual ou similar. Todas trabalham com base em marcos teóricos de desenvolvimento local como aumento da mobilização e capacidades do local, e de seus habitantes, de propor e atuar na busca pela sustentabilidade, em um processo cíclico de identificação e fortalecimento do capital social. Ainda, elas pretendem ser intervenções de caráter integrado, e articular políticas setoriais.

Todas as metodologias dependem de intensa participação dos níveis locais de governo para terem legitimidade, a fim de orientar a ação das instituições privadas, a implantação e até criação de novas políticas públicas de apoio ao desenvolvimento local.

As três metodologias também confirmam sua replicabilidade em situações diversas, e em larga escala. Na Agenda 21 Local, em todo o Brasil, são realidades diferentes como o Rio de Janeiro (capital do estado) e Olinda (Pernambuco). Na GESPAR, são municípios como Paulo Jacinto (Alagoas), e do baixo sul da Bahia, estes trabalhados em parceria com fundações como Kellogs, Ayrton Senna e Odebrecht. Mesmo a despeito do aporte financeiro precedente do URBAN para execução das ações propostas, ele também foi implantado em situações distintas, como centros históricos de Genova (Itália) e Pamplona (Espanha),

localidades periféricas de Berlim (Alemanha), Roma (Itália) e Amsterdã (Holanda), e cidades pequenas inteiras como Crotone e Pescara (sul da Itália), e Carrara (ao norte).

Embora todos se proponham a trabalhar o desenvolvimento local sustentável em suas várias dimensões, uma diferença significativa entre os casos de desenho metodológico estudados são as nuances temáticas nos “fóruns” formados, nos conteúdos de sensibilização e capacitação sugeridos e ofertados. Elas dizem respeito à ênfase dada por cada caso a aspectos do desenvolvimento – à dimensão ambiental pela Agenda 21 Local, à questão produtiva e capacitação massiva pela GESPAR, ao capital social, protagonismo e empreendedorismo local pelo DLIS, e ao desenvolvimento urbano integrado pelo URBAN. Essas nuances estão relacionadas às motivações de origem da metodologia, e ao perfil das instituições promotoras das iniciativas, e se refletem na ação em campo.

São diferentes as capacidades das instituições promotoras de dar continuidade à execução das prioridades definidas pela população, principalmente por iniciarem os trabalhos com redes efetivas de apoio institucional particulares a cada território. Apenas uma das iniciativas, URBAN, tem como instrumento um fundo de financiamento de suas ações, o que garante a continuidade e implementação de grande parte das atividades priorizadas em decorrência de sua implantação.

Como fonte de potenciais recursos a serem desfrutados, as iniciativas geradas no âmbito tanto da Agenda 21 Local, quanto da GESPAR e do URBAN, reforçam a necessidade de trabalhar conteúdos focados no local. Consideram que ele pode responder a problemas e objetivos locais, que devem ser trabalhados por atores locais. As três metodologias abordam o território local como o sustentáculo do processo de desenvolvimento ao final do processo decisório e de intervenção.

As metodologias analisadas são, porém, diferentes na forma de trabalhar (ou não) o patrimônio construído no ambiente urbano. Dos três casos teóricos estudados, o único que de partida atribui ao ambiente construído um papel de protagonista na ação de desenvolvimento local é o URBAN. Nele, o território local recebe menção explícita a aspectos e necessidades de conservação do ambiente construído.

A aproximação integrada, mencionada nos documentos de referência da Agenda 21 Local, da GESPAR, e do URBAN, revela a disseminação da idéia de sustentabilidade como multi-disciplinar e inter-setorial, para suprir a necessidade de conservação ambiental, geração de renda, inclusão social, etc. Porém, é clara a ênfase do URBAN no ambiente construído, procurando levar em conta todas as dimensões do desenvolvimento local sustentável na vida urbana. Essa ênfase baseia-se na concepção e aplicação de um arsenal de projetos (de forma participativa, como os demais casos analisados) combinando a regeneração de infra-estruturas obsoletas (inclusive prédios) para inserção na dinâmica econômica do local, com ações, muitas vezes a elas relacionadas, em favor da economia e do mercado de trabalho (UNION EUROPÉENNE, 2000).

Em relação à abordagem do patrimônio cultural construído nas suas grandes etapas de implantação, as metodologias da Agenda 21 Local, GESPAR e URBAN também trazem semelhanças e diferenças. O encadeamento lógico seqüencial ou concomitante dessas etapas, sugerido na metodologia ou definido no momento de implantação para melhor ajuste à realidade local, não interfere na análise empreendida; as três apresentam visões similares do desenvolvimento local sustentável, guardadas as já mencionadas nuances temáticas de cada caso.

Na **sensibilização e capacitação**, assuntos relacionados ao patrimônio cultural construído são abordados de forma indireta pela Agenda 21 Local e GESPAR. A ênfase dada, respectivamente, à dimensão ambiental e à produtiva, é clara nos documentos de referência e refletida nos desenhos metodológicos. A motivação original da Agenda 21 Local²⁴ faz com que seja recomendada com destaque a observância a ações em andamento de natureza ambiental, como conselhos existentes, planos de manejo, de bacias hidrográficas, etc. Na GESPAR²⁵ ações de concertação para o desenvolvimento, referenciando também a dimensão ambiental natural do desenvolvimento local, ressaltam a questão produtiva, de produtores existentes, vocações econômicas, aumento da capacidade local técnico-institucional de assistência a produtores, etc. No caso do URBAN, a abordagem é direta. Com eixos temáticos pré-determinados no desenho metodológico (um deles referente à regeneração física), a

²⁴ Origina-se da Agenda 21 Global, no esteio de discussões mundiais sobre a necessidade de integrar desenvolvimento e meio-ambiente.

²⁵ Cujas motivação de origem era promover a sustentabilidade das ações creditícias a pequenos produtores empreendidas pelo primeiro promotor, o Banco do Nordeste.

sensibilização e capacitação se dá em consonância com todos eles, com maior ou menor foco em um ou outro a depender da necessidade apontada pelo local.

Na etapa de **formação de fóruns** ou grupos semelhantes, as três metodologias empreendem uma convocação generalista, pretendendo agregar a maior diversidade de atores possíveis, a fim de refletir nesses fóruns as várias dimensões da sustentabilidade, e as opiniões dos diversos setores e atores locais. A GESPAR e o URBAN também fazem referência a grupos específicos, na GESPAR de produtores e empreendedores locais, e no URBAN por eixo temático abordado na metodologia – o que inclui atores relacionados ao ambiente construído, de proprietários a instituições de conservação. Apenas a Agenda 21 Local enfatiza a necessidade de institucionalização oficial do grupo, como forma do trabalho ser apoiado pelos governos, e ser também reconhecido como instância relevante de planejamento do desenvolvimento.

No **plano de desenvolvimento**, assim como na formação do fórum, as metodologias da Agenda 21 Local e GESPAR pretendem ser multi-setoriais, com convocatórias específicas para produtores e empreendedores no caso da GESPAR. Nenhuma dessas duas aborda diretamente na estrutura metodológica o assunto do ambiente ou patrimônio construído, como objeto de planificação. A que mais se aproxima de apresentar, de modo objetivo, um conjunto de princípios ou propostas para a conservação do patrimônio cultural construído em seu contexto, como apoio ao desenvolvimento local sustentável, é a do URBAN. O eixo pré-indicado de regeneração física orienta as discussões e propostas acerca do ambiente construído, de alternativas de conservação, sempre buscando associá-las a outros eixos (em especial os de empreendedorismo e emprego, assistência técnica e inclusão social), a depender do local em questão.

Recomendações metodológicas para elaboração de **agendas de prioridades**, tanto na Agenda 21 Local, quanto na GESPAR, não trazem menção objetiva de priorizar o patrimônio cultural construído, ou assuntos a ele possivelmente relacionados, como o ambiente construído, produção do espaço, ente outros. Na Agenda 21 Local, a ênfase é dada na dimensão ambiental da sustentabilidade, reforçando também a importância do monitoramento da execução do plano. Na GESPAR, é ressaltada a importância da dimensão produtiva, relacionada à capacitação massiva, inclusive com menção à formação de redes e cooperação

empresarial. No URBAN, como o patrimônio cultural construído e assuntos relacionados é eixo prioritário pré-determinado no desenho metodológico, isso se reflete na priorização de ações para o desenvolvimento local sustentável.

O papel atribuído ao patrimônio cultural construído nos desenhos de metodologias analisadas como casos teóricos – a Agenda 21 Local, a GESPAR, e URBAN, por grandes etapas metodológicas comuns, é sintetizado como segue (Quadro 6).

Casos teóricos analisados	Patrimônio cultural construído (PCC) nas grandes etapas metodológicas analisadas				
	(i) Sensibilização/ Capacitação	(ii) Formação do Fórum	(iii) Diagnóstico Participativo	(iv) Plano de Desenvolvimento	(v) Agenda de Prioridades
Agenda 21 Local	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abordagem indireta de assuntos relacionados ao PCC, ao propor discussão das várias dimensões do DS local; ▪ Conteúdos e ênfase nos aspectos de sustentabilidade ambiental natural. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convocação generalista; ▪ Não consta recomendação objetiva de inclusão de entidades ligadas à cultura ou ao patrimônio. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há recomendação objetiva para identificar PCC, seu estado e usos/ relações com setor produtivo, etc; ▪ Pode ou não surgir a partir do diagnóstico como uma potencialidade local, em programas em andamento, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há menção objetiva de planejar o PCC ou assuntos afins, apenas se surgir no diagnóstico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há menção objetiva de priorizar o PCC e assuntos relacionados como elemento agregador de capital humano para formação de capital social, como capital fixo ou cultural; ▪ Ênfase dada na dimensão ambiental da sustentabilidade.
GESPAR	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abordagem indireta de assuntos relacionados ao PCC, ao propor discussão das várias dimensões do DS local; ▪ Conteúdos e ênfase nos aspectos de sustentabilidade econômica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convocação generalista e temática (de produtores); ▪ Consta menção à grupos culturais para serem convidados como beneficiários ou participantes locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há recomendação objetiva para identificar PCC, seu estado e usos/ relações com setor produtivo, etc; ▪ Pode ou não surgir a partir do diagnóstico como uma potencialidade local, em programas em andamento, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há menção objetiva de planejar o PCC ou assuntos afins, apenas se surgir no diagnóstico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há menção objetiva de priorizar o PCC e assuntos relacionados como elemento agregador de capital humano para formação de capital social, como capital fixo ou cultural; ▪ Ênfase dada na dimensão produtiva e capacitação massiva.

(Quadro 6 – continua)

(Quadro 6 – continuação)

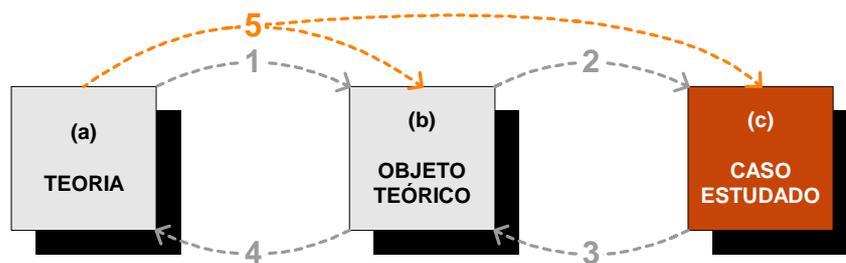
Casos teóricos analisados	Patrimônio cultural construído (PCC) nas grandes etapas metodológicas analisadas				
	(i) Sensibilização/ Capacitação	(ii) Formação do Fórum	(iii) Diagnóstico Participativo	(iv) Plano de Desenvolvimento	(v) Agenda de Prioridades
URBAN	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abordagem direta de assuntos relacionados ao PCC, ao propor discussão focada do ambiente construído em um dos eixos temáticos pré-determinados. ▪ Conteúdos e ênfase nos aspectos de sustentabilidade urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convocação generalista e temática (por eixo); ▪ Agrega grupos específicos a partir dos eixos de pré-definidos, incluindo a temática de conservação e regeneração urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discussões no Eixo 1 são condicionadas à identificação do estoque patrimonial construído, usos, relações produtivas existentes e potenciais, estado de conservação, etc. ▪ É incluído como elemento de diagnóstico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É assunto pré-determinado de trabalho em todos os casos de implantação, com ações específicas para a temática. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É assunto prioritário pré-determinado no desenho metodológico, como fundamental ao desenvolvimento local sustentável.

Quadro 6 – Papel atribuído ao patrimônio cultural construído, por grande etapa metodológica, nos casos teóricos analisados da Agenda 21 Local, GESPAR, e URBAN.

Nota: Elaborado pela autora a partir da análise dos diversos documentos de referência das metodologias.

A mobilização do capital humano para formação de capital social, a partir de assuntos relacionados ao patrimônio cultural construído se dá de modo direto, objetivo, apenas no caso do URBAN. Nem a Agenda 21 Local, nem a GESPAR, abordam a questão de forma explícita.

A depender do contexto de implantação de uma metodologia de desenvolvimento local sustentável, se o assunto do patrimônio for já discutido entre os atores locais, boas chances existem de sua contemplação no processo. Ainda assim, a capacidade local de usufruir dele como capital cultural fixo à serviço do desenvolvimento local aumenta à medida em que aumentam a quantidade e a qualidade de conhecimento a seu respeito, e de pessoas que o conhecem, e o reconhecem sua importância. Quando não, quando for esse patrimônio pouco compreendido pelos habitantes, até em função de carências mais prementes como necessidade por água, comida, emprego, educação, energia, as chances de sua conservação contribuir no desenvolvimento local sustentável são mais reduzidas. Inserir esse patrimônio no processo de implantação de uma metodologia de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável é reconhecer esse patrimônio como potencial elemento agregador de capital social, e como poderoso capital cultural fixo na busca desse desenvolvimento.



PARTE III

O DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, como metodologia implantada

6. O DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL – DLIS – EM ALAGOAS

Alagoas é o segundo menor estado do Brasil, com área de 27.933km², equivalente a 0,32% do território nacional, e 1,8% do Nordeste; é considerado o “oásis do Nordeste”, com a menor porção territorial no sertão ou zona semi-árida da região (MENDES JÚNIOR, 2002). A população de 3.037.103 habitantes está distribuída nos seus 102 municípios, conferindo uma das maiores densidades demográficas brasileiras (IBGE, 2007).

A origem do estado se confunde com a de três cidades, povoações iniciais com funções distintas desde o século XVI. Ao sul, Penedo, às margens do rio São Francisco, cujo papel no desenvolvimento da região foi de importante entreposto comercial de distribuição de mercadorias para o nordeste do Brasil. Ao norte, Porto Calvo, centro estratégico de defesa e articulação com Recife, sede da então Província de Pernambuco (que incorporava o território que hoje é o estado de Alagoas). E ao centro, a cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, centralidade política da região, e com privilegiado porto marítimo/ lagunar (SEBRAE/ AL, 2003).

Desse passado de origem colonial, apenas Penedo e Marechal Deodoro atravessaram o tempo preservando relativamente grandes estoques de patrimônio cultural construído. Hoje, ambos possuem seus núcleos de origem tombados como sítios históricos em nível nacional pelo IPHAN. De Porto Calvo, restam o traçado urbano colonial e, também tombada pelo IPHAN, uma igreja de 1610.

Numa realidade de contrastes entre riquezas culturais e naturais²⁶, e pobreza de sua população, o processo de desenvolvimento alagoano ao longo do tempo foi desigual, com forte concentração de renda baseada em grandes propriedades litorâneas para cocoicultura, cultura da cana-de-açúcar em toda a zona da mata atlântica, café e fumo no agreste e algodão

²⁶ A publicação do *Inventário Piloto de Ofertas e Oportunidades Turísticas de Municípios Alagoanos na Região das Lagoas* (SEBRAE/ AL, 2005) relaciona em detalhes todo o patrimônio natural e cultural, material e imaterial da região onde está situado o município de Marechal Deodoro.

e fazendas de gado no sertão (SEBRAE, 2003). Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvim

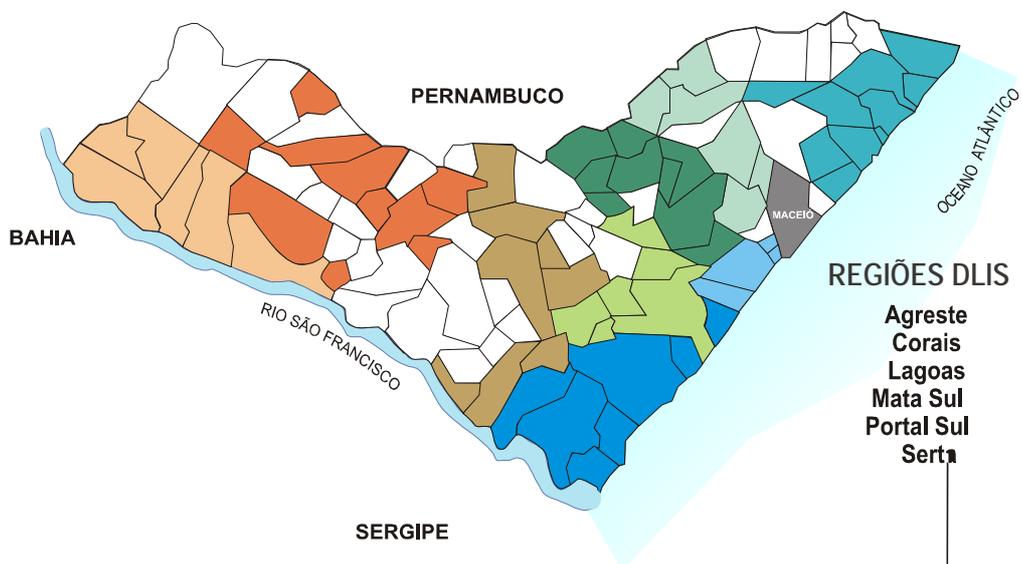
seguida, devido à sua capilaridade institucional no Nordeste por conta de um programa de desenvolvimento próprio intitulado Farol do Desenvolvimento, o BNB firma convênio com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, passando a ser o agente responsável por construir a Agenda 21 local também nos municípios alagoanos. Nesse contexto local, à exemplo do nacional, as discussões sobre desenvolvimento local, integrado e sustentável tomavam força, e forma de metodologia de intervenção.

Já em 1999, o Governo Federal inicia a implantação da metodologia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) em Alagoas, com o Programa Comunidade Ativa, ao tempo em que o SEBRAE incorpora o DLIS no seu Programa SEBRAE Desenvolvimento Local (PSDL), sucessor do PRODER Especial.

A variedade de iniciativas concomitantes de desenvolvimento local no mesmo estado, e em territórios em sua maioria superpostos, provocou uma discussão entre os atores institucionais envolvidos nos preparativos para implantação do DLIS, em especial o Governo Federal, o Estadual e o SEBRAE/ AL. Como desdobramento, construiu-se a partir de 2000-2001 uma articulação entre Governo Federal, representado no estado pela Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN/ AL), BNB, SUDENE, então já Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e SEBRAE Alagoas (AL), principal parceiro do estado em ações de desenvolvimento.

A idéia era buscar a complementaridade das ações em cada território, evitando a exaustão dos municípios com várias estratégias semelhantes de promoção do desenvolvimento local. Por isso, Alagoas foi então dividida em nove regiões para implantação de ações articuladas de desenvolvimento local sustentável, agregando metodologias e iniciativas, unificando-se nos municípios os fóruns de desenvolvimento local antes particulares a cada programa. A divisão regional foi consensuada entre os parceiros, em especial pelo SEBRAE e Governo do Estado, e definida a partir de identidades de relação comercial, geopolítica e proximidade geográfica.

As “regiões DLIS”, como ficaram com o



interlocução do Conselho do Programa Comunidade Solidária²⁸ em 1999, sendo difundido como um “novo” modo de promover o desenvolvimento. Como produto das discussões empreendidas nessas rodadas, o DLIS passou então a ser compreendido como *desenvolvimento humano* – um modo de promover a qualidade de vida das pessoas; *desenvolvimento social* – de um grupo/ todas as pessoas; e *desenvolvimento sustentável* – daqueles que vivem hoje e viverão amanhã (PAULA, 2002).

O objetivo era possibilitar o surgimento, por meio da implantação do processo de DLIS, de “*comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, de descobrir ou despertar vocações locais, de desenvolver suas potencialidades específicas e de fomentar intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens comparativas locais*” (SEBRAE/ AL, 2001, p.6).

A partir de então, processos de DLIS passaram a ser implantados em todo o país, pelo Governo Federal, por meio do Programa Comunidade Ativa, e pelo SEBRAE, com o Programa SEBRAE Desenvolvimento Local, constituindo-se em um marco como estratégia de promoção do desenvolvimento local no Brasil pela amplitude da iniciativa. Os programas tiveram sua regulamentação em Decretos Presidenciais, Portarias e Resoluções da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária, ligado à Casa Civil – Presidência da República²⁹, e resoluções internas do SEBRAE. As condições para participação do programa Comunidade Ativa foram estendidas em parceria institucional aos municípios atendidos pelo programa SEBRAE de Desenvolvimento Local, com aplicação da mesma metodologia DLIS. Esta foi então desenvolvida conjuntamente pela Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED), instituição parceira do Governo Federal, e o SEBRAE Nacional, agregando depois outros parceiros.

A ação institucional coordenada (Governo Federal e SEBRAE) abrangia a implantação do processo de DLIS nos municípios, ampliando a capacidade de intervenção territorial da iniciativa. Tanto que, em 2002, quase duas mil localidades, cerca de um terço

²⁸ Da Casa Civil, ligado à Presidência da República durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

²⁹ Esses instrumentos tratavam, em síntese, da criação do programa, da redução dos limites de contrapartida dos municípios com processo metodológico implantado de DLIS (para 1% se menor que 25.000 hab, 2% se maior que 25.000 hab e localizados nas áreas da ADENE, ADA e Centro-Oeste, e 4% para demais casos), dos critérios de seleção e nivelamento, e da ampliação do número de municípios atendidos.

dos municípios brasileiros, eram atendidos por programas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, ou simplesmente, programas de DLIS (CARTAS DLIS, 2002).

O principal critério de seleção de municípios para serem objetos de implantação do DLIS foi o baixo IDH. Ou seja, eles deveriam estar prioritariamente localizados nos bolsões de pobreza do país. Por isso, os quatro conceitos que nortearam a sua concepção – Desenvolvimento, Local, Integrado, e Sustentável – foram simplificados para assimilação pelos vários atores envolvidos. Esses conceitos passaram a ser divulgados e trabalhados como:

- **D – Desenvolvimento:** De modo a tornar dinâmicas as vantagens comparativas e competitivas de uma determinada localidade, favorecendo o crescimento econômico e, simultaneamente, elevando o capital humano, o capital social, a melhoria das condições de governo e o uso sustentável do capital natural.
- **L – Local:** Qualquer recorte sócio-territorial delimitado a partir de uma característica eletiva definidora de identidade, podendo ser físico-territorial (ex. localidades de uma mesma micro-bacia), econômica (localidades integradas por uma determinada cadeia ou atividade produtiva), uma característica étnico-cultural (localidades indígenas, de remanescentes quilombolas ou migrantes), uma característica político-territorial (municípios de uma mesma micro-região) etc. O recorte do local dependeria do sujeito e dos critérios eletivos de agregação.
- **I – Integrado:** Um modelo de desenvolvimento que levava em conta a necessidade de articulação entre os diversos atores que integram o âmbito local, como também a necessidade de articulação entre os vários fatores que interferem no desenvolvimento (econômicos, sociais, culturais, político-institucionais, físico-territoriais, científico-tecnológicos, etc).
- **S – Sustentável:** Representava o desafio de buscar a satisfação das necessidades atuais sem comprometer a capacidade de satisfação das necessidades das gerações futuras. A conquista da sustentabilidade – no conceito adotado de FritjorkCarpra – exigiria a reprodução nas sociedades humanas de determinadas características observáveis nos organismos complexos e ecossistemas, como flexibilidade,

interdependência, parceria, diversidade e reciclagem de fluxos de matéria e energia. Sem minimizar as diferenças entre ecossistemas e sociedades humanas, destacava-se que ambos são sistemas vivos que exibem os mesmos princípios básicos de organização e inteligência devido às dimensões cognitivas inerentes aos processos da vida.³⁰

Baseado em quatro macro-estratégias (capacitação para participação organizada da comunidade local; articulação das ofertas estatais e não-estatais; transformação das demandas privadas em demandas públicas da sociedade local; e difusão da cultura empreendedora), o DLIS tinha como objetivo principal induzir o desenvolvimento local a partir da implantação de uma metodologia participativa de planejamento do desenvolvimento, a fim de gerar, como resultados, processos continuados de discussão, articulação, planejamento e implementação de projetos e ações de desenvolvimento local sustentável. Sua metodologia compreendia etapas e passos metodológicos centrados em dois aspectos anteriormente discutidos³¹ – a implantação de um “processo” de desenvolvimento local, que permitam gerar “produtos” elaborados de modo participativo, sendo por eles orientado no decorrer do tempo.

6.2.A adaptação pré-operacional da metodologia DLIS para Alagoas

A partir da mencionada articulação institucional para implantação de processos de desenvolvimento local em Alagoas, a metodologia DLIS foi adaptada, de modo a contextualizá-la à realidade do estado. Isso se deu em duas etapas.

Primeiro, o documento de referência da metodologia, elaborado pelo Governo Federal e incorporado pelo SEBRAE Nacional, foi formalmente adaptado pela gerência da Unidade de Desenvolvimento Local do SEBRAE/ AL. O ajuste teve por objetivo, além da simplificação de linguagem utilizada no texto, “*detalhar e facilitar a organização das etapas e eventos previstos na metodologia [...] como uma ferramenta de orientação que deve ser utilizada pelos envolvidos na aplicação da metodologia em todas as etapas visando garantir a qualidade dos resultados*” (SEBRAE/ AL, 2001, p.4).

³⁰ Referenciando uma obra de Fritjork CARPRA, *A Teia da Vida*, um dos trabalhos referenciais para a elaboração da metodologia DLIS.

³¹ No Capítulo 3 deste trabalho.

Esse primeiro ajuste não produziu novos procedimentos ou conteúdos de capacitação. A maior preocupação foi disponibilizar modelos de formulários, convites e outros instrumentos a serem utilizados ao longo do processo de implantação, um questionário para levantamento de potencialidades por setor³² e um roteiro básico para entrevistas com as lideranças. Em nenhum desses instrumentos aspectos relacionados ao patrimônio cultural construído foram abordados diretamente. O patrimônio poderia surgir de forma indireta no referido roteiro, quando se perguntava que coisas poderiam ser mostradas para alguém que viesse conhecer o município. Foram incluídas também técnicas vivenciais para as reuniões e palestras de capacitação, com sugestões de dinâmicas de grupos e “fábulas” (estórias de forte apelo lúdico) a serem aplicadas nas oficinas, com finalidade de abordar assuntos afins a questões comportamentais – a importância de cada um no processo, perseverança, trabalho cooperado, elevação da auto-estima dos participantes, etc. (SEBRAE/ AL, 2001).

Segundo, um novo ajuste foi realizado pela equipe de Supervisão regional de desenvolvimento local do SEBRAE/ AL, organizado pelas cinco grandes fases de implantação da metodologia DLIS. O objetivo foi operacionalizar ainda mais as etapas a serem implantadas, como uma espécie de *check list* do processo de implantação. Incluiu recomendações de tempos reduzidos para as reuniões, identificação de atores estaduais comuns a serem envolvidos em cada momento/ oficina/ reunião, pautas mínimas desses eventos, e sistemática de reuniões internas entre capacitador do município e supervisor da região. Novamente, não foram introduzidos novos conceitos, procedimentos ou conteúdos de qualquer temática de capacitação do desenvolvimento local. A ênfase foi dada, por parte da equipe de supervisão regional, ao aspecto gerencial na implantação do DLIS.

Em relação à metodologia nacional, as Etapas 1 (Ações preparatórias), 2 (Sensibilização) e 3 (Capacitação do Fórum DLIS) foram fundidas em uma só, intitulada Etapa 1 – Sensibilização e Capacitação; seus passos foram reorganizados para melhor operacionalização da metodologia em Alagoas. As Etapas nacionais 6 (elaboração da agenda local), 7 (negociação da agenda local) e 8 (celebração do pacto de desenvolvimento local) foram agrupadas em uma – Etapa 5 – Elaboração da Agenda Local. Em síntese, a relação

³² Primário, secundário e terciário.

entre as etapas DLIS na metodologia nacional e suas alterações na adaptação estadual de Alagoas são apresentadas a seguir (Quadro 7).

Etapas nacionais do DLIS	Etapas da adaptação estadual do DLIS
Etapa 1 – Ações preparatórias	Etapa 1 – Sensibilização e Capacitação
Etapa 2 – Sensibilização	
Etapa 3 – Capacitação do Fórum de DLIS	Etapa 2 – Formação do Fórum de DLIS
Etapa 4 – Elaboração do Diagnóstico Participativo	Etapa 3 – Elaboração do Diagnóstico Participativo
Etapa 5 – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local	Etapa 4 – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local
Etapa 6 – Elaboração da Agenda Local	Etapa 5 – Elaboração da Agenda Local
Etapa 7 – Negociação da Agenda Local	
Etapa 8 – Celebração do Pacto de Desenvolvimento Local	
Etapa 9 – Implementação e acompanhamento da Agenda Local	Não adaptada
Etapa 10 – Avaliação e premiação	Não adaptada

Quadro 7 – Síntese da relação entre as etapas nacionais do DLIS e suas alterações na adaptação estadual.

Fonte: Manual do Programa SEBRAE Desenvolvimento Local (SEBRAE/ AL, 2001), documentos internos de supervisão do DLIS (SEBRAE/ AL, 2001-2003).

As etapas não adaptadas foram aquelas referentes à continuidade do trabalho pós-implantação da metodologia DLIS, a Etapa 9 – Implementação e acompanhamento da Agenda Local, e a Etapa 10 – Avaliação e premiação do município. Nesse sentido, no momento das atividades relacionadas a estas etapas, prevaleceriam o desenho e recomendações originais da metodologia nacional.

6.3.A operação da metodologia DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas

Com população de 45.141 habitantes (IBGE, 2007), Marechal Deodoro foi objeto de implantação do DLIS devido ao seu IDH tão baixo quanto o estadual, medindo em 2000 0,649 (PNUD, 2000). O município integra a Região das Lagoas, ao sul da capital do estado, na

chamada grande Maceió, local do complexo estuarino-lagunar Mundaú Manguaba, também reserva ecológica estadual. Parte dele compõe ainda a Área de Preservação Ambiental (APA) de Santa Rita (FERRARE, 2002)³³.

Além do rico ambiente natural, a grande quantidade de estoque patrimonial construído do período colonial brasileiro fez com que a antiga cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, tivesse seu centro histórico elevado à categoria de patrimônio com tombamento estadual em 1983, e nacional, com tombamento pelo IPHAN em 2005. Seu acervo arquitetônico é composto por vários exemplares religiosos e de uso oficial, e conjuntos de arquitetura civil singela, distribuídos nas áreas planas às margens da lagoa Manguaba e nas partes elevadas, o que conforma uma paisagem de sítio histórico emoldurado por coqueirais e remanescentes da mata atlântica (Figuras 5 e 6).



Figura 6: Casario e Lagoa Manguaba, centro histórico de Marechal Deodoro, Alagoas.
Fonte: Acervo da autora (2001).



Figura 7: Ordens 1ª e 3ª de São Francisco, centro histórico de Marechal Deodoro, Alagoas.
Fonte: Acervo da autora (2001).

O município de Marechal Deodoro também é possuidor de um significativo acervo imaterial, como a grande quantidade de bandas de música, filarmônicas ou sinfônicas (é tradicional centro de formação regional de instrumentos de sopro), festas religiosas, grupos folclóricos, gastronomia típica e confecção de rendas, entre elas o filé, característica da região.

³³ Pressupõe-se que partiu de Olinda uma marcha para colonizar a região, com relatos de que “em 1519 já devia existir à margem da lagoa do sul esse núcleo” (RIBEIRO, *apud* FERRARE, 2000, p.1)

6.3.1. A estrutura metodológica implantada do DLIS em Marechal Deodoro

A implantação do DLIS em Marechal Deodoro teve seu princípio em 2001, quando da definição do SEBRAE como instituição capacitadora municipal³⁴. Ações preparatórias com principais gestores, incluindo Governador, Prefeito e Secretários, como definidas na metodologia, foram realizadas numa única solenidade no Palácio do Governo em agosto de 2001, com a assinatura do Termo de Compromisso dos municípios integrantes do Programa Comunidade Ativa – Marechal Deodoro um deles.

O município já havia sido objeto de intervenção do PRODER e PRODER Especial, pelo SEBRAE/ AL, e era trabalhado desde o início do mesmo ano pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com seu programa Farol do Desenvolvimento. Por isso, as atividades do DLIS em Marechal Deodoro foram iniciadas com palestras de sensibilização da comunidade.

No momento de operação da metodologia no município, as etapas do DLIS, adaptadas para o estado em relação à versão nacional, foram sofrendo ajustes próprios da maior proximidade com uma dinâmica local à medida de sua implantação. Estes ajustes não foram significativos em relação à adaptação estadual, tendo ocorrido principalmente nas atividades, ou passos, de cada etapa. A essência da estrutura metodológica, no entanto, foi preservada, considerando-se as grandes etapas comuns em metodologias de planejamento participativo do desenvolvimento local sustentável³⁵.

O quadro a seguir permite visualizar o percurso das etapas do DLIS, da metodologia original para o Brasil, a adaptação pré-operacional em Alagoas e como ela foi implantada no município de Marechal Deodoro (Quadro 8).

³⁴ Embora a oficialização para o Governo Federal tenha se dado apenas com a publicação da Portaria nº 2, de 09/04/2002, que definiu, entre outras coisas, quais os municípios do Programa Comunidade Ativa.

³⁵ Discutidas no capítulo 4 deste trabalho.

Etapas nacionais do DLIS	Etapas da adaptação estadual do DLIS	Etapas do DLIS implantadas em Marechal Deodoro
Etapa 1 – Ações preparatórias	Etapa 1 – Sensibilização e Capacitação	Etapa 1 – Sensibilização e Capacitação
Etapa 2 – Sensibilização		
Etapa 3 – Capacitação do Fórum de DLIS	Etapa 2 – Formação do Fórum de DLIS	Etapa 2 – Formação do Fórum de DLIS
Etapa 4 – Elaboração do Diagnóstico Participativo	Etapa 3 – Elaboração do Diagnóstico Participativo	Etapa 3 – Elaboração do Diagnóstico Participativo
Etapa 5 – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local	Etapa 4 – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local	Etapa 4 – Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local
Etapa 6 – Elaboração da Agenda Local	Etapa 5 – Elaboração da Agenda Local	Etapa 5 – Elaboração da Agenda Local
Etapa 7 – Negociação da Agenda Local		
Etapa 8 – Celebração do Pacto de Desenvolvimento Local		
Etapa 9 – Implementação e acompanhamento da Agenda Local	Não adaptada	Etapa 6 – Implementação e acompanhamento da Agenda Local
Etapa 10 – Avaliação e premiação	Não adaptada	Não adaptada/ implantada

Quadro 8 – Síntese da relação entre as etapas nacionais do DLIS, suas alterações na adaptação estadual e as implantadas em Marechal Deodoro, Alagoas.

Fonte: Manual do Programa SEBRAE Desenvolvimento Local (SEBRAE/ AL, 2001), documentos internos de supervisão do DLIS (SEBRAE/ AL, 2001-2003)

Dois capacitações pré-definidas integravam a metodologia DLIS na sua versão nacional, e permaneceram quando do ajuste estadual. O curso *Liderar*, ofertado pelo SEBRAE, entrava na Etapa 1 – Sensibilização, e o *Líder Cidadão*, na Etapa 2 – Capacitação. Um terceiro, intitulado *Saber Empreender*, foi introduzido na operação do DLIS em Marechal Deodoro, antes dos outros dois.

As seis etapas de implantação do DLIS conforme ocorrida em Marechal Deodoro, incluindo a síntese dos respectivos passos metodológicos, são detalhadas como segue.

Etapa 1 – Sensibilização (e capacitação)

As atividades de sensibilização foram iniciadas com reuniões de articulação com parceiros institucionais, responsáveis por programas análogos, para alinhamento de agenda de atividades no município. Em seguida, foi aplicado o *Curso Saber Empreender*. Destinado a pequenos empreendedores locais (artesãos, comerciantes, ambulantes, doceiras, etc), teve o objetivo de orientar o desenvolvimento de

características empreendedoras para ampliar ou montar negócios (SEBRAE/ AL, 2000). Mesmo não estando diretamente relacionado à metodologia DLIS, nem na estrutura original, nem na adaptada, na operação esse curso foi introduzido não apenas em Marechal Deodoro, mas também em vários outros municípios do estado, pelo próprio perfil do SEBRAE³⁶ como instituição supervisora do DLIS.

As primeiras reuniões de sensibilização foram com os grupos comuns em todos os municípios, como Vereadores, Câmara dos Diretores Lojistas – CDLs, Diretores de escolas, Agentes de Saúde, Conselhos municipais, Igrejas, Poder Judiciário, etc, para explanação das etapas da metodologia. Em seguida, iniciaram-se as reuniões de sensibilização com a comunidade local, por povoados, bairros, explicitando a importância e responsabilidades do Fórum a ser formado. Nessas reuniões, o capacitador aproveitava para, antes ou depois, realizar as entrevistas (conversa com a comunidade) com lideranças, moradores populares e mais antigos.

Ressalta-se que, uma vez consolidado o grupo, as reuniões passaram a acontecer em local fixo. Alguns lugares foram experimentados, prevalecendo por unanimidade como local das reuniões, ou “sede do DLIS de Marechal”, a Filarmônica Santa Cecília, casarão no centro histórico de Marechal Deodoro integrante do conjunto então tombado em nível municipal, sede de uma das orquestras deodorenses.

Na seqüência, a realização do *Curso Liderar* tinha como objetivo “*sensibilizar e desenvolver líderes conscientes e atuantes para realizar ações práticas que promovam o desenvolvimento de suas entidades e/ ou comunidades, fortalecendo ações locais/ regionais*” (SEBRAE/ PR, 2001, p.5). Esse curso estava presente na metodologia nacional e na adaptação estadual, destinava-se a capacitar os futuros integrantes do Fórum imediatamente antes à sua instalação, e possuía forte caráter comportamental. A idéia era que esses novos líderes influenciassem a sociedade local, participando de debates e encaminhamentos de questões de interesse coletivo³⁷.

³⁶ Uma instituição de apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas e empreendedores.

³⁷ A estrutura do curso era dividida em módulos: Liderando mudanças, O papel do líder na transformação da sociedade, Estratégia de vida, Atitudes e comportamentos do líder, Construindo equipes, Alianças estratégicas e associativismo (SEBRAE/ PR, 2001).

Etapa 2 – (formação do) Fórum

Reunião de preparação do evento de instalação do Fórum DLIS, a partir de quando foi definida a equipe gestora do Fórum, responsável por coordenar as atividades por vir. Foi realizada então a solenidade de oficialização do Fórum DLIS para a comunidade e parceiros, em evento na frente do local das reuniões ordinárias do grupo. Em seguida, aplicou-se o *Curso Líder Cidadão* para os integrantes do Fórum DLIS de Marechal Deodoro. De conteúdo análogo ao anterior, no Líder Cidadão a ênfase era dada na formação para elaboração de projetos, planejamento, estabelecimento de metas (SEBRAE/ AL, 2003).

Etapa 3 – Diagnóstico (participativo)

A etapa começava com uma reunião inicial de planejamento das atividades do diagnóstico. Uma de suas primeiras atividades foi a realização da oficina de construção da “*Árvore da Vida*”, dinâmica que proporcionava uma reflexão do papel de cada um (raiz – quem somos, tronco – o que oferecemos, e copa – como queremos o município desenvolvido, que vocações são elementos da construção de uma visão de futuro para o plano de desenvolvimento local). O diagnóstico foi realizado por área temática identificada na “copa da árvore”; cada equipe temática se responsabilizou por respectivos levantamento de planos, projetos e ações pré-existentes. As atividades de diagnóstico incluíram a revisão dos questionários por setor com as equipes temáticas para esclarecimento e validação do instrumento com o grupo.

Enquanto as equipes trabalhavam, o capacitador municipal de DLIS procedeu ao levantamento dos dados secundários do município. Após conclusão dos levantamentos, questionários etc, foram realizadas oficinas de elaboração do diagnóstico participativo, para preenchimento da tabela *problemas – potencialidades – soluções/ ações propostas*. Ao final da etapa, realizou-se um seminário de validação do diagnóstico participativo, em audiência aberta com integrantes do Fórum DLIS, autoridades, parceiros institucionais e população.

Etapa 4 – Plano de Desenvolvimento Local,

A etapa de elaboração do plano iniciou com uma oficina de construção da visão de futuro de Marechal Deodoro, a curto, médio e longo prazo, construindo uma imagem de futuro desejado ou horizonte de referência do município, nas várias dimensões apreendidas por eles do que seria o desenvolvimento local sustentável. Após a construção dessa visão compartilhada, foram realizadas algumas oficinas de elaboração do plano de desenvolvimento local pelo Fórum DLIS, incluindo a delimitação da vocação do município pelo grupo presente: *Cultura respaldada pela conservação de seu patrimônio integrado e educação com visão empreendedora.*

Percebe-se a influência do patrimônio cultural construído na definição, pela comunidade, dessa vocação. Ao final, realizou-se um seminário de validação do plano, com várias ações ligadas à recuperação e conservação do patrimônio cultural integrado, natural e construído, de Marechal Deodoro.

Etapa 5 – Agenda Local (de prioridades)

Após a construção e validação do plano, mais um seminário foi realizado iniciar a elaboração da agenda de prioridades e da agenda local (chamada pelo grupo de “agendinha”), com reuniões para seleção das ações mais relevantes para compor as agendas.

O capacitador procedeu então à sistematização dos principais “produtos” gerados pela metodologia, elaborando um documento síntese de implantação do DLIS, contendo caracterização, diagnóstico, plano e agendas de prioridades.

Etapa 6 – Implementação e acompanhamento do Plano e Agenda

O início da implantação das demais ações do plano e agenda aconteceu especialmente com aquelas passíveis de serem executadas pelo SEBRAE/ AL³⁸. Realizaram-se também seminários de divulgação das agendas para atores institucionais e parceiros.

³⁸ No entanto, 1ª. ação executada pelo próprio Fórum DLIS foi o *I Seminário Deodorense de Educação Sexual nas escolas e comunidades*, focado nos jovens, visto a grande quantidade de turistas nas praias e lagoas do município, muitos casos de gravidez na adolescência e prostituição infantil.

Ainda, ocorreu em Marechal Deodoro o I Seminário Regional de DLIS da Região das Lagoas, organizado pelo Fórum em parceria com seus colegas dos demais municípios da região, então com processo de DLIS sendo implantado (Coqueiro Seco, Santa Luzia do Norte e Barra de São Miguel). O acompanhamento do Fórum DLIS, e grupos setoriais de empreendedores, ocorreu por parte do Governo do Estado, SEBRAE/ AL e BNB de forma desigual, atrelados às programações de continuidade das ações de cada instituição.

Finalmente, quando da visita da autora ao município para realização das entrevistas (2007), foi constatado que, apesar da maior parte dos integrantes do então Fórum DLIS de Marechal Deodoro continuarem residindo ou trabalhando no município, e de algumas ações setoriais decorrentes dos trabalhos de DLIS estarem sendo desenvolvidas pelas instituições participantes, o grupo não se reúne mais como Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável desde o final de 2004.

As etapas DLIS foram aplicadas em Marechal Deodoro de acordo com a metodologia adaptada na pré-operação. A diferença se deu nos passos metodológicos, estruturados em campo de acordo com a dinâmica da comunidade local. A Etapa 6 não seguiu o desenho metodológico de origem do que seria a etapa correspondente de acompanhamento das agendas (Etapa 9 – Implementação e acompanhamento da Agenda Local), tendo sido adaptada localmente a partir da sucessão de eventos definidos pelo Fórum DLIS e parceiros.

Em relação à adaptação pré-operacional da metodologia DLIS, não houve etapa não implantada. Em relação ao desenho metodológico de origem do DLIS, as etapas não implantadas foram três.

A etapa 7 – Negociação da Agenda Local deveria compreender a negociação da agenda com o FDLIS e os parceiros, visando a implementação das demandas construídas de forma organizada pela comunidade, o que não aconteceu. Na prática, algumas ações foram sendo implantadas à medida em que instituições parceiras identificavam compatibilidade com seus respectivos planejamentos, e não como produto de uma grande ação articulada para execução das agendas. É sabido que esta etapa também visava estimular a própria

comunidade a buscar parcerias para o seu desenvolvimento. No entanto, a experiência de Marechal Deodoro confirmou ser este um dos maiores gargalos do processo de DLIS.

A etapa 8 – Celebração do Pacto de Desenvolvimento Local também não ocorreu. Não havendo negociação coordenada para execução das agendas, a etapa sucessora – o pacto de desenvolvimento local – de fato não foi formalizada pelos parceiros. Como o processo de implantação da metodologia DLIS, por parte das instituições promotoras, não teve continuidade após o início da etapa de acompanhamento da agenda, não foi implantada a etapa 10 – Avaliação e Premiação. A troca de experiências e visibilidade pretendida com esta etapa acontece desde 2002 com a realização da Expo Brasil de Desenvolvimento Local³⁹, não se constituindo, contudo, em aporte organizado de novas ofertas e parceiros que fortaleçam o processo de DLIS em curso em Marechal Deodoro.

Sintetizando, as Etapas adaptadas 1 e 2 corresponderam ao início da construção do “processo” de desenvolvimento local em Marechal Deodoro, onde informações de novos conteúdos (*ic*) foram introduzidas como insumo nesse processo, inclusive com a realização de mais um curso, não previsto no escopo metodológico de origem do DLIS. As Etapas adaptadas 3, 4 e 5 geraram “produtos”, reunidos em um documento síntese contendo diagnóstico, plano e agendas, formando um conjunto de informações sistematizadas (*is*) que foram divulgadas e parcialmente tomadas como referência para a continuidade do “processo” de desenvolvimento local.

A metodologia do DLIS, da forma como foi implantada em Marechal Deodoro, Alagoas, é ilustrada no diagrama a seguir (Figura 10).

³⁹ A edição mais recente, a VI Expo Brasil de Desenvolvimento Local, aconteceu de 3 a 5/12/2007, em Natal – RN, reunindo especialistas nacionais e internacionais, experiências e fóruns de desenvolvimento local de todo o país. Para mais informações, ver <<http://www.expo.rededlis.org.br>>.

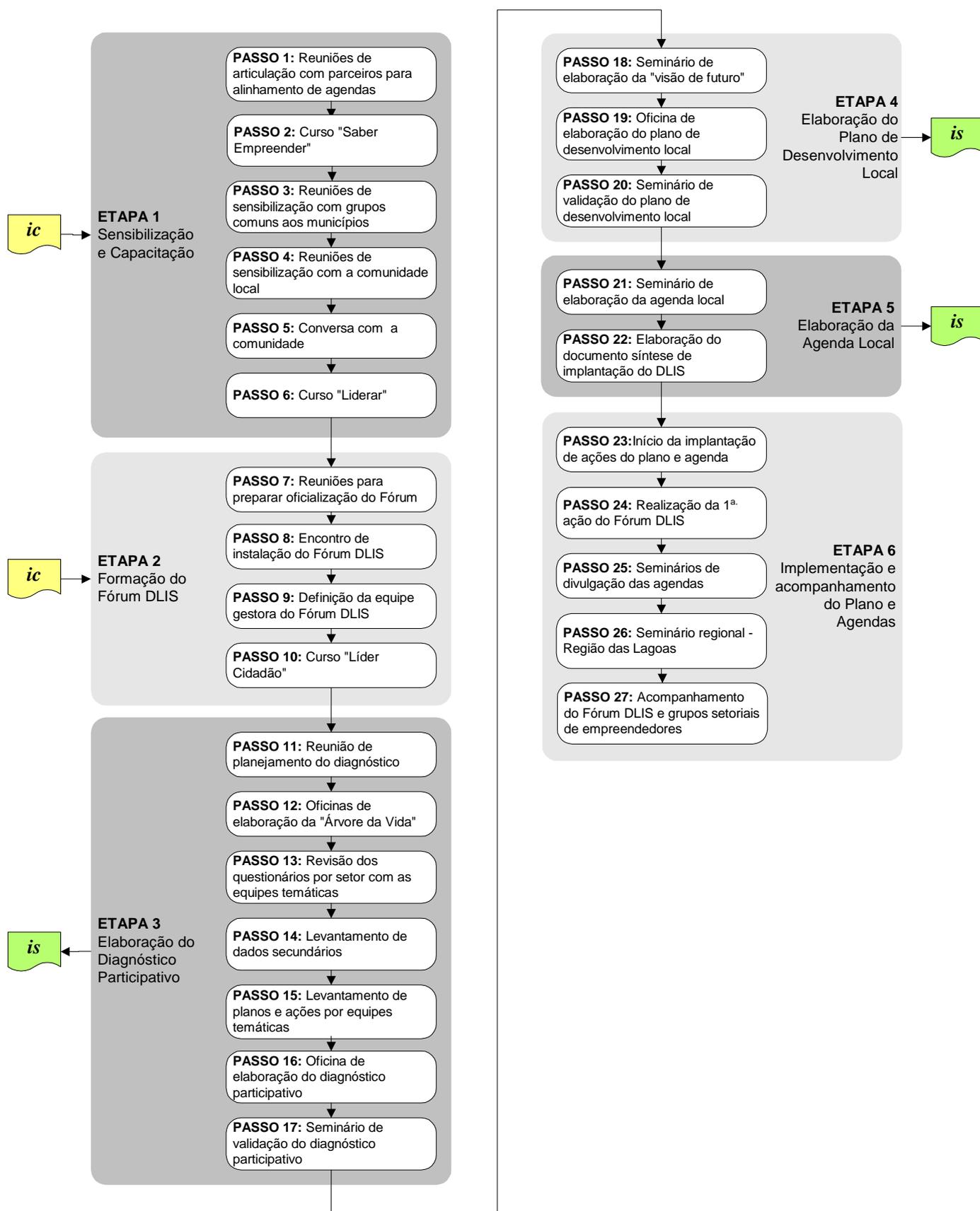


Figura 8 – Estrutura metodológica do DLIS implantado em Marechal Deodoro.

Nota: Elaborado pela autora a partir dos documentos de referência e de implantação – 2001-2003.

No desenho metodológico do DLIS, esse patrimônio não foi objeto de capacitação específica ofertada, não foi conteúdo das capacitações existentes, cujo foco era mais voltado para despertar características e comportamentos empreendedores nos participantes. O patrimônio cultural construído também não foi estudo intencional na capacitação dos técnicos envolvidos na aplicação da metodologia, ou dos participantes locais, para permitir sua maior compreensão como elemento agregador de capital social, sobre conservação integrada, ou sobre como conhecer e lidar com as especificidades, potencialidades, restrições e limites do patrimônio no apoio ao desenvolvimento local sustentável.

No entanto, o patrimônio cultural construído no DLIS em Marechal Deodoro, como produto de sua cultura, foi sistematicamente inserido no processo de desenvolvimento local em um aprendizado empírico *durante* a implantação da metodologia, a partir da comunicação estabelecida entre os membros da sociedade local – o capital social organizado no Fórum DLIS. Ou seja, foi uma questão cultural nos sentidos descritos por Jokilehto (2002).

A análise dos principais produtos gerados na implantação da metodologia DLIS auxilia na demonstração de como isso aconteceu.

6.3.2. Os produtos gerados na implantação da metodologia DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas

Nas Etapas 3, 4 e 5, os três produtos foram gerados conforme programado na metodologia DLIS nacional: (i) o “*Diagnóstico Participativo Local do Município de Marechal Deodoro*” (SEBRAE/ AL, 2002, p.14-23); (ii) o “*Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Marechal Deodoro*” (SEBRAE/ AL, 2002, p.24-37), e (ii) as Agendas de Prioridades, divididas em “*Agenda Local*” (SEBRAE/ AL, 2002, p.38-47), e “*Agenda de Ação Local*” (SEBRAE/ AL, 2002).

A caracterização do município elaborada pelo Fórum de Desenvolvimento Local apresenta Marechal Deodoro como destino turístico, por possuir vários atrativos naturais como a Praia do Francês, os canais da Massagüeira, a reserva do Saco da Pedra, a Prainha, nascentes de água mineral utilizadas para banhos (SEBRAE/ AL, 2002, p.6-8). Seu sítio histórico colonial, no entanto, não recebia à época da implantação do DLIS o mesmo fluxo

turístico. A noção de agregar os atributos históricos e culturais ao turismo ligado ao ambiente natural foi debatida de forma recorrente durante o processo de implantação do DLIS, como um caminho para a sustentabilidade econômica do município, e de grande parte de seus moradores.

Analisando os conteúdos produzidos pela metodologia DLIS – o diagnóstico, o plano e as agendas, verificou-se que patrimônio cultural construído foi amplamente mencionado e discutido, sendo visto pelo Fórum local como um dos grandes insumos para o desenvolvimento do município, devido ao seu potencial para o Turismo.

6.3.2.1. O diagnóstico participativo

O diagnóstico participativo de Marechal Deodoro elaborado pelo Fórum DLIS procurou compreender e analisar a realidade local sob as dimensões social, cultural, econômica, ambiental, físico-territorial e político-institucional. Os temas definidos em oficina, que pautaram a formação das equipes temáticas para aplicação dos questionários por setor e levantamentos das atividades pré-existentes, foram *Turismo, Educação, Saúde, Infra-estrutura Urbana, Meio Ambiente e Agricultura, e Desenvolvimento Institucional*. Para cada uma dessas áreas, dentro da metodologia de construção do diagnóstico, foi preenchida uma matriz de *potencialidades/ vantagens – problemas/ ameaças — planos/ ações*. Nesse exercício coletivo diversas foram as vezes em que o assunto patrimônio cultural construído foi abordado, seja como potencialidade, seja seu estado de conservação visto como um problema a ser resolvido.

Ou seja, na Etapa 2 da operação da metodologia DLIS, no seu processo implantação em Marechal Deodoro, Alagoas, o patrimônio cultural construído surge de forma explícita na elaboração do diagnóstico participativo local em 4 das 6 áreas temáticas definidas pelo Fórum (Educação, Infra-estrutura Urbana, Turismo e Desenvolvimento Institucional⁴⁰). Ele é caracterizado como um potencial a ser explorado, cujo mau estado de conservação preocupa a população local. O patrimônio foi motivo de mobilização da comunidade, discutido como

⁴⁰ Não se pretende aqui avaliar se o patrimônio cultural construído está adequadamente relacionado a este ou aquele eixo temático; vale mais sua menção pela comunidade, compreendendo-o como relacionado à maioria dos assuntos abordados no diagnóstico participativo local.

uma *causa* do processo de desenvolvimento local; discutido também sobre como utilizá-lo para o desenvolvimento do no Turismo – um *meio* de desenvolvimento; e como, a partir do desenvolvimento, pode-se preservá-lo – um *fim* de desenvolvimento, em consonância com a vocação definida para a cidade, de turismo cultural e ecológico.

O papel do patrimônio cultural construído no diagnóstico participativo local de Marechal Deodoro é resumido a seguir (Quadro 9).

Área temática do diagnóstico do DLIS	Papel do patrimônio cultural construído no diagnóstico do DLIS
Educação	Como objeto de um programa de educação patrimonial existente, o patrimônio cultural construído é visto como uma potencialidade.
Infra-estrutura Urbana	A existência de patrimônio histórico, monumentos, casario e a paisagem é citada como potencialidade, relacionada a problemas como a falta de fiscalização sobre as reformas e estado de conservação, bem como a ausência de iluminação especial para os monumentos urbanos.
Turismo	Patrimônio cultural/ histórico como uma potencialidade para o turismo, relacionado a problemas de descaracterização, reformas e degradação desse patrimônio (citado como histórico, cultural, construído). A inadequação do porte e tipo de veículos no Centro Histórico também foi mencionada.
Desenvolvimento Institucional	Existência da história do município, figuras ilustres relacionadas à história do Brasil tendo vivido na cidade, e o acervo cultural são vistos como potencialidade para o desenvolvimento institucional. Nos problemas, entraram a inexistência (à época) de um Plano Diretor, e desatualização de instrumentos de fiscalização da preservação.

Quadro 9 – Papel do patrimônio cultural construído no diagnóstico participativo local do DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, por área temática do diagnóstico.

Fonte: Diagnóstico participativo local do município de Marechal Deodoro (SEBRAE/ AL, 2002).

6.3.2.2. O plano de desenvolvimento local

Na Etapa 4 da metodologia DLIS implantada, o plano de desenvolvimento local foi elaborado a partir de uma visão de futuro construída pelo Fórum DLIS. Essa visão foi conceituada para o grupo como “*o estado ambicionado e desejado [...] visão unificada e compartilhada pelo Fórum e por membros da comunidade com a finalidade de identificar os vetores de sustentabilidade do desenvolvimento local*” (SEBRAE/ AL, 2002, p.24). Relacionadas ao patrimônio cultural construído, o grupo construiu como visão a restauração e conservação do patrimônio histórico, sua iluminação e limpeza sistemáticas, educação

patrimonial de qualidade com acesso para todos, e a comunidade acreditando e trabalhando o turismo sustentável.

Como parte do exercício metodológico do DLIS, o Fórum identificou como vocações o turismo cultural e ecológico, a pesca artesanal nas lagoas Mundaú e Manguaba, e o artesanato⁴¹. A partir delas, o eixo de desenvolvimento do município foi definido como “*Cultura, com respaldo na conservação integrada e educação com visão empreendedora*” (SEBRAE/ AL, 2002:27). Os objetivos do plano de desenvolvimento foram:

- 1) *Promover e qualificar o capital humano* de Marechal Deodoro com foco na saúde e educação;
- 2) *Promover o patrimônio imaterial* de Marechal Deodoro com foco nas tradições do município (música, folguedos, artes, artesanato, culinária e esportes náuticos);
- 3) *Revitalizar e conservar o capital natural* de Marechal Deodoro (lagoa Manguaba, canais da Massagüeira, rios da Estiva, dos Macacos, Niquim, dos Remédios e Sumaúma, e as praias do Francês, do Saco da Pedra e Prainha);
- 4) *Desenvolver o agronegócio familiar* para atender às demandas dos bares e restaurantes, pousadas e hotéis, creches e refeitórios municipais de Marechal Deodoro;
- 5) *Recuperar e conservar o patrimônio histórico (construído e artístico)* de Marechal Deodoro.

Como exposto, a conservação do patrimônio cultural construído envolveu dois dos cinco objetivos prioritários, sendo um de forma direta e outro, indireta. No objetivo 5, “Recuperar e conservar o patrimônio histórico (construído e artístico) de Marechal Deodoro”, foi matéria central do plano de desenvolvimento organizando a partir dele um conjunto de propostas de ação. As propostas abordaram-no como fim da maioria das ações, incluindo de recuperação do acervo patrimonial, manutenção, educação patrimonial, iluminação dos principais monumentos arquitetônicos, sinalização de porte e tipo adequada ao centro histórico, capacitação e implantação de oficinas comunitárias de restauro, elaboração de um plano de gestão da conservação, entre outras.

⁴¹ Foram também mencionadas em segundo plano a agroindústria açucareira e a extração de petróleo e gás, ambas atividades de forte concentração econômica, e por isso não aprofundadas pelo Fórum como alternativa de desenvolvimento local mobilizadora e socialmente incluyente.

De modo complementar, o Fórum DLIS identificou também o patrimônio imaterial como de extrema importância para o desenvolvimento local sustentável do município. O objetivo 2, “Promover o patrimônio imaterial de Marechal Deodoro”, em muito se relaciona com o patrimônio cultural construído deodorense. O material é visto como meio de divulgação do imaterial, e motivando (sendo também causa) da elaboração de inventários turísticos, associado a uma vocação naturalmente identificada pela comunidade. É o centro histórico esse patrimônio material que agrega o imaterial, onde se especializam os principais festas e ritos (procissões) religiosos, festas cívicas, apresentações dos grupos de folclore, as sedes das duas mais tradicionais orquestras filarmônicas, entre outros aspectos da cultura do município (FERRARE, 2002).

A síntese das propostas do plano de desenvolvimento local elaborado pelo Fórum DLIS envolvendo o patrimônio cultural construído é apresentada como segue (Quadro 10).

Objetivo do plano do DLIS	Papel do patrimônio cultural construído no plano do DLIS
Promover o patrimônio imaterial de Marechal Deodoro	A inexistência de locais adequados e informações sistematizadas para divulgação dos atributos da cultura local levou à proposta de realizar um inventário turístico, um centro e um calendário de eventos culturais.
Recuperar e conservar o patrimônio histórico (construído e artístico) de Marechal Deodoro	A necessidade de conservação e valorização turística do patrimônio cultural construído foi objeto das propostas de implantação de equipamentos urbanos (lixeiras, pontos de ônibus, iluminação pública, sinalização turística e urbana) de porte e localização adequados; iluminação especial para monumentos (incluindo edifícios principais); campanhas de educação patrimonial permanente, inserção da matéria na matriz curricular das escolas; restauração do acervo patrimonial degradado; capacitação da comunidade para restauração e manutenção de bens integrados; implantação de oficinas comunitárias de restauro; fiscalização ostensiva de reformas; reativação do Conselho Municipal de Turismo (incluindo assunto do patrimônio cultural construído); construção de casas populares para retirada de favelas existentes também no centro histórico; restauração do cais do porto no centro histórico para reativar transporte lagunar; elaboração de um plano de gestão para a conservação do centro histórico.

Quadro 10 – Papel do patrimônio cultural construído no plano de desenvolvimento local do DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, por objetivo do plano.

Fonte: Plano de desenvolvimento local do município de Marechal Deodoro (SEBRAE/ AL, 2002).

6.3.2.3. A agenda de prioridades

Do plano de desenvolvimento local, conforme a metodologia DLIS, deveriam ser extraídas 10 prioridades, ou objetivos prioritários, com no máximo, cinco ações para cada prioridade. Como o FDLIS de Marechal elaborou um plano com apenas cinco prioridades, agrupando nesses objetivos todas as propostas de trabalho, na prática a tarefa se resumiu a selecionar, dentre as ações listadas, as cinco prioritárias para inclusão em cada agenda. Sempre considerando a vocação definida para o município (turismo cultural e ecológico), o FDLIS detalhou cada ação nas agendas, com a intenção de torná-la de mais fácil operacionalização.

No principal produto gerado pela Etapa 5 da metodologia implantada – as agendas – o patrimônio cultural construído foi tratado como *causa, meio e fim* do desenvolvimento, sendo um dos objetos centrais de detalhamento das ações. Isso inclui propostas de uso, de publicações sobre o assunto, de campanhas de educação patrimonial, identificação de edifícios prioritários a serem restaurados, capacitações, etc.

Das dez ações prioritárias referentes ao objetivo do patrimônio imaterial, quatro incluem o construído. São propostas de reabilitação física e ampliação do uso do Museu de Arte Sacra, um dos mais importantes edifícios de Marechal, publicação periódica do calendário cultural do município, planejamento e inventário turístico.

Das dez ações prioritárias referentes ao objetivo do patrimônio material, oito o tem como objeto direto. São ações de iluminação especial e restauração dos monumentos arquitetônicos, capacitação local em restauração, manutenção e fiscalização dos bens integrados, elaboração de um plano de gestão para a conservação do centro histórico, implantação de equipamentos urbanos adequados, infra-estrutura para o potencial turístico do patrimônio (estacionamento e sinalização), e educação patrimonial (campanhas e inclusão na matriz curricular das escolas do município).

Ações prioritárias das agendas local e de ação local, no tocante ao patrimônio cultural construído, são apresentadas no quadro a seguir (Quadro 11).

Objetivo prioritário das agendas do DLIS	Papel do patrimônio cultural construído nas agendas de prioridades do DLIS	
	Na agenda local	Na agenda de ação local
Promover o patrimônio imaterial de Marechal Deodoro	<p><i>Ação 02</i> – Reabilitação do edifício do Museu de Arte Sacra (Conjunto Santa Maria Madalena, anexo à Igreja da Ordem 3ª. de São Francisco) para conversão em centro cultural;</p> <p><i>Ação 05</i> – Edição de uma publicação mensal com calendário cultural (artístico, musical, culinário e esportivo)</p>	<p><i>Ação 02</i> – Realização de um planejamento turístico do município (atrações culturais e outros);</p> <p><i>Ação 03</i> – Realização de um inventário turístico do município.</p>
Recuperar e conservar o patrimônio histórico (construído e artístico) de Marechal Deodoro	<p><i>Ação 01</i> – Iluminação especial para monumentos arquitetônicos urbanos (Igrejas Matriz, do Rosário, do Carmo, do Amparo, Prefeitura, Casa de Deodoro, Conjunto das ordens 1ª, 3ª e Museu de Arte Sacra (convento), cais do porto lagunar e Casa de Câmara e Cadeia);</p> <p><i>Ação 02</i> – Restauração dos monumentos históricos [os mesmos da ação acima];</p> <p><i>Ação 03</i> – Capacitação dos munícipes em restauração, manutenção e fiscalização dos bens integrados do município;</p> <p><i>Ação 05</i> – Elaboração de um plano de gestão para a conservação integrada do centro histórico de Marechal Deodoro</p>	<p><i>Ação 01</i> – Implantação de equipamentos urbanos – lixeiras – de porte adequado ao local (incluindo centro histórico);</p> <p><i>Ação 03</i> – Construção de um estacionamento para evitar trânsito e veículos de porte inadequados no centro histórico;</p> <p><i>Ação 04</i> – Implantação de um projeto de sinalização turística;</p> <p><i>Ação 05</i> – Realização de campanhas permanentes de educação patrimonial e ambiental, incluindo o assunto na matriz curricular das escolas no município.</p>

Quadro 11 – Papel

foram os Fóruns de desenvolvimento local, e os produtos elaborados a partir do DLIS – o diagnóstico, plano e agendas municipais.

Marechal Deodoro passou então a integrar o Arranjo Produtivo Local do Turismo na Região das Lagoas, cuja ênfase de trabalho vem sendo a gastronomia local (é grande a quantidade de bares e restaurantes na região da Massagüeira). Atualmente, tanto os técnicos que então participaram da implantação do DLIS quanto a população local identificam o APL da Região das Lagoas como fruto da iniciativa do DLIS.

Ao mesmo tempo, algumas das atividades incluídas no plano vêm sendo executadas. Dessas, cita-se a elaboração de roteiros turísticos específicos do estado, incluindo Marechal, a realização do “*Inventário piloto de ofertas e oportunidades turísticas de municípios Alagoanos – Região das Lagoas*” (SEBRAE/ AL, 2004/2005), o tombamento em nível federal do centro histórico de Marechal Deodoro, a participação do município na Rede Brasil de Desenvolvimento Local, a elaboração do Plano Diretor Municipal, entre outras ações⁴⁴.

Em síntese, no processo de implantação do DLIS em Marechal Deodoro, o patrimônio cultural construído desempenhou função catalisadora de capital social, motivando pessoas a participar das discussões, sendo local de reuniões e muito mencionado no diagnóstico, no plano e nas agendas, direta e indiretamente. O patrimônio foi também reconhecido pelas pessoas como capaz de elevar o capital humano, ao ser objeto de propostas diversas para o desenvolvimento local, diretamente relacionadas à cultura para a geração de renda. Sua conservação, desejada como uma visão de futuro pelo Fórum DLIS, colocaria na dinâmica local o patrimônio como capital cultural fixo agregado de valor imaterial, e passível de ser herança qualificada, equipando o território para o presente, e para o futuro.

Porém, a ausência de novos conteúdos, informações e conhecimentos sobre o assunto, que não foram objeto do desenho metodológico, ou introduzidos durante a implantação da metodologia em Marechal Deodoro, também é uma constatação. Fica a inquietação de que (quase) tudo em metodologias como o DLIS, e em municípios como Marechal Deodoro, ainda

⁴⁴ Aqui não se pretende realizar uma análise do tipo “antes” e “depois” da metodologia DLIS em Marechal Deodoro, nem se tem aqui a pretensão de afirmar que sem o DLIS estas ações não seriam realizadas. Para isto, seria necessário realizar uma avaliação de impacto do DLIS, o que não é objetivo desta pesquisa. Sobre isso, o Banco Mundial vêm desenvolvendo estudos sobre metodologias de avaliação de impacto, tendo sido o assunto objeto de um seminário internacional em Fortaleza, Ceará, em maio de 2007.

depende de percepção local pré-existente da importância do patrimônio cultural construído para o desenvolvimento local, quando deveria ser o contrário. Se teorias mostram a importância, se a prática mostra a importância, mas o caminho entre a teoria e a prática não mostra a importância, tem-se a impressão de que há um hiato entre desenvolvimento e cultura ainda ser preenchido.

7. RESULTADO 2: O PAPEL DESEMPENHADO PELO PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO NO DLIS EM MARECHAL DEODORO, ALAGOAS

No tocante ao patrimônio cultural construído de Marechal Deodoro, aparte o já mencionado tombamento federal, iniciativas isoladas de recuperação vêm sendo desenvolvidas pela Prefeitura Municipal, sem, contudo, provocar uma mudança de status de conservação geral do estoque patrimonial, que em sua maioria se encontra degradado, e em processo de descaracterização. A inserção do centro histórico nos roteiros turísticos que incluem o município ainda não aconteceu na forma desejada pela população, como identificada por ela na vocação de turismo cultural e ecológico para o desenvolvimento local.

A investigação sobre qual foi o papel desempenhado pelo patrimônio cultural construído na implantação de um processo de desenvolvimento local em Marechal Deodoro, por meio da metodologia DLIS, na opinião dos atores envolvidos, foi realizada como complemento às análises do capítulo anterior. Um conjunto de entrevistas (Apêndices B e C) permitiu verificar a importância atribuída a esse patrimônio na implantação da metodologia pelos formuladores nacionais da metodologia DLIS (Grupo I), pelos seus adaptadores/operadores estaduais (Grupo II), e pelos participantes locais da implantação, os integrantes do Fórum DLIS de Marechal Deodoro (Grupo III).

Em relação às idéias centrais contidas nas respostas à *Questão 1 – o que motivou o surgimento do DLIS*, é recorrente, nos três grupos, a menção à necessidade de descentralizar, de se planejar o desenvolvimento com as pessoas do local, como uma espécie de escuta, uma forma diferente de fazer desenvolvimento. Em muitas respostas, a expressão “de baixo para cima, e não de cima para baixo”, referindo-se à forma de se fazer planejamento, foi utilizada de modo recorrente. A intenção de se fomentar capital social e protagonismo local a partir da metodologia DLIS foi pensada pelos formuladores, interpretada de modo adequado pelos adaptadores/ formuladores, e assimilada pelos participantes locais do Fórum DLIS de Marechal Deodoro – eles sabiam que formavam esse capital social. Ainda, a descoberta, a partir do DLIS, de potenciais locais a serem trabalhados é vista como resposta do Grupo I e

do Grupo II. No Grupo II, algumas dessas respostas já fazem referência direta do patrimônio como sendo esse potencial. Nas respostas do Grupo III, é o patrimônio o que mais aparece. O resumo das respostas à questão aberta 1, por grupo de entrevistados, é apresentado a seguir (Quadro 12).

Grupo de entrevistados por função no DLIS	Resumo das respostas dos entrevistados à questão aberta 1:
GRUPO I Formuladores Técnicos nacionais	<p>Você poderia me contar um pouco a respeito das questões que, na sua opinião, motivaram o surgimento do DLIS?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estímulo do desenvolvimento de municípios de menor porte no Brasil, com baixo IDH-M; ▪ Estimulo à permanência de populações em seu local de origem, evitando o crescimento do êxodo urbano, o aumento da pressão sobre as grandes cidades, melhorando a qualidade de vida dessas populações; ▪ Quebra da dependência da população de municípios menores de recursos externos, governamentais; ▪ Necessidade de se ter programas de indução do DL que pudessem ser mais generalizados; ▪ Agregação/ combinação/ fusão de outras metodologias existentes (Agenda 21 local, GESPAR, do Pró-Renda, dos distritos industriais do nordeste italiano, etc.); ▪ Formação de capital social para a tomada de decisão, induzindo a população a ser protagonista do seu desenvolvimento local; ▪ Criação de um ambiente favorável ao protagonismo local, coletivo; ▪ Integração no local de políticas e ações de desenvolvimento a partir de potenciais latentes; ▪ Desenvolvimento de identidades locais, como potenciais produtoras de riquezas;
GRUPO II Adaptadores/ Operadores Técnicos estaduais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parte de uma tendência internacional de trabalhar o desenvolvimento local sustentável; ▪ O local como fato privilegiado para se construir política pública, a partir da noção de desenvolvimento sustentável (Rio ECO 92); ▪ Origem na Constituição de 1988, descentralização, oportunidade de aproximar a sociedade civil do Estado; ▪ Necessidade de esforço coletivo à mudança de realidade de municípios menores (baixo IDH); ▪ Decisão de trabalhar capital social para pensar, planejar ações de desenvolvimento a partir das potencialidades locais; ▪ Fomento do desenvolvimento endógeno (de dentro para fora) como alternativa a grandes projetos externos (de fora para dentro); ▪ Preocupação de trabalhar localmente, conhecendo a realidade local; ▪ Maior responsabilização da comunidade, com envolvimento de todos; ▪ Criação fóruns qualificados para discussão de parcerias e projetos de DL, pessoas planejando sua cidade (protagonismo local); ▪ Organização da população para reivindicar das instituições diferente postura/ tratamento; ▪ Necessidade de descobrir possibilidades de desenvolvimento, vocações, e lideranças que podiam contribuir; ▪ Transmissão de conhecimento para a ponta, divisão de conhecimento e de poder; ▪ Contribuição para autonomia dos municípios de dependência de recursos/ políticas externas; ▪ Em Alagoas, que está no Nordeste, veio pelo acervo/ potencial cultural em paralelo à pobreza, numa situação de contraste.

(Quadro 12 – continua)

Ao mesmo tempo, percebe-se que o Grupo I reconheceu o patrimônio como transmissor de mensagem entre gerações (“sem noção de passado não se tem visão de futuro”), como um potencial ativo local, capaz de equipar melhor um território para o desenvolvimento. Esta idéia é compartilhada pelos integrantes dos Grupo II, e mais do que confirmada pelo Grupo III. Foi o patrimônio cultural construído um assunto que permeou toda a discussão durante a implantação do DLIS em Marechal Deodoro, mesmo não tendo sido introduzido intencionalmente como parte do desenho metodológico do DLIS.

As respostas também referendam toda a discussão e propostas registradas ao longo da implantação do DLIS, no diagnóstico, no plano e nas agendas. Muitas, diversas e na mesma direção, elas apontam que o patrimônio é importante, embora não seja decisivo, ajuda, embasa a discussão, como local de reuniões, e até como objeto de discussão técnica, com o Fórum analisando projetos municipais, onde ele era evidente – no caso, Marechal Deodoro.

Como contraponto, ficam latentes algumas queixas em relação à necessidade de investimentos de capacitações para melhorar a compreensão à seu respeito, e até de formar essa consciência em locais onde o patrimônio cultural construído não é evidente, ou em grande quantidade.

O resumo dessas respostas à questão aberta 2, por grupo de entrevistados, é apresentado como segue (Quadro 13).

para que aqueles se reconheçam como comunidade. O patrimônio inspira valores ligados à solidariedade e à ética, num estímulo ao exercício da cidadania pelo senso de lugar e de continuidade histórica.

Grupo de entrevistados por função no DLIS	Resumo das respostas dos entrevistados à questão aberta 2:
<p style="text-align: center;">GRUPO I Formuladores Técnicos nacionais</p>	<p>E sobre o patrimônio cultural construído – no seu entender, quais as principais contribuições desse patrimônio na implantação do DLIS – você acha que ele ajudou, ou não? Por que?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ É fundamental, pois sem visão de passado não tem visão de futuro; ▪ Um dos componentes da metodologia é partir das vocações locais, então o patrimônio entrou aí, ajudou na definição de determinadas vocações; ▪ Ajudou no exercício de conhecer ativos locais, o patrimônio é um ativo local; ▪ Conhecer o território para identificar vantagens comparativas e competitivas; ▪ Identificação do potencial a ser explorado; ▪ Ponto de partida para reconhecer condições mais ou menos adversas para o DL; ▪ Patrimônio físico equipa melhor um território para o DL; ▪ O patrimônio é um atributo importante, mas não é decisivo para o desenvolvimento; ▪ Sua ausência não impede o desenvolvimento, mas o torna mais difícil; ▪ Patrimônio como memória viva e reconstruída continuamente auxilia a implementação de processos de DL; ▪ Rede social e cultural como elementos interdependentes, sem raiz não tem capital social.
<p style="text-align: center;">GRUPO II Adaptadores/ Operadores Técnicos estaduais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teve relevância por permitir o resgate, se relacionar com identidades locais; ▪ Ajudou por ter sido refletido, identificado, ter aparecido (diagnóstico, plano agendas) como opção de trabalho; ▪ Foi referência de lugar para as pessoas, cenário de eventos de instalação, etc; ▪ Nem todo mundo sabia porque é patrimônio, acham diferentes, têm dificuldade de explicar, de classificar; ▪ Aflorou na implantação, pois não havia a preocupação antes (nos capacitadores); ▪ Contribuiu como forma de conhecimento da cultural local, ajudou a despertar; ▪ Poderia ter ajudado muito mais, não tinha essa consciência nem mecanismos no DLIS de trabalhar patrimônio como “tesouro enterrado” único, a ser descoberto; ▪ Não tinha na metodologia, não teve uma contribuição direta, deveria estar incorporado na metodologia; ▪ Pelo patrimônio construído demandar muita contrapartida pública, os resultados não foram melhores; ▪ Foi motivo de participação da comunidade para preservar onde ele era evidente; ▪ A reconstrução e defesa do patrimônio foram assuntos recorrentes, o DLIS visto como uma oportunidade para isso; ▪ Processo de mão dupla, ajudou o DLIS e foi ajudado por ele, nos municípios que souberam aproveitar; ▪ Em regiões com menos patrimônio, aparecia pontual e indiretamente, como referência religiosa (de igreja), no artesanato (detalhes arquitetônicos/ história local), etc; ▪ Em alguns lugares, não era uma coisa inserida neles para que pensassem em preservar.

(Quadro 13 – continua)

(Quadro 13 – continuação)

Grupo de entrevistados por função no DLIS	Resumo das respostas dos entrevistados à questão aberta 2:
	E sobre o patrimônio cultural construído – no seu entender, quais as principais contribuições desse patrimônio na implantação do DLIS – você acha que ele ajudou, ou não? Por que?

– Participantes Locais. Ainda, há diferenças em relação à sua importância nas cinco grandes fases de implantação.

Na análise por grupo de entrevistados (Tabela 1), verificou-se que para os Grupos I e II, o patrimônio cultural construído foi mais importante na fase do plano de desenvolvimento local; para o Grupo III, na etapa da agenda de prioridades, ambas de produção de informações sistematizadas (*is*). Para os três grupos, foi menos importante na etapa de sensibilização e capacitação – esta de introdução de conhecimento, ou informação de conteúdos (*ic*), como ilustrado na Figura 8 (metodologia DLIS como implantada em Marechal Deodoro).

Mais uma vez, numa escala ordinal, a moda geral das respostas do Grupo I confere ao patrimônio cultural construído importância menor que a atribuída pelos Grupos II e III. Depreende-se, após análises, que quanto mais próximo do patrimônio, mais exposto à ele, mais ele é valorado pelos atores em questão. Para o Grupo III, a tendência central – tanto a média aritmética, e em especial a moda aferida – revela a grande importância dada ao patrimônio em todas as etapas de implantação do DLIS, entrando a classificação nominal de *causa, meio e fim* no desenvolvimento local.

Tabela 1 – Resultados das respostas às questões fechadas, classificando a etapa por grupo, média e moda da etapa, média geral e moda geral do grupo por função no DLIS – 2007

Grupo	Classificação da fase por grupo	Média da fase	Moda da fase	Média geral	Moda geral
I - Formulador	1. plano	3,17	3	2,87	4
	2. agenda	3,00	amodal		
	3. formação do fórum	2,83	4		
	4. sensibilização/ capacitação	2,67	amodal		
	5. diagnóstico	2,67	amodal		
II - Adaptador/ Operador	1. plano	3,54	5	3,34	5
	2. diagnóstico	3,44	amodal		
	3. agenda	3,44	5		
	4. sensibilização/ capacitação	3,33	5		
	5. formação do fórum	2,96	3		
III - Participante local	1. agenda	4,46	5	4,35	5
	2. diagnóstico	4,43	5		
	3. plano	4,39	5		
	4. sensibilização/ capacitação	4,30	5		
	5. formação do fórum	4,19	5		

Fonte: Dados primários dos questionários da pesquisa de campo (2007)

Na aferição dos resultados por fase de implantação (Tabela 2), o patrimônio cultural construído é, em todas as fases, de maior importância para grupo dos participantes locais, seguido do grupo dos adaptadores/ operadores, e por último, para o grupo dos formuladores da metodologia DLIS. Para o participante local a resposta mais repetida foi a que o patrimônio é muito importante como causa, meio e fim para o desenvolvimento local (moda 5). Comparando as respostas entre as fases, a média geral mais elevada das respostas dadas é a do plano de desenvolvimento local, consoante com o grande número de ações nele listadas tendo o patrimônio como objeto.

Esses resultados não fazem mais que comprovar quantitativamente, em medidas numéricas, a questão qualitativa da importância do patrimônio construído para o desenvolvimento local sustentável, sempre mais importante para quem está mais próximo dele (os participantes locais), e menos para quem está inserido em uma realidade hipotética de planificação generalizante (os formuladores nacionais).

Tabela 2 – Resultados das respostas às questões fechadas, classificando o grupo por etapa, média e moda do grupo por etapa, média geral e moda geral da etapa de implantação do DLIS – 2007

Fase	Classificação do grupo por fase	Média do grupo	Moda do grupo	Média geral	Moda geral
Fase 1	1. III - Participante	4,30	5	3,43	5
	2. II - Adaptador/ Operador	3,33	5		
	3. I - Formulador	2,67	amodal		
Fase 2	1. III - Participante	4,19	5	3,27	5
	2. II - Adaptador/ Operador	2,96	3		
	3. I - Formulador	2,67	4		
Fase 3	1. III - Participante	4,43	5	3,57	5
	2. II - Operador	3,44	amodal		
	3. I - Formulador	2,83	amodal		
Fase 4	1. III - Participante	4,39	5	3,70	5
	2. II - Adaptador/ Operador	3,54	5		
	3. I - Formulador	3,17	3		
Fase 5	1. III - Participante	4,46	5	3,63	5
	2. II - Adaptador/ Operador	3,44	5		
	3. I - Formulador	3,00	amodal		

Fonte: Dados primários dos questionários da pesquisa de campo (2007)

Na análise cruzada das respostas do Grupo I com o desenho de origem da metodologia, é verificado que, apesar de o patrimônio cultural construído não estar incluído diretamente na estrutura metodológica, ele é bastante referenciado pelos entrevistados que

ajudaram a formulá-la como algo importante, e associado ao desenvolvimento local. Após as análises da adaptação pré-operacional da metodologia DLIS, em conjunto com as entrevistas realizadas com o Grupo II, verificou-se que questões relativas ao patrimônio cultural construído, já não presentes na metodologia de origem, também não foram introduzidas no escopo metodológico ajustado, sejam:

- (i) Como conteúdo específico a ser trabalhado nas palestras e oficinas de sensibilização ou das capacitações existentes;
- (ii) Como uma (ou mais) nova capacitação que abordasse o assunto do patrimônio, ampliando a compreensão sobre como, por que e para quem conservar, com alternativas e exemplos de como transformá-lo de fato num ativo para o desenvolvimento local sustentável;
- (iii) Como procedimentos metodológicos específicos tendo como fim a conservação desse patrimônio, agregando valor ao processo de desenvolvimento local sustentável.

No entanto, o trabalho empírico de operação, na implantação do DLIS, trouxe o assunto à tona. O que houve foi um confronto com uma situação desenhada (o DLIS como metodologia de fomento do desenvolvimento endógeno a partir do capital social) que não foi preparada para tratar um dos principais elementos que agregam esse capital social – o patrimônio cultural construído.

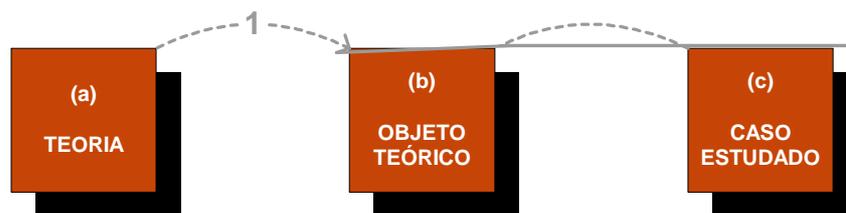
Os dados da análise do DLIS como caso prático, incluindo a adaptação pré-operacional, a implantação, os produtos gerados e as entrevistas realizadas com os três grupos de atores envolvidos, nacionais, estaduais e de Marechal Deodoro, leva a duas linhas possíveis de reflexão sobre o assunto do patrimônio cultural construído em metodologias de desenvolvimento local sustentável. Essas linhas não são antagônicas, ou alternativas excludentes; são conseqüentes, complementares.

A primeira linha de reflexão, de que mesmo sem fazer parte da metodologia, mesmo não tendo sido o patrimônio cultural construído um objetivo intencional de trabalho, meio ou fim para o DLIS, não sendo abordado de modo direto, onde ele existia de forma evidente, conhecida, difundida, ele terminou por aparecer com destaque na implantação do processo de

desenvolvimento local. O patrimônio cultural construído findou sendo um diferencial qualitativo de um lugar, capaz de mobilizar pessoas para participarem de uma metodologia de indução do desenvolvimento endógeno como foi o DLIS em Marechal Deodoro. Porém, para de fato trabalhá-lo como ativo, é necessário mais, especialmente onde a noção de patrimônio não é difundida.

A segunda linha de reflexão revela que a ausência de mecanismos que abordem o patrimônio cultural construído de forma consistente em processos de fomento do desenvolvimento endógeno pode desprezar seu potencial como base para o desenvolvimento. São casos, muitas vezes, dos municípios objeto de intervenção de metodologias generalizantes. Com menor quantidade de herança patrimonial, ou com essa herança menos evidente, menos difundida, ou menos estudada por atores locais e externos, termina-se por haver menos comunicação entre esses atores e entre gerações sobre o potencial do patrimônio como capital cultural fixo para o processo de desenvolvimento local. Assim, mais desperdiçado é esse patrimônio, e maiores as chances de comprometimento da própria transmissão das riquezas e identidades locais ao longo do tempo.

Para que ele desempenhe papel de ativo nesse processo de desenvolvimento local, é preciso que ele seja reconhecido como capaz de elevar capital humano, articular capital social, ser capital fixo com propriedades de capital cultural, tudo isso ao mesmo tempo. Para tanto, ele depende da vontade da população local, juntamente com conhecimento mais difundido a seu respeito, e toda uma rede institucional de apoio às ações necessárias à sua conservação. Sem isso, corre-se o grande risco do patrimônio ser lembrado, mencionado, identificado, reconhecido, discutido, ter ações planejadas a partir dele, para ele, nele (foi local de reuniões, de eventos da metodologia), e isso tudo ser um fim em si mesmo.



8. RESULTADO 1 X RESULTADO 2: A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL CONSTRUÍDO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Confrontar o Resultado 1 – da análise dos casos teóricos das metodologias da Agenda 21 Local, da Gestão participativa para o Desenvolvimento (GESPAR), e URBAN, com o Resultado 2 – da análise do caso metodológico implantado, o DLIS em Marechal Deodoro, Alagoas, é um exercício pertinente para identificar pontos de reflexão à questão principal da pesquisa – *qual a importância do patrimônio construído na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável?*

Na pesquisa empreendida, fica claro que o patrimônio não foi abordado como conteúdo específico a ser trabalhado nos desenhos metodológicos da Agenda 21 Local, do DLIS e da GESPAR; seja nas palestras e oficinas de sensibilização ou das capacitações existentes, seja como uma nova capacitação que abordasse o assunto do patrimônio, ampliando a compreensão sobre como, por que e para quem conservar, com alternativas e exemplos de como transformá-lo de fato num ativo para o desenvolvimento local sustentável; ou como procedimentos metodológicos específicos tendo como fim a conservação desse patrimônio, agregando valor ao processo de desenvolvimento local sustentável.

Fica claro também que o patrimônio foi abordado pelo desenho metodológico do URBAN diretamente, no momento em que questões relativas ao ambiente construído, sua regeneração e sua conservação urbana são incluídas desde o início como um eixo temático a ser trabalhado por cada um dos territórios participantes. Sua inclusão se justificou por ser esse um dos assuntos que mais mobiliza a população local, não apenas pela noção de preservação e transmissão da mensagem cultural entre gerações fundamentais no contexto europeu de fortes pressões imigratórias.

A inclusão do patrimônio na metodologia se justifica principalmente pelo valor de capital cultural material, fixo, com a propriedade de agregar a ele valor imaterial ao longo do tempo, um ativo pleno de especificidades para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, ao

patrimônio cultural construído podem ser associados vários produtos e serviços que também se constituem em capital cultural, só que imaterial – serviços com grande potencial de reforço da identidade local como a gastronomia, meios de hospedagem, estudo, pesquisas e empreendimentos culturais musicais e artísticos em geral.

No momento de preparação e adaptação pré-operacional do DLIS, descendo um nível em escala de proximidade com o território (do nacional – formuladores para o estadual – adaptadores/ operadores locais), o que já não estava presente no desenho original não foi introduzido nessa fase. Os ajustes focaram na necessidade de ampliar o envolvimento de todos, e resumir a operação em etapas de fácil compreensão à realidade local.

A despeito de seu potencial agregador de capital social, o patrimônio cultural construído não foi então introduzido na estrutura metodológica do DLIS como tema, como potencial causa de desenvolvimento local a ser debatida, seja como meio desse desenvolvimento, ou ao menos como recomendação de ser utilizado como instrumento no processo de implantação da metodologia – lugares de reuniões, de eventos, para literalmente aproximarem a população local do patrimônio, dar ciência de seu estado ou potencial, muitas vezes até torná-lo conhecido para uma parcela da população local.

Descendo mais um nível na escala de proximidade com o território, na implantação propriamente dita da metodologia no local – no caso, o DLIS – a exemplo do que já é intencional no URBAN, o assunto da conservação do patrimônio cultural construído aflora imperiosamente. É essa população local que está a ele exposta no dia-a-dia, por ele se interessa e se mobiliza, possuindo também o atributo de agregar capital social. O patrimônio é, então, identificado pelo conjunto dos participantes que o reconhecem como valioso e importante para a elevação do capital humano, nos aspectos culturais e até produtivos, como capital fixo, ainda que sub-utilizados.

A identificação de procedimentos metodológicos empíricos relativos ao patrimônio cultural construído na experiência de Marechal Deodoro, como a inclusão do assunto como eixo de identificação no diagnóstico, local preferencial (desde que adequado à situação) de realização de oficinas, reuniões e eventos, como objeto de discussão e como eixo de trabalho claramente definido, são evidências de que patrimônio mobiliza pessoas, agrega capital social

e pode ser identificado pelo local como caminho de desenvolvimento local sustentável. Como consequência, uma eventual reorientação do processo de desenvolvimento local sustentável de Marechal Deodoro, e outras cidades objeto de intervenção das metodologias estudadas, poderia ser feita para incluir de fato o patrimônio na dinâmica do local, num percurso de desenvolvimento culturalmente orientado.

O que se observou são indícios de que o desempenho de uma metodologia implantada, e do processo de desenvolvimento local a partir dela induzido, pode ser mais consistente caso o patrimônio cultural construído seja abordado como causa, meio e fim do desenvolvimento local sustentável, desde a concepção, o desenho, e nas fases de implantação. Se o patrimônio cultural, e nele o construído, depende do aprendizado local para que se constitua em uma herança, ativo ou capital fixo, cultural, favorecendo o desenvolvimento sustentável de um local ou comunidade, é necessário também incluir sua abordagem já no desenho de metodologias de indução do desenvolvimento endógeno. Ou esse patrimônio pode até permanecer como algo a ser simplesmente restaurado e preservado, sem ser inserido – e inserir o território – numa dinâmica de desenvolvimento local.

Para verificar se esses indícios se traduzem em afirmações, a análise de um exemplo prático, apenas, é insuficiente. Seria necessário confrontar os resultados obtidos nessa pesquisa sobre o DLIS, com outros, provenientes de pesquisa empírica análoga, nas experiências de implantação das outras metodologias estudadas como casos teóricos.

Em um método de análise de casos múltiplos, não apenas no nível teórico (de desenho metodológico), mas também prático (implantado), supõe-se que a aferição de resultados se daria de forma ainda mais consistente e coerente. Dessa forma, seria permitindo confrontar esses resultados obtidos com as teorias ora existentes sobre desenvolvimento local sustentável, e as práticas delas advindas.

A hipótese aqui ventilada, com base na pesquisa desenvolvida, é de que essas teorias ainda não dão conta da realidade na qual se insere a maioria dos municípios menores em porte e dinamismo econômico de países como o Brasil. Nesses lugares, o patrimônio cultural construído nem sempre (ou até, arrisca-se a dizer, quase nunca) é trabalhado como potencial elemento agregador de capital social, e suporte do desenvolvimento local. Em fim,ei7982 238.038

desempenha um papel de causa, meio e fim para o desenvolvimento local sustentável justamente por que não é trabalhado como tal.

Por fim, as evidências ora apresentadas contribuem para uma discussão maior acerca do que é, de fato, o patrimônio cultural construído no referencial teórico do desenvolvimento local sustentável – e o que ele pode, e deve ser.

9. CONCLUSÕES

Algumas constatações neste trabalho apontam para a necessidade de se ampliar a discussão acerca do que é, de fato, o patrimônio cultural construído em processos de desenvolvimento local sustentável, e de como induzir esses processos a partir dele.

Primeiro, metodologias não são garantia de desenvolvimento. São um meio utilizado por um ou mais agentes institucionais para se buscar um *status* desejado de desenvolvimento local. Neste trabalho, metodologias são apenas instrumento de fomento do desenvolvimento local sustentável, a partir da constituição de “processos” e geração de “produtos” para o desenvolvimento. Elas merecem análise pelo largo emprego que se faz delas, pelo uso disseminado, e pelo poder de alcance que, mesmo de forma generalizante, têm de interferir em dinâmicas locais econômicas, sociais, políticas e culturais.

Brose (2000), em uma pesquisa para reunir experiências gaúchas de desenvolvimento local, manteve conversas com vários interlocutores sobre metodologias e necessidades de incentivo econômico na promoção do desenvolvimento. Ele diz sobre isso:

É um mito comum entre técnicos, políticos e lideranças [...] que a perfeição metodológica ou alocação de grandes montantes financeiros garantem que efetivamente ocorram processos de mudança. Que ocorra o desenvolvimento. Mas não existe metodologia, muito menos participativa, ou recursos financeiros, que por si só garantam o desenvolvimento. Seja o desenvolvimento adjetivado como integrado, holístico, participativo, sustentável, globalizado, ou o que quer que seja (2000, p.10).

Na sua opinião, uma mudança para melhor, desenvolvimento, para acontecer depende da interação complexa, demorada e contínua, entre fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, tendo como base a formação do capital social – que por sua vez também é processo lento e gradual. Os casos da Agenda 21 Local, GESPAR, DLIS e URBAN ilustram essa idéia, são metodologias de desenvolvimento local sustentável, todas elas pautadas pelo esforço em formar o capital social.

Segundo, mesmo não sendo metodologias uma garantia de que ocorra o desenvolvimento, elas podem ajudar, ou até interferir em um sentido oposto. O que se defende

aqui é que tanto o desenvolvimento como o patrimônio são em si uma questão cultural nessa relação entre fatores econômicos, sociais, políticos. O próprio entendimento de patrimônio (cuja formação e reconhecimento como tal também é um processo lento e gradual) pode colaborar de modo determinante para que se construam localmente bases sólidas para implantação e sustentabilidade de processos de desenvolvimento culturalmente orientado. É aí onde se deve passar da discussão de “se” o patrimônio importa para essas metodologias, para a discussão de “como” ele importa, “qual” é a melhor forma de inseri-lo. O caso teórico do URBAN e o caso prático do DLIS exemplificam isso muito bem.

Terceiro, essas metodologias, por sua vez, utilizam como pilar a idéia de Putnam (2000) de que desenvolvimento tem por base a formação, ou fortalecimento, de capital social. Se o desenvolvimento local sustentável como processo deve focar em componentes endógenas e interesses comuns, capazes de alterar a capacidade local de mobilização e organização para projetos de conservação, este trabalho demonstra, com o caso prático do DLIS em Marechal Deodoro, que o patrimônio cultural construído é uma componente dessa natureza – formadora de capital social. O problema se dá quando esse patrimônio ainda não é reconhecido como tal pelas pessoas do lugar, por falta de conhecimento ou até da comunicação à que Jokilehto (2002) se refere.

Quarto, se conservado, o patrimônio agrega em torno de si o capital humano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas – pode ser fonte de renda, pode agregar valor às vantagens comparativas e competitivas de um local, pode ser fonte de conhecimento, fortalecer o sentimento de pertencimento, etc. Sob essa ótica, o patrimônio conservado amplia também a liberdade de seu usufruto para indivíduos em todos os tempos – o que Sem (2000) trata sobre desenvolvimento aqui também se aplica.

Quinto, se a base de todo processo de desenvolvimento é a capacidade de uma sociedade de acumular, usufruir e transmitir riquezas, o patrimônio demonstra uma capacidade de ser, ao mesmo tempo, duas formas de capital: o que Deák (1985) chama de fixo, com valor material e principalmente o imaterial agregado a ele pelo tempo e pela história, e o que Throsby (2000) define como cultural, que para além de seu valor econômico objetivo, há o subjetivo, que extrapola a si mesmo, “transbordando” para o local e a cultura nos quais está inserido.

Como elemento que incorpora uma reserva de valor cultural para além de seu valor econômico, da matéria, o patrimônio cultural construído (como a Catedral de Notre Dame em Paris, o bairro gótico de Barcelona, o Centro Histórico de Assis, a Medina de Fez no Marrocos, ou a sede da Fundação Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro) pode dar origem a fluxos de bens e serviços ao longo do tempo, que por sua vez também tem valor cultural (pesquisas com agregado prestígio histórico, serviços locais, gastronomia, artes etc.). Ou seja, o estoque de capital cultural tangível, material, fixo, agrega o imaterial nas idéias, tradições, crenças e costumes partilhados pelo grupo, fundamentais para a noção de sustentabilidade – como exaustivamente discutido nas Cartas Patrimoniais.

Algumas reflexões à questão teórica da pesquisa são suscitadas por este trabalho. Ele traz evidências de que o patrimônio cultural construído é elemento motivador e mobilizador, objeto de planejamento, identificado e priorizado, na implantação de processos de desenvolvimento à base local. Por isso, a presença desse patrimônio em desenhos de metodologias de desenvolvimento local sustentável, como objetivo, assunto abordado ou objeto de capacitação específica, deve ser investigada mais a fundo, inclusive circunscrevendo-o melhor em um contexto de competitividade cada vez mais acirrada entre territórios, e até nações.

Em síntese, o que se discute aqui, a partir das experiências analisadas da Agenda 21 Local, da GESPAR, do URBAN e do DLIS, é a necessidade de atribuir um papel de fato relevante ao patrimônio cultural construído na formação dessas metodologias. Reconhecer esse patrimônio como elemento capaz de agregar valor ao desenvolvimento local é admitir, antes de tudo, sua relação direta com as quatro formas de capital a ele associadas:

- Capital humano – patrimônios são produtos de culturas, feitas de pessoas, que por sua vez produzem patrimônio e outros produtos;
- Capital social – o patrimônio agrega capital humano para formação do capital social, que por sua vez é a essência de processos bem sucedidos de desenvolvimento local;
- Capital fixo – o patrimônio é, com máquinas, estradas, etc., capital fixo de valor material, com a propriedade de agregar também o valor imaterial ao passar do tempo, por serem específicos de cada cultura ou local;

- Capital cultural – o valor agregado e gerado pelo patrimônio se sobressai à ele, estendendo-se a outras formas de produção que a ele se associam, reforçando diferenciais locais tão importantes na competição do mundo globalizado.

Este trabalho mostrou a importância do patrimônio cultural construído, como ele *aparece*, nos campos teóricos análogos do desenvolvimento sustentável e da conservação. Mostrou como ele *não aparece* em propostas de práticas de desenvolvimento local sustentável. Também mostrou como, mesmo não aparecendo nos desenhos metodológicos, ele *aparece* em experiências empíricas de desenvolvimento local sustentável, reconstituindo a relação interdependente entre desenvolvimento e cultura. Na prática. No local.

As conclusões (ou lições) aqui registradas, no entanto, pelo próprio desenho da pesquisa, fazem referência direta a municípios menores, com conhecido estoque de patrimônio cultural construído, nem sempre trabalhados em favor de projetos de desenvolvimento local. Se o patrimônio cultural construído é, na conservação integrada e desenvolvimento sustentável, o laço que prende cultura e desenvolvimento, que agrega pessoas a lugares no processo cíclico de geração, estoque e fruição de riqueza, conferindo identidade a territórios físicos e sociais, resta oferecer este estudo como apoio para outros que revisem e avancem na incorporação desse patrimônio ao marco teórico do desenvolvimento local para que ele possa cada vez mais desempenhar seu devido papel – de causa, meio e fim do desenvolvimento.

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BADSHAH, Akhtar A. **Our Urban Future: New paradigms for equity and sustainability**. Oxford: Oxfordpress, 1996.
2. BARROS, César, e ARAÚJO, Evelyne Labanca C. (org). **Reabilitação urbana de centralidades metropolitanas: reflexões e experiências na América Latina do século 21**. Recife: Zoludesign, 2006.
3. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) – Desenvolvimento Local, Cooperação técnica com o PNUD. **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. Recife: BNDES, 2001.
4. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Atlas de sustentabilidade: indicadores municipais para a área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.
5. _____. IMA e SUDENE. **Agenda 21 Brasileira – documento de relatoria do estado de Alagoas**. Alagoas, 2000.
6. BECATTINI, Giacomo. **Dal distretto industriale allo sviluppo locale: svolgimento e difesa di una idea**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
7. _____. Os distritos industriais na Itália. In URANI, André, COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexandre Patez (org). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
8. BENHAMOU, Françoise. **L’economia della cultura**. Bologna: Società editrice il Mulino, 2001.
9. BOBBIO, Norberto, MANTENUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (org). **Dicionário de Política**. 5ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
10. BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
11. BURSZTYN, Marcel, e ROCHA, Juliana D. **Território, Saberes locais e sustentabilidade: A busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais**. Artigo apresentado no III Encontro da ANPPAS. Brasília – DF, 2006.
12. CARRIÓN, Fernando (ed.). **Centros Históricos de América Latina y el Caribe**. Quito, EC: UNESCO, Banco Interamericano de Desarrollo, Ministerio de Cultura y Comunicación de Francia, FLACSO Sede Ecuador, 2001.

13. _____. e HANLEY, Lisa (ed.). **Regeneración e Revitalización Urbana em las Américas: hacia um Estado estable**. Quito: FLACSO, Sede Ecuador, 2005.
14. CARTAS DLIS. **Coletânea das 22 primeiras “Cartas DLIS”**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.
15. CASTELS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.
16. _____. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.
17. CARVALHO et al. **Agenda 21 Local no Brasil: Utopia X Realidade**. Estudo produzido pelo grupo de trabalho Políticas Municipais e Movimentos Sociais do IV Curso de Aperfeiçoamento em Política Ambiental (digitado). Brasília: IIEB/ SUNY/ WWF, 2001.
18. COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. **The programming of the Structural Funds 2000-2006: an initial assessment of the Urban initiative**. Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Brussels, 2002.
19. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1988). **Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)**, FGV. Rio de Janeiro.
20. CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC. 1999.
21. DAVIS, Kingsley. **A Urbanização da Humanidade**. In: **Cidades: A Urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
22. DE LA MORA, Luis. A institucionalização dos processos de negociação para assegurar a sustentabilidade dos projetos de conservação urbana integrada. In: ZANCHETTI, S. (org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2002.
23. DEÁK, Csaba. **Rent theory and the price of urban land: Spatial organization in a capitalis economy**. PhD Thesis. King’s College – Cambridge University, Cambridge. March 1985.
24. _____. **Capital fixo e substituição das técnicas (versão preliminar)**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/capital-fixo/index.html>. Acessado em: 02 abr.07.
25. _____. e SCHIFFER, Sueli Ramos (organizadores). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
26. DOWBOR, Ladislau. **O que é Capital**. Versão atualizada – abril 2003. Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acessado em: 02 abr.2007.

27. FAJRE, S. Patrimonio Cultural e Identidad Urbana: una gestión compartida para el desarrollo económico. In: CARRIÓN, F. (org). **Regeneración e Revitalización Urbana en las Americas: hacia un estado estable**. Quito – EC: FLACSO, 2005.
28. FERRARE, Josemary O. P. **Um olhar sobre a cidade de Marechal Deodoro**. Maceió: Monografia apresentada para a Fundação Cultural Brasil – Portugal (menção honrosa), 2000.
29. _____. **Dossiê de referências culturais de Marechal Deodoro – Alagoas** (subsídio ao processo de tombamento federal). Maceió, 2002.
30. FISCHER, Tania (org.). **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
31. FOX, Catherine, with BRAKARZ, José and FANO, Alejandro Cruz. **Tripartite Partnership: recognizing the third sector: five case studies of urban revitalization in Latin America**. Washigton: Inter-American Development Bank, 2005.
32. FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2001.
33. _____. **Capital Social. Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Instituto de Política, 2001.
34. FUKUYAMA, Francis. Capital Social. In: HARRISON, Lawrence E. e HUNTINGTON, Samuel P. **A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record. 2002.
35. GARCÉS, Eduardo Kingman. Patrimônio, Políticas de la Memória e Institucionalización de la Cultura. In ICONOS 20. **Revista de Ciências Sociais**. FLACSO Sede Ecuador. Cuatrimestral. Septiembre, 2004.
36. GEORGE, Alexander L. and BENNETT, Andrew. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: BCSIA – Harvard University. 2004.
37. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. 8.reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
38. GONI, Arturo Jordán. **O que é a metodologia GESPAR?** Série Cadernos Metodológicos nº 01. Recife: Projeto Banco do Nordeste/ PNUD, 1999.
39. GOVERNO FEDERAL. **Legislação Comunidade Ativa e Comunidade Solidária**. Brasília: Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária, 2001.
40. _____. **Documento de Referência do Programa Comunidade Ativa**. Brasília: Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária, 1999.
41. GRATZ, Roberta Brandes. **The Living City: How America's Cities are being revitalized by thinking small in a big way**. New York: Simon and Schuster, 1989.

42. _____. MINTZ, Norman. **Cities back from the edge: New life for downtown.** Washington: John Wiley & Sons, Inc, 1988.
43. HARCHAMBOIS, Mônica A. M. e PONTUAL, Virgínia. **As ameaças do carnaval de massa ao patrimônio de Olinda.** Textos para discussão – Série Gestão da Conservação Urbana. Olinda: CECI, 2007.
44. HARRISON, Lawrence E. e HUNTINGTON, Samuel P. **A Cultura Importa: os valores que definem o progresso humano.** Rio de Janeiro: Record, 2002.
45. HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2002.
46. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comunicação Social 13 de maio de 2005.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=363&id_pagina=1>. Acessado em: 18 fev.2008.
47. _____. **Tabela 1.1.14 – População recenseada e estimada, segundo os municípios – Alagoas – 2007.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 18 fev.2008.
48. _____. **Tabela 8 (a, b e c) – Municípios, total e com existência de Agenda 21 local, com indicação de algumas características e temas abordados na Agenda 21 local, segundo classes de tamanho da população, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2002.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 18 fev.2008.
49. ITALIA. Programma operativo 2007-2013: “Sicilia”. Bruxelles, 2007. Disponível em: <<http://www.euoinfosicilia.it>>. Acessado em: 22 jan.2008.
50. JORDAN, Arturo e ZAPATA, Tânia. **Um Programa de Capacitação e Transferência Metodológica para o Desenvolvimento Econômico Local.** Série de Cadernos Técnicos nº 02. Recife: Projeto Banco do Nordeste/ PNUD, 1998.
51. LACERDA, Norma. Os valores das estruturas ambientais urbanas: considerações teóricas. In: ZANCHETI, Silvio (org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
52. LANDRY, Charles. **The Creative City: A toolkit for urban innovators.** USA: Earthscan, 2000.
53. LAPA, Tomás, ZANCHETI, Silvio. Conservação Integrada Urbana e Territorial. In: ZANCHETI, S. (org). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado.** Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
54. LASTRES, Helena, et al. **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil.** Brasília: SEBRAE: FINEP: CNPq, 2002.

55. LEAL, Suely. **O fetiche da participação popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil**. Recife: Ed. do Autor, 2003.
56. LEVIN, Jack. **Estatística aplicada a ciências humanas**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora HARBRA Ltda, 1987.
57. LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
58. LUBAMBO, Catia Wanderley e COELHO, Denílson. **Atores sociais e estratégias de participação no Programa Governo dos Municípios**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes. 2005.
59. MANHAS, Cleo. **Reflexões sobre o monitoramento e avaliação, in Monitoramento e Avaliação do Processo de Capacitação em DLIS**. Brasília: Governo Federal, 2002. (digitado)
60. MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.
61. MENDES JÚNIOR, Biágio de Oliveira. **Perfil econômico de Alagoas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.
62. MILANI, Carlos, ARTURI, Carlos e SOLINÍS, Germán. **Democracia e Governança Mundial: Que Regulações para o Século XX?** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS/ UNESCO, 2002.
63. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2000) – **Cidades Sustentáveis**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/se/age21br/doc/cidades.zip>>. Acessado em: 15 dez.2005.
64. _____. **Agenda 21 Brasileira – Bases para discussão**. NOVAES, Washington (Coord.), RIBAS, Otto e NOVAES, Pedro da Costa. Brasília: MMA/PNUD, 2000.
65. _____. **Construindo a Agenda 21 Local**. 2.ed.rev. e atual. Brasília: MMA, 2003.
66. _____. **Passo a passo da Agenda 21 Local**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/passo_a_passo1.doc>. Acessado em: 10 jan.2007.
67. _____. **Resumo do Documento Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acessado em: 10 jan.2007.
68. OOSTERBEEK, Luisz. **Arqueologia Pré-Histórica: entre a cultura Material e o Patrimônio Intangível**. Inicialmente publicado em “Cadernos LEOAARQ”, Pelotas – Brasil, 2004. Disponível em:

<<http://univeur.org/warehouse/documents/Patrimoniotangivel.pdf>>. Acessado em: 2 abr.2006.

69. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc> Acessado em: 21 jul.2006.

70. OSÓRIO, Carlos Humberto, PINZÓN, Rafael. **Gestão Ambiental Participativa para o Desenvolvimento Local**. Projeto BNDES – Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica com o PNUD, 2001.

71. PAULA, Ju
Desenvolvimento

t

ra o(Desenvolvim)Tj12 0 0 12 217.49222 412.61011 Tmeb

ispont-vel (em)Tj12 0 0 121970.70797247.0.0374 Tm:
ispont-vel (em)Tj12 0 0 12212091322117998 0369 Tm:.

Virginia. A (Gestão)Tj-0.0045 Tc 0.7594 Tw 12 0 0 122170.41929 15

79. PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
80. CARTAS PATRIMONIAIS: **Recomendação de Nairóbi** (1976), **Carta de Burra** (1980), **Carta de Tlaxcala** (1982), **Carta de Petrópolis** (1987), **Carta de Washington** (1987), **Recomendação Paris** (1989), **Carta do Rio** (1992), **Declaração de São Paulo II** (1996), **Declaração de Budapeste** (2002), **Carta de Goiânia** (2003), **Declaração de Xi'an** (2005). Disponíveis em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acessadas em 16 nov.2006.
81. RUSKIN, John. **The seven lamps of architecture**. Republicação da 2ª Ed. (1880). Mineola, N.Y.: Dover Publications, 1989.
82. SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
83. _____. **Quo vadis Brasil?** In SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; e PINHEIRO, Paulo Sérgio. In: **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
84. SEBRAE/ AL. **Manual do Instrutor**. Maceió: SEBRAE Alagoas, 2000.
85. _____. **Manual do Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local/ Comunidade Ativa**. Maceió: SEBRAE Alagoas, 2001.
86. _____. **COMUNIDADE ATIVA, SEPLAN/ AL. Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Marechal Deodoro – Alagoas**. Walter Rocha, capacitador. Maceió: SEBRAE Alagoas, 2002.
87. _____. **Relatórios mensais de Supervisão de DLIS na Região das Lagoas**. Evelyne Labanca C. Araújo, supervisora. Maceió: SEBRAE Alagoas, 2001 a 2003. (digitado).
88. _____. **A mobilização para o desenvolvimento de territórios produtivos – o caso Alagoas**. Maceió: SEBRAE Alagoas, 2003. (digitado)
89. _____, INSTITUTO CAETÉS. **Inventário piloto de ofertas e oportunidades turísticas de municípios alagoanos na Região das Lagoas**. Maceió: SEBRAE Alagoas, 2005.
90. SEBRAE/ NA. **PRODER: Metodologia**. Pasquali, Silvia Binda et alli. 2ª. ed. rev. ampl. Brasília: SEBRAE, 1998.
91. _____. **PRODER-ESPECIAL: Um vetor de sustentabilidade econômica em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Augusto de Franco, coordenador. Brasília: SEBRAE Nacional, 1999.
92. SEBRAE/ PR. **Manual do Programa LIDERAR**. Curitiba: SEBRAE Paraná, 2001.

93. SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
94. _____. **How Does Culture Matter?** In: RAO, Vijayendra, WALTON, Michael (ed). *Culture and Public Action*. Sanford: Stanford University Press, 2004.
95. SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.
96. THE INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT/ THE WORLD BANK. **Culture and sustainable development: A framework for action**. Washington, DC, 1999.
97. THROSBY, David. **Cultural capital**. The Netherlands: Journal of cultural economics 23:3-12, 1999.
98. _____. Cultural capital and sustainability concepts in the economics of cultural heritage. In: **Assessing the values of cultural heritage**. Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
99. UNION EUROPÉENNE. **Initiative communautaire URBAN 1994-1999: un premier bilan**. Commission Européenne, 2000.
100. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Avaliação qualitativa de programas sociais prioritários**. Caderno nº 40. Campinas: NEPP/ UNICAMP, 1999.
101. URANI, André, COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexandre Patez (org). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
102. URBAN ROMA. **L'esperienza del programma Urban a Roma**. Roma: Comune di Roma, 2002.
103. URBAN II GENOVA. Política regional inforegio. Disponível em: <http://ec.europa.eu/regional_policy/country/prordn/details.cfm?gv_OBJ=14&gv_PAY=...>. Acessado em: 22 jan.2008.
104. URBAN II MOLA DI BARI. Política regional inforegio. Disponível em: <http://ec.europa.eu/regional_policy/country/prordn/details.cfm?gv_OBJ=14&gv_PAY=...>. Acessado em: 22 jan.2008.
105. YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Tradução Daniel Grassi. 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
106. ZANCHETTI, Silvio. **A experiência recente de financiamento da revitalização na América Latina**. Trabalho realizado para o Seminário “Financiamiento de los Centros Históricos de la América Latina y el Caribe”. FLACSO – sede Ecuador, 2006.

- 107._____. Desenvolvimento versus conservação urbana em Recife – um problema de governança e gestão pública. In: BARROS, César, e ARAÚJO, Evelyne Labanca C. (org). **Reabilitação urbana de centralidades metropolitanas: reflexões e experiências na América Latina do século 21**. Recife: Zoludesign, 2006.
- 108._____. O Desenvolvimento Sustentável Urbano. In: ZANCHETI, Silvio (org). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2002
- 109._____. (org). **Conservation and Urban Sustainable Development: A theoretical Framework**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.
- 110._____. (org). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial CECI/ MDU/ UFPE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de apresentação aos entrevistados

APÊNDICE B – Relação de entrevistados por grupo/ função no DLIS

APÊNDICE C – Formulário utilizado nas entrevistas semi-estruturadas

APÊNDICE D – Tabela geral de tabulação das respostas ao questionário

APÊNDICE E – Tabelas específicas de tabulação das respostas ao questionário

APÊNDICE F – Diagrama metodológico da pesquisa

APÊNDICE A – Carta de apresentação aos entrevistados⁴⁶

Recife, outubro de 2007.

Caro (a) Senhor(a)

Como aluna do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, desenvolvo uma dissertação de mestrado sobre conservação integrada em metodologias de desenvolvimento local sustentável. Busco, por meio de uma pesquisa, compreender qual o papel do patrimônio cultural construído nessas metodologias, tomando como caso prático o *Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS* – em Alagoas. Tive a oportunidade de trabalhar no DLIS como supervisora de desenvolvimento local do SEBRAE Alagoas, de julho de 2001 a fevereiro de 2004.

Minha pesquisa visa avaliar a contribuição do patrimônio cultural construído na implantação de processos de desenvolvimento local sustentável. Por isso, sua participação é muito importante – você também fez parte do DLIS. Uma rápida entrevista me ajudará a entender qual foi papel desempenhado pelo patrimônio construído na implantação do DLIS em Alagoas. Ressalto que a entrevista tem caráter confidencial, não sendo uma avaliação individual. Ainda, adianto que todas as informações e respostas dadas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos.

Espero que o resultado deste trabalho possa enriquecer a compreensão da relação entre cultura, mais especificamente patrimônio cultural, e desenvolvimento local. Por isso, desde já agradeço a sua colaboração, ao tempo em que me coloco ao inteiro dispor para demais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Evelyne Labanca Corrêa de Araújo

Mestranda em Desenvolvimento Urbano - MDU/ UFPE

⁴⁶ Utilizada na pesquisa de campo com os entrevistados; elaborada a partir da “*Figura 3.4 – Carta ilustrativa de apresentação*” (YIN, 2004, p.96).

APÊNDICE B – Relação de entrevistados por grupo/ função no DLIS

I - Formulador do DLIS (Brasil)				
	Representação à época do DLIS	Local da entrevista	Data	Hora
1	Juarez de Paula	Consultor/ Gerente UDL SEBRAE Nacional	SECRAP Recife/ PE	30/out tarde
2	Augusto de Franco	Consultor AED/ Governo Federal	Telefone e e-mail de Porto Alegre/ RS	7/dez manhã
II - Adaptador/ operador DLIS AL				
	Representação à época do DLIS	Local da entrevista	Data	Hora
3	Ana Carolina Magalhães	Supervisora Corais II/ SEBRAE AL	SECRAP Recife/ PE	18/out tarde
4	Lucia Tone Ferreira Hidaka	Supervisora Vale do Mundaú/ SEBRAE AL	CAC UFPE/ PE	23/out tarde
5	Nairson Bezerra dos Santos	Agente de Desenvolvimento BNB	BNB Maceió/ AL	25/out tarde
6	Fabiana Barros	Supervisora Agreste/ SEBRAE AL	CESMAC Maceió/ AL	25/out noite
7	Ana Carolina Beltrão Peixoto	Supervisora Portal Sul/ SEBRAE AL	Residência Maceió/ AL	25/out noite
8	Fátima Santos	Técnica UDL/ SEBRAE AL	SEBRAE Maceió/ AL	26/out noite
9	Ronaldo Moraes	Gerente UDL/ SEBRAE AL	SEBRAE Maceió/ AL	26/out noite
10	Evelyne Mastrianni	Articuladora Lagoas SEPLAN AL	Residência Maceió/ AL	27/out manhã
11	Maria do Socorro Casado	Supervisora Mata Sul/ SEBRAE AL	ESAMC Maceió/ AL	27/out tarde
12	Giselle da Silva Mascarenhas	Supervisora Vale do Paraíba/ SEBRAE AL	SEBRAE Maceió/ AL	9/nov tarde
13	Rita de Cassia Ferreira Lima	Supervisora UDL/ SEBRAE AL	Residência Maceió/ AL	9/nov tarde
14	Walter Rocha	Capacitador Marechal Deodoro/ SEBRAE AL	SEBRAE Maceió/ AL	9/nov noite
15	Cecil Maya	Supervisor Corais I/ SEBRAE AL	Telefone e e-mail de Guaraqueçaba/ PR	23/nov manhã
16	Juliana Dalboni Rocha	Supervisora Sertão/ SEBRAE AL	Telefone e e-mail de Brasília/ DF	23/nov noite
17	João Batista de Amorim	Supervisor Xingó/ SEBRAE AL	Residência Recife/ PE	24/nov manhã
18	Fabiana Moura	Supervisora Xingó/ SEBRAE AL	Casa Santa Clara, Recife/ PE	5/dez tarde
III - FDLIS Marechal Deodoro				
	Representação à época do DLIS	Local da entrevista	Data	Hora
19	Ledice Soares Cavalcante	Assoc. dos Moradores de Santa Rita	Residência Sta. Rita, Marechal/ AL	26/out manhã
20	Maria Lúcia de Araújo dos Santos	Assoc. Comunitária de Santa Rita	Posto de Saúde Sta. Rita, Marechal/ AL	26/out manhã
21	José Lúcio da Silva Santos	Sec. Municipal de Cultura e Turismo	Sec. Urbanismo Marechal/ AL	26/out manhã
22	Analice César Dâmaso de Almeida	Secretaria Municipal de Ação Social	Residência Francês, Marechal/ AL	26/out tarde
23	Célia dos Santos Silva	Assoc. de Doceiras da Massagüeira	Residência Massagüeira, Marechal/ AL	26/out tarde
24	Creusa Rodrigues da Silva	Assoc. de Doceiras da Massagüeira	Residência Massagüeira, Marechal/ AL	26/out tarde
25	Maria Nadeje da Silva Souza	Massagüeira	Residência Massagüeira, Marechal/ AL	26/out tarde
26	Silvia Lima de Queiroz	Vigilância Sanitária Municipal	Praia do Francês, Marechal/AL	27/out manhã
27	Maria Decele Dâmaso	Sec. Municipal de Ação Social	Residência Francês, Marechal/ AL	27/out manhã
28	Maria Elizabeth Lima de Paiva	Assoc. dos Moradores da Barra Nova	Residência Barra Nova, Marechal/ AL	27/out manhã
29	Maurílio Sebastião dos Santos	Assoc. dos Moradores da Barra Nova	Loja Maceió/ AL	9/nov manhã
30	Dayse Maria de Almeida Sales	Sec. Estadual de Agricultura e Pesca	SEAG Maceió/ AL	9/nov tarde
31	Robinson Rodrigues	Sec. Estadual de Agricultura e Pesca	Armazém Massagüeira, Marechal/ AL	10/nov manhã
32	Natália Maria de Oliveira	Praia do Francês	Residência Francês, Marechal/ AL	10/nov manhã
33	Aflaudisio Costa Guimarães	Guarda Municipal	Residência Francês, Marechal/ AL	10/nov manhã
34	Martilanúzia de Mendonça	Barro Vermelho	Residência Centro, Marechal/ AL	

APÊNDICE C – Formulário utilizado nas entrevistas semi-estruturadas

INTRODUÇÃO À PESQUISA

Essa pesquisa deverá levar aproximadamente 30 minutos, sendo dividida em duas partes. A primeira consiste em duas perguntas abertas, a serem respondidas livremente. A segunda traz um questionário fechado, com cinco blocos de perguntas de marcar “X”, todas sobre as grandes fases de implantação do DLIS: (i) sensibilização e capacitação, (ii) formação do fórum, (iii) elaboração do diagnóstico participativo, (iv) elaboração do plano de desenvolvimento local, (v) elaboração da agenda de prioridades. Vamos lá?

- 1. Você poderia me contar um pouco a respeito das questões que, na sua opinião, motivaram o surgimento do DLIS?**

(OBS: Respostas anotadas e gravadas)

- 2. E sobre o patrimônio cultural construído – no seu entender, quais as principais contribuições desse patrimônio na implantação do DLIS – você acha que ele ajudou, ou não? Por que?**

(OBS: Respostas anotadas e gravadas)

Por favor, responda com sinceridade às perguntas que seguem. É só marcar um “X” sobre um dos números (1, 2, 3, 4 ou 5) ao final de cada frase, àquele correspondente à alternativa que você considerar mais próxima de sua opinião. Você poderá fazer de lápis ou caneta, como preferir. Só não deixe de marcar, e uma alternativa apenas, a cada pergunta.

AS CINCO GRANDES FASES DE IMPLANTAÇÃO DO DLIS

Fase I – SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA O DLIS	NENHUMA importância	POUCA importância	RELATIVA importância	ALGUMA importância	MUITA importância
1 – Para você, qual a importância do patrimônio cultural construído na sensibilização e capacitação para o DLIS?					
1.1 Como motivo ou motivação para participar da sensibilização e capacitação, o patrimônio construído teve:	1	2	3	4	5
1.2 Como instrumento , por ser o local (um prédio histórico ou casa antiga) onde aconteciam as reuniões de sensibilização e capacitação, ele teve:	1	2	3	4	5
1.3 Como objetivo ou fim do desenvolvimento local? Na etapa de sensibilização e capacitação, o patrimônio teve:	1	2	3	4	5

Fase II – FORMAÇÃO DO FÓRUM DLIS	NENHUMA importância	POUCA importância	RELATIVA importância	ALGUMA importância	MUITA importância
2 – Qual a importância do patrimônio cultural construído na formação do Fórum DLIS?					
2.1 O assunto do patrimônio construído foi importante, como motivo ou uma motivação , para as pessoas integrarem o Fórum DLIS?	1	2	3	4	5
2.2 Por ser o local (um prédio histórico ou casa antiga) onde aconteciam as reuniões do Fórum, esse patrimônio teve:	1	2	3	4	5
2.3 As pessoas integraram o Fórum tendo o patrimônio como objetivo ou fim do desenvolvimento local? Nessa etapa de formação do Fórum, o patrimônio teve:	1	2	3	4	5

AS CINCO GRANDES FASES DE IMPLANTAÇÃO DO DLIS (continuação)

Fase III – ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	NENHUMA importância	POUCA importância	RELATIVA importância	ALGUMA importância	MUITA importância
3 – O que você achou da importância do patrimônio cultural construído no diagnóstico participativo do DLIS?					
3.1 O patrimônio como motivo ou motivação para as pessoas participarem da elaboração do diagnóstico do DLIS – ele teve:	1	2	3	4	5
3.2 Nas oficinas de elaboração do diagnóstico, esse patrimônio foi instrumento , ou local onde aconteceram as reuniões? Ele teve importância?	1	2	3	4	5
3.3 No diagnóstico, o patrimônio apareceu como objetivo ou fim do desenvolvimento local? Seria mais correto afirmar que ele teve:	1	2	3	4	5

Fase IV – ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	NENHUMA importância	POUCA importância	RELATIVA importância	ALGUMA importância	MUITA importância
4 – Como você vê a importância do patrimônio cultural construído na montagem do plano de desenvolvimento local?					
4.1 Assuntos relacionados ao patrimônio construído foram causa , ou sua motivação , para você participar da elaboração do plano? Tiveram:	1	2	3	4	5
4.2 Nas oficinas de elaboração do plano, esse patrimônio teve importância como instrumento , ou local onde aconteceram as reuniões?	1	2	3	4	5
4.3 O patrimônio, na elaboração do plano, foi considerado objetivo ou fim do desenvolvimento local? Nessa etapa, ele foi de:	1	2	3	4	5

AS CINCO GRANDES FASES DE IMPLANTAÇÃO DO DLIS (última parte)

Fase V – ELABORAÇÃO DA AGENDA DE PRIORIDADES		NENHUMA importância	POUCA importância	RELATIVA importância	ALGUMA importância	MUITA importância
5 – Na sua opinião, qual a contribuição do patrimônio cultural construído na etapa da agenda de prioridades do DLIS?						
1.1	Como motivo ou motivação para a elaboração da agenda de prioridades do DLIS, o patrimônio construído teve:	1	2	3	4	5
1.2	Ele – o patrimônio – foi o instrumento ou local onde aconteceram as reuniões de elaboração da agenda? O patrimônio como meio, nessa etapa, foi de:	1	2	3	4	5
1.3	O patrimônio foi considerado como objetivo ou fim do desenvolvimento local na agenda de prioridades? Sua importância, na elaboração da agenda, foi:	1	2	3	4	5

Muito obrigada pela sua colaboração!

Peço, por último, que preencha seus dados abaixo:

nome do entrevistado:

endereço atual:

telefone para contato (não esqueça de colocar ddd):

e-mail:

representação à época do DLIS:

Mais uma vez, obrigada por contribuir com a pesquisa!

APÊNDICE D – Tabela geral de tabulação das respostas ao questionário

Tabela 3 – Respostas objetivas (médias parciais e totais) dos entrevistados por Grupo I, II e III, por etapa metodológica de implantação do DLIS – 2007

Questões	1.1	1.2	1.3	1	2.1	2.2	2.3	2	3.1	3.2	3.3	3	4.1	4.2	4.3	4	5.1	5.2	5.3	5	Total 1
Grupo I	2,00	3,00	3,00	2,67	2,50	3,00	2,50	2,67	2,50	2,50	3,50	2,83	3,50	2,50	3,50	3,17	3,00	2,50	3,50	3,00	2,87
R. 1	3	4	4	3,67	4	4	4	4,00	4	3	3	3,33	4	3	3	3,33	4	3	3	3,33	3,53
R. 2	1	2	2	1,67	1	2	1	1,33	1	2	4	2,33	3	2	4	3,00	2	2	4	2,67	2,20
Grupo II	3,44	2,94	3,63	3,33	3,19	2,63	3,06	2,96	3,75	2,63	3,94	3,44	3,63	2,88	4,13	3,54	3,69	2,88	3,75	3,44	3,34
R. 3	3	2	3	2,67	3	2	3	2,67	3	3	3	3,00	2	3	3	2,67	3	2	3	2,67	2,73
R. 4	3	2	3	2,67	3	2	3	2,67	4	2	4	3,33	4	2	4	3,33	3	2	4	3,00	3,00
R. 5	2	3	3	2,67	3	3	4	3,33	3	3	4	3,33	3	3	4	3,33	3	3	4	3,33	3,20
R. 6	5	5	4	4,67	3	3	3	3,00	5	5	5	5,00	2	5	5	4,00	3	5	5	4,33	4,20
R. 7	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	3	1,67	2	1	3	2,00	1	1	3	1,67	1,47
R. 8	5	5	5	5,00	5	3	4	4,00	4	2	5	3,67	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	4,53
R. 9	5	4	5	4,67	3	4	3	3,33	4	4	4	4,00	4	5	5	4,67	5	5	5	5,00	4,33
R. 10	3	1	3	2,33	3	1	3	2,33	5	1	4	3,33	4	1	4	3,00	4	1	4	3,00	2,80
R. 11	5	1	5	3,67	5	1	1	2,33	5	1	4	3,33	5	2	5	4,00	5	2	2	3,00	3,27
R. 12	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1,00
R. 13	1	2	4	2,33	3	2	4	3,00	4	2	5	3,67	4	2	5	3,67	5	2	5	4,00	3,33
R. 14	5	5	5	5,00	4	4	3	3,67	4	4	4	4,00	5	3	5	4,33	5	4	5	4,67	4,33
R. 15	5	4	5	4,67	4	4	5	4,33	5	4	5	4,67	5	4	5	4,67	5	5	5	5,00	4,67
R. 16	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	2	5	4,00	5	2	5	4,00	4	1	2	2,33	4,07
R. 17	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	2	2	2	2,00	2	2	2	2,00	2	2	2	2,00	1,60
R. 18	5	5	5	5,00	4	5	5	4,67	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	4,93
Grupo III	4,56	4,00	4,33	4,30	4,28	3,94	4,33	4,19	4,50	4,39	4,39	4,43	4,72	4,06	4,39	4,39	4,39	4,11	4,89	4,46	4,35
R. 19	5	4	5	4,67	4	4	5	4,33	5	4	4	4,33	5	3	5	4,33	3	3	5	3,67	4,27
R. 20	5	3	4	4,00	5	3	4	4,00	5	3	4	4,00	5	3	5	4,33	5	5	5	5,00	4,27
R. 21	5	4	5	4,67	5	5	5	5,00	5	5	4	4,67	4	5	5	4,67	2	5	5	4,00	4,60
R. 22	5	4	5	4,67	4	4	4	4,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	4,73
R. 23	3	2	5	3,33	5	2	5	4,00	5	3	4	4,00	3	2	5	3,33	3	3	5	3,67	3,67
R. 24	3	4	4	3,67	3	4	4	3,67	4	5	4	4,33	5	3	4	4,00	5	3	5	4,33	4,00
R. 25	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5,00
R. 26	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5,00
R. 27	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5,00
R. 28	5	3	5	4,33	4	5	4	4,33	5	4	5	4,67	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	4,67
R. 29	5	4	5	4,67	5	3	5	4,33	3	5	5	4,33	5	3	4	4,00	5	3	5	4,33	4,33
R. 30	3	5	5	4,33	3	4	2	3,00	2	3	4	3,00	3	4	5	4,00	4	5	5	4,67	3,80
R. 31	4	5	1	3,33	5	4	5	4,67	5	5	3	4,33	5	4	2	3,67	5	1	5	3,67	3,93
R. 32	5	4	4	4,33	3	3	4	3,33	5	5	3	4,33	5	4	3	4,00	4	4	3	3,67	3,93
R. 33	4	2	2	2,67	4	2	2	2,67	5	2	5	4,00	5	3	2	3,33	5	2	5	4,00	3,33
R. 34	5	4	5	4,67	5	4	4	4,33	5	5	4	4,67	5	4	5	4,67	3	5	5	4,33	4,53
R. 35	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5	5	5	5,00	5,00
R. 36	5	4	3	4,00	2	4	5	3,67	2	5	5	4,00	5	5	4	4,67	5	5	5	5,00	4,27
Total 2	3,33	3,31	3,65	3,43	3,32	3,19	3,30	3,27	3,58	3,17	3,94	3,57	3,95	3,14	4,00	3,70	3,69	3,16	4,05	3,63	3,52

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo da mestrandia (2007).

Nota: Para preservar a confidencialidade das respostas, a ordem dos entrevistados foi alterada neste quadro, em relação ao Apêndice 1.

APÊNDICE E – Tabelas específicas de tabulação das respostas ao questionário

Tabela 4 – Respostas do Grupo I – Formuladores do DLIS – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS, incluindo quantidade e respectivos percentuais de alternativas assinaladas – 2007

Grupo I - Formuladores Escala de importância	Resposta por fase de implantação do DLIS									
	Sens. Capac.		Form. Fórum		Diagnóstico		Plano		Agenda	
1 - Nenhuma importância	1	16,7%	2	33,3%	1	16,7%	0	0,0%	0	0,0%
2 - Pouca importância	2	33,3%	1	16,7%	1	16,7%	1	16,7%	2	33,3%
3 - Relativa importância	1	16,7%	0	0,0%	2	33,3%	3	50,0%	2	33,3%
4 - Alguma importância	2	33,3%	3	50,0%	2	33,3%	2	33,3%	2	33,3%
5 - Muita importância	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Moda de importância	amodal		4 - alguma		amodal		3 - relativa		amodal	

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo da mestranda (2007).

Tabela 5 – Respostas do Grupo II – Adaptadores/ operadores do DLIS – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS, incluindo quantidade e respectivos percentuais de alternativas assinaladas – 2007

Grupo II - Adaptadores/ Operadores Escala de importância	Resposta por fase de implantação do DLIS									
	Sens. Capac.		Form. Fórum		Diagnóstico		Plano		Agenda	
1 - Nenhuma importância	12	25,0%	12	25,0%	7	14,6%	5	10,4%	7	14,6%
2 - Pouca importância	4	8,3%	3	6,3%	7	14,6%	10	20,8%	9	18,8%
3 - Relativa importância	8	16,7%	16	33,3%	6	12,5%	6	12,5%	7	14,6%
4 - Alguma importância	4	8,3%	9	18,8%	14	29,2%	8	16,7%	6	12,5%
5 - Muita importância	20	41,7%	8	16,7%	14	29,2%	19	39,6%	19	39,6%
Moda de importância	5 - muita		3 - relativa		amodal		5 - muita		5 - muita	

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo da mestranda (2007).

Tabela 6 – Respostas do Grupo III – Participantes Locais do DLIS – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS, incluindo quantidade e respectivos percentuais de alternativas assinaladas – 2007

Grupo III - Participantes locais Escala de importância	Resposta por fase de implantação do DLIS									
	Sens. Capac.		Form. Fórum		Diagnóstico		Plano		Agenda	
1 - Nenhuma importância	1	1,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,9%
2 - Pouca importância	3	5,6%	5	9,3%	3	5,6%	3	5,6%	2	3,7%
3 - Relativa importância	6	11,1%	6	11,1%	6	11,1%	8	14,8%	8	14,8%
4 - Alguma importância	13	24,1%	17	31,5%	10	18,5%	8	14,8%	3	5,6%
5 - Muita importância	31	57,4%	26	48,1%	35	64,8%	35	64,8%	40	74,1%
Moda de importância	5 - muita		5 - muita		5 - muita		5 - muita		5 - muita	

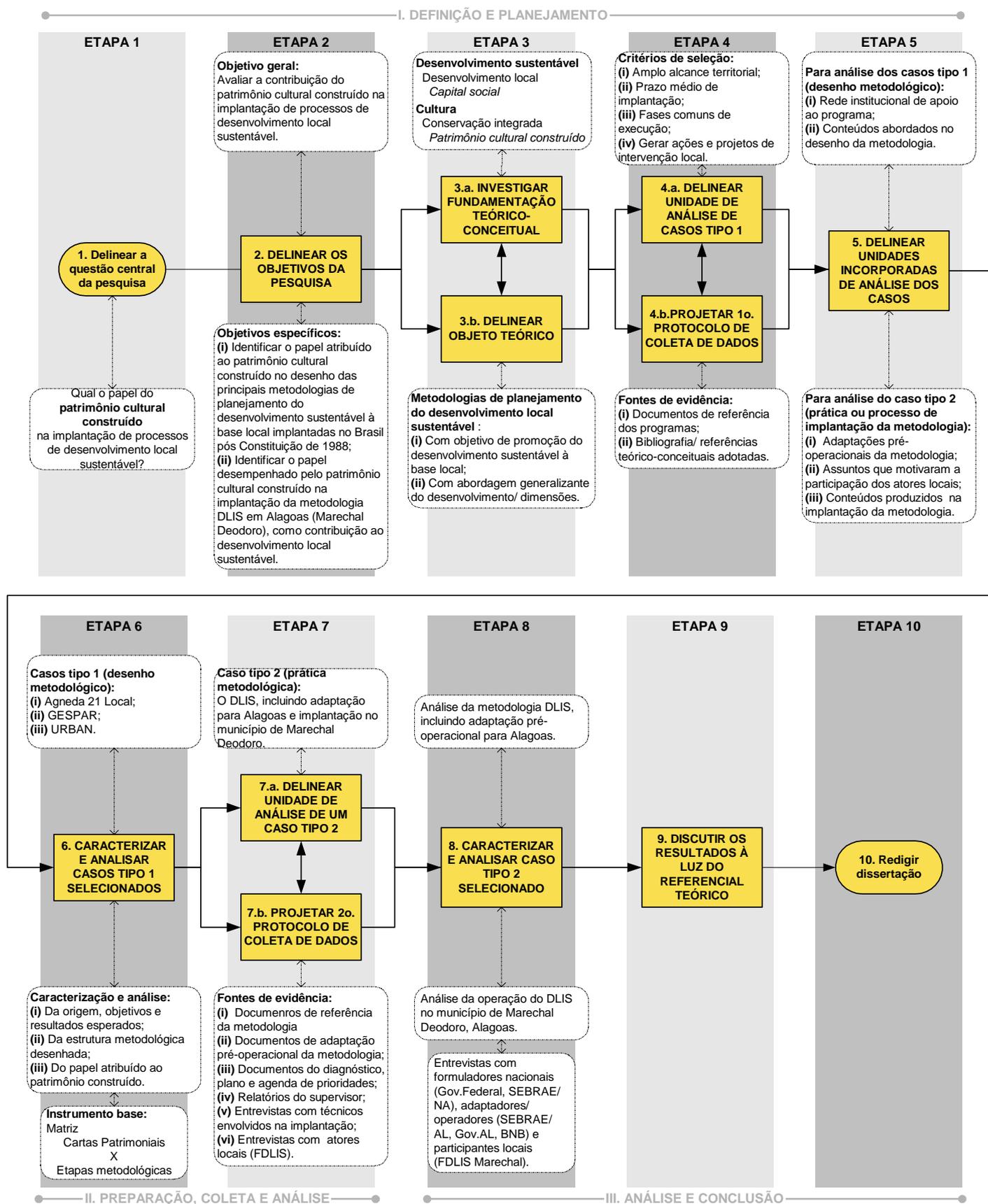
Fonte: Dados primários da pesquisa de campo da mestranda (2007)

Tabela 7 – Respostas do total dos entrevistados – Formuladores, Adaptadores/ operadores, e Participantes locais – à escala ordinal de importância do patrimônio cultural construído, por grande fase de implantação do DLIS – 2007

Total por fase Escala de importância	Resposta por fase de implantação do DLIS									
	Sens. Capac.		Form. Fórum		Diagnóstico		Plano		Agenda	
1 - Nenhuma importância	14	13,0%	14	13,0%	8	7,4%	5	4,6%	8	7,4%
2 - Pouca importância	9	8,3%	9	8,3%	11	10,2%	14	13,0%	13	12,0%
3 - Relativa importância	15	13,9%	22	20,4%	14	13,0%	17	15,7%	17	15,7%
4 - Alguma importância	19	17,6%	29	26,9%	26	24,1%	18	16,7%	11	10,2%
5 - Muita importância	51	47,2%	34	31,5%	49	45,4%	54	50,0%	59	54,6%
Moda de importância	5 - muita		5 - muita		5 - muita		5 - muita		5 - muita	

Fonte: Dados primários da pesquisa de campo da mestranda (2007)

APÊNDICE F – Diagrama metodológico da pesquisa



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)